



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA - ne@ad

Projeto

LETRAS - LICENCIATURA SIMPLES DE LÍNGUA ITALIANA
NA MODALIDADE A DISTÂNCIA

VITÓRIA

2010



Centro de Ciências Humanas e Naturais	Diretor: Prof. Edebrande Cavaliere
Colegiado de Letras Português	Coordenadora: Profª. Júlia Almeida
Departamento de Línguas e Letras	Chefe: Prof. Santinho Ferreira de Souza
Ne@ad – Núcleo de Educação Aberta e a Distância	Diretora: Profª. Maria José Campos Rodrigues
UAB-UFES	Coordenadora : Profª. Maria José Campos Rodrigues
Redação do Projeto	Profª. Mariza Moraes
Contribuíram para a Conceituação, Redação e Revisão do Projeto	Prof. Santinho Ferreira Profª. Mirtis Caser Profª. Leni Ribeiro Prof. Paulo Sodré Prof. Júlio Francelino



**EDUCAÇÃO A BASE DE TODOS
UM DIREITO DE TODOS**

SEDU-SECRETARIA DE
EDUCAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

O FUTURO DEPENDE DE NÓS
GREENPEACE



SUMÁRIO

1.	Denominação do Curso	5
1.2.	Definição da Proposta do Curso	5
1.3.	Público-alvo	7
1.4.	Duração/Início	8
1.5.	Recursos	10
1.6.	Quantidade de vagas	11
1.7.	Convênios	13
2.	Apresentação	16
2.1.	Histórico do Curso de Letras	18
2.2.	Justificativas	19
2.2.1.	Licenciatura em Língua Italiana	19
2.2.2.	Licenciatura Italiana em EaD	23
2.3.	Objetivos	
2.3.1.	Objetivos Gerais	24
2.3.2.	Objetivos Específicos	25
3.	Fundamentação da Educação a Distância	25
3.1.	Descrição da Equipes Multidisciplinares	28
3.1.1.	Corpo Docente	28
3.1.2.	Tutores	31
3.1.3.	Orientação Acadêmica	33
3.1.3.	Coordenações	34
3.2.	Ambiente Virtual de Aprendizagem	35
3.3.	Capacitação profissional	35
3.4.	Recursos Humanos: Gestão Administrativa e Técnica	36
3.5.	Recursos Materiais e Técnicos	36
3.6.	Material Didático	37
3.7.	Biblioteca e Logística	
3.8.	Estrutura do Neaad e dos Polos UAB	
4.	Projeto Pedagógico do Curso: Fundamentação	
4.1.	LDB e Estruturação do Curso	
4.1.1.	Princípios Norteadores	
4.1.2.	Eixo Articulador dos Diferentes Âmbitos do Conhecimento Profissional	
4.1.3.	Eixo Articulador da Interação e Comunicação e do Desenvolvimento da Autonomia	
4.1.4.	Eixo Articulador entre Disciplinaridade e Interdisciplinaridade	
4.1.5.	Eixo Articulador entre Formação Comum e Formação Específica	
4.1.6.	Eixo Articulador dos Conhecimentos a serem Ensinados e dos Conhecimentos Educacionais e Pedagógicos que Fundamentam a Ação Educativa	
4.1.7.	Eixo Articulador das Dimensões Teóricas e Práticas	
4.2.	Práticas como Componente Curricular	



- 4.2.1. Projetos de Aprendizagem
- 4.2.2. Atividades Extensórias
- 4.2.3. Seminários Temáticos
- 4.2.4. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais
5. Estruturação do Ensino e Aprendizagem
 - 5.1.1. Material Didático
 - 5.1.2. Ambiente Virtual de Aprendizagem
 - 5.1.3. Ambiente de Aprendizagem Colaborativa
 - 5.1.4. Arquitetura do Ambiente Virtual de Aprendizagem
 - 5.1.5. Relação Tutor e Aluno
 - 5.1.6. Encontros Presenciais
 - 5.1.7. Encontros Presenciais: aluno x tutor
 - 5.1.8. Encontros Presenciais: professor x tutor
 - 5.1.9. Encontros Presenciais: professor x tutor x aluno
- 5.2. Avaliações
 - 5.2.1. Avaliação da aprendizagem
 - 5.2.2. Fases da Avaliação
 - 5.2.3. Avaliação da Qualidade de Ensino em EaD
6. Fundamentação do Projeto Pedagógico do Curso
 - 6.1. Perfil do Formando em Letras Italiano
 - 6.1.1. Organização e estruturação da Matriz Curricular
 - 6.1.2. Eixos e Módulos das Disciplinas
 - 6.1.3. Ementário
 - 6.1.4. Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Curso
7. Inscrição e Processo Seletivo
 - 7.1.1. Preenchimento das Vagas
 - 7.1.2. Reingresso
 - 7.2. Colegiado de Curso
 - 7.3. Regimento Acadêmico
 - 7.3.1. Matrícula
 - 7.3.2. Frequência
 - 7.3.3. Aprovação
 - 7.3.4. Diplomação
 - 7.3.5. Aproveitamento de Estudos
 - 7.3.6. Cancelamento/Trancamento de Estudos
 - 7.3.7. Nivelamento da Língua Italiana
 - 7.3.8. Edital do Curso
 - 7.3.9. Enade
8. Considerações Finais
9. Referências Bibliográficas



Vitória, 3 de novembro de 2009.

Para: Prof. Santinho Ferreira de Souza
Chefe do Departamento de Línguas e Letras

De: Prof. Mariza Moraes
Docente de Italiano/DLL

Assunto: Projeto de Licenciatura Emergencial em Italiano na modalidade EaD.

Senhor Chefe,

Apresentamos a V. Sa. o projeto pedagógico da Licenciatura Emergencial em Italiano, na modalidade EaD, e solicitamos que seja encaminhado à Comissão de Ensino do Departamento de Línguas e Letras.

O curso que pretendemos implementar tem caráter emergencial, isto é, oferecer titulação àquele corpo docente sem licenciatura, porém com experiência no magistério da língua italiana. É sabido que o ensino do italiano, nas escolas de alguns municípios do Espírito Santo, é feito pela Alcies, que é subvencionada pelo *Istituto Italiano di Cultura-RJ*. Segundo o *Dirigente Scolastico*, senhor Franco Massaia, "(...) o ensino do italiano é oferecido em vinte e três escolas, com 190 turmas, em sete municípios: Vila Velha, Vitória, Afonso Cláudio, Nova Venécia, Vargem Alta e Santa Teresa e Castelo". A iniciativa existe desde 1995.

Inúmeras vezes os representantes dessas duas entidades dirigiram-se à Ufes reivindicando a abertura da licenciatura, presencial, em Letras Português-Italiano. Infelizmente, o Departamento de Línguas e Letras não pôde, ainda, atender àquela demanda, apesar do projeto pedagógico do curso presencial ter sido aprovado, pelo Cepe, em 2008. A negativa ocorreu pela carência de professores de italiano no Departamento de Línguas e Letras.

Por outro lado, a localização dos municípios contemplados com os cursos de italiano indica que os professores estão lotados em outros municípios, longe da grande Vitória. Por isso, o ensino a distância parece-nos a solução ideal. O ensejo de realizar o curso recebeu novos impulsos através da iniciativa do governo em titular, e valorizar, o chamado professor-leigo por conta das ações de políticas públicas em prol da Educação Básica.

O Ministério da Educação (MEC) lançou o primeiro Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica. O Plano consolida a Política Nacional de Formação de Professores, instituída pelo Decreto 6.755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007.

O governo constatou que existem professores atuando sem titulação adequada através do Educacenso 2007. Os números são assustadores: cerca de 600 mil professores em exercício na educação básica pública não possuem graduação ou atuam em áreas diferentes das licenciaturas em que se formaram. Por conta do número assombroso já são 90 instituições



de educação superior – entre universidades federais, universidades estaduais e institutos federais – envolvidas na oferta de cursos. A Ufes também aderiu ao Plano.

O Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica instituiu o ParFormar --- Plano de Ações Articuladas para Formação de Professores, que está sendo gerenciado pela Capes, antes responsável somente por cursos de pós-graduação, que passou a receber o dobro de seu orçamento para assumir a responsabilidade pela formação do magistério. Isso significa R\$ 1 bilhão ao ano destinado à formação de professores.

A formação inicial abrange três situações: professores que ainda não têm formação superior (primeira licenciatura); professores já formados, mas que lecionam em área diferente daquela em que se formaram (segunda licenciatura); e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do magistério. Os cursos de primeira licenciatura têm carga horária mínima de 2.800 horas e o projeto pedagógico deve obedecer à LDB. Os de segunda licenciatura têm carga horária de 800 horas para cursos na mesma área de atuação ou 1.200 horas para cursos fora da área de atuação.

Os cursos serão oferecidos tanto na modalidade presencial como a distância, e alguns já devem começar no segundo semestre deste ano. Outros têm início previsto para 2010 e 2011. O ensino a distância será importante pela possibilidade de atender grande quantidade de professores sem titulação através da rede capilarizada dos polos da Universidade Aberta do Brasil.

Em suma: acredito que esse seja o momento ideal para a abertura da licenciatura em italiano, visto que existe demanda, inclusive verificada por pesquisa, dotação para bolsas de estudos para professores, tutores, coordenadores, adesão da Universidade e o meu empenho constante em realizar projetos na área da italianística.

O encaminhamento do Projeto solicita, além de ser submetido à análise da Comissão de Ensino, a adesão dos colegas do Departamento ao ideal que acalento de disseminar a língua italiana à comunidade espírito-santense através da licenciatura.

Atenciosamente,

Professora Mariza Moraes



1- Denominação do Curso

Letras - Licenciatura Simples de Língua Italiana na modalidade a distância

1.2- Definições da Proposta do Curso

O Projeto pretende atender à comunidade espírito-santense, especialmente os professores de italiano em exercício nas escolas públicas estaduais e municipais, mas sem licenciatura na área do curso, implementando a Licenciatura Simples em Italiano na Modalidade a Distância. A intenção do projeto foi protocolada junto ao Departamento de Desenvolvimento Pedagógico-ProGrad e encaminhado ao Mec, em abril de 2009, como forma de adesão ao ParFormar.

O Programa de Ações Articuladas para a Formação Nacional de Professores para Educação Básica/ParFormar é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB. Os professores de italiano se enquadram nesse perfil. Os cursos podem ser nas modalidades presencial ou a distância através de convênios com a UAB (Universidade Aberta do Brasil). A UFES tem experiência comprovada no ensino a distância através do Neaad (Núcleo de Educação Aberta e a Distância).

O Programa consolida a Política Nacional de Formação de Professores (PNFP), instituída pelo Decreto 6.755/2009, que prevê um regime de colaboração entre União, estados e municípios, para a elaboração de um plano estratégico de formação inicial (ou continuada) para os professores que atuam nas escolas públicas. A ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em vigor desde abril de 2007.

1.3- Público-alvo

A identificação do público-alvo do curso que se pretende implementar, na modalidade a distância, foi feita através de pesquisa sobre a demanda de professor de italiano no interior do Estado do Espírito Santo. Segundo dados oficiais, colhidos juntos às Secretarias de Educação e da Alcies (Associação de Língua e Cultura Italianas no Espírito Santo), todos os professores que ministram a disciplina não têm a licenciatura na área. Assim, em sua maioria as vagas destinam-se ao professor atuante na disciplina na rede pública (municipal ou estadual). O curso tem caráter emergencial na formação dos professores de italiano em exercício no interior do Estado e na Grande Vitória. Embora o curso de Letras Italiano destine-se preferencialmente aos professores em serviço, uma percentagem das vagas contemplará a comunidade capixaba em geral.

1.4- Início e Duração

O prazo de integralização do curso está estabelecido para um tempo máximo de 8 (oito) períodos letivos, isto é, 4 (quatro) anos, perfazendo um total de 3.180 (três mil e cento oitenta) horas. O início está previsto para 2011/1, visto que o ano de 2010 será dedicado à elaboração do curso no AVA (ambiente virtual de aprendizagem) e, ao mesmo tempo, as



equipes multidisciplinares produzirão o material impresso. O calendário considera a necessidade de revisão e reedição de materiais didáticos e de reposição, manutenção e atualização de tecnologia e outros recursos educacionais.

O investimento – em profissionais, materiais educacionais, equipamentos, tempo, conhecimento - em educação a distância é alto e deve ser cuidadosamente planejado e projetado de modo a que um curso não tenha que ser interrompido antes de finalizado, prejudicando a instituição e, principalmente, os estudantes.

1.5- Recursos

Os recursos para financiamento dos convênios (com as prefeituras/polos da UAB que aderirem ao projeto) estão consignados na dotação orçamentária da cedente:

Programa 12.364.1073.6328.0001

PTRES 965696

Programa – 1073- Universidade do Século XXI

Ação – 6328 – Universidade Aberta e a Distância.

Este projeto prevê a integração e articulação ao "Sistema Universidade Aberta do Brasil –UAB" (<http://www.uab.capes.gov.br/>) com a implementação do curso de Licenciatura em Italiano na Modalidade à Distância para os polos municipais de apoio presencial sendo uma extensão ao projeto já aprovado pela Secretária de Ensino a Distancia do Ministério de Educação para Professores da Rede Pública de Ensino (portaria Mec n. 7 de 22 de fevereiro de 2006). Além disso, o projeto em questão participa do "Plano Nacional de Formação dos professores da Educação Básica", lançado aos 28 de maio de 2009 pelo Ministério da Educação (MEC)¹ em regime de colaboração com as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios e as Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) neles sediadas, tendo por finalidade principal a formação dos professores da Educação Básica brasileira.

1.6- Quantidade de vagas a ofertar:

Serão distribuídas (450) vagas nos diversos polos UAB do Espírito Santo, conforme tabela abaixo:

INTEGRAÇÃO E ARTICULAÇÃO AO SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB

CURSOS		VAGAS		VAGAS
Graduação em Italiano Modalidade a Distância	Afonso Cláudio	30	Alegre	30
	Baixo Guandu	30	Cachoeiro de Itapemirim	30
	Castelo	30	Guaçu	30
	Domingos Martins	30	Montanha	30
	Fundão	30	Santa Teresa	30
	Nova Venécia	30	Venda Nova do Imigrante	30
	Vila Velha/Vitória	60	Vargem Alta	30

¹ No âmbito do MEC, a responsabilidade pela organização, fomento e avaliação da formação inicial e continuada dos professores foi delegada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Em função da adesão ao "Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica", que tem por escopo principal a melhoria na formação dos professores da Educação Básica brasileira, e, portanto, levando em conta sobretudo a formação adequada dos professores que ministram a disciplina de língua italiana em todo o Estado do Espírito Santo, serão oferecidas 450 (quatrocentas e cinquenta) vagas, isto é, 30 (trinta) vagas para cada município.

1.7- Convênios

Implantar um curso de graduação a distância exige alto investimento em material didático, infraestrutura tecnológica e serviços de apoio e manutenção dos mesmos. Esses itens já estão assegurados pelo Neaad e pela UAB. Em contrapartida, o Departamento de Línguas e Letras pode contribuir com a participação de professores que aderirem ao Projeto. Quanto aos professores de italiano, prevê-se a celebração de convênios com instituições credenciadas e com experiência no ensino do italiano, presencial ou a distância, como forma de garantir qualidade ao curso e legitimidade à diplomação dos discentes.

2-Apresentação

O Brasil vive um momento em que o debate em torno dos desafios do desenvolvimento econômico e social tem propiciado o reconhecimento dos potenciais que a educação de qualidade pode realizar no país. Atribuir valor à educação é revelar, simultaneamente, suas fragilidades, dentre elas a formação do educador.

Ainda há a persistência do quadro de má distribuição da riqueza e oportunidades (de trabalho, de estudo e acesso à informação) que se expressa na condição de exclusão a que são submetidas parcelas significativas de nossa população por diferentes motivos. Toda e qualquer exclusão é um fator que afeta o conjunto da sociedade.

O processo acelerado de urbanização mudou a face da distribuição da população no território nacional. A oferta de infraestrutura trabalhista e educacional deveria distribuir as benesses de modo isonômico, mas é difícil seguir tal movimento. E a expansão (física) universitária não acompanha as demandas locais.

São as demandas locais (e regionais) que mudaram os processos produtivos e tecnológicos, mudaram as perspectivas educacionais e culturais que orientam a educação dos jovens e a definição de vocações e mercado de trabalho. As alternativas são: ensino a distância, cursos de menor duração, novas graduações que respondem às necessidades locais ou regionais. O Brasil se descobre parte de movimentos mais amplos de integração e intercâmbio regionais e globais nas áreas trabalhistas e educacionais, isto é, o governo se adaptou às novas formas de educação institucional – existem infraestruturas voltadas para o favorecimento de habitantes de áreas remotas.

Desse modo, as novas demandas são conformadas e implicam em novos parâmetros e expectativas para a formulação e implementação das políticas públicas na área da expansão educacional. O governo tem realizado ações neste sentido, haja vista os projetos Prodôncia,



ProInfo, Reuni e, ultimamente, o ParFormar. São editais, chamadas públicas, incentivos pecuniários para a expansão de vagas, abertura de cursos de nível superior e estímulo a uma segunda graduação ou, principalmente, a aquisição de uma titulação apropriada ao desempenho profissional.

O governo manifesta o desejo de melhorar o ensino fundamental, médio e superior. A sucessão de ações governamentais comprova isso. O ParFormar, por exemplo, vislumbra uma questão importantíssima: não basta expandir os cursos universitários (presenciais ou não), é importante a revisão do exercício das profissões regulamentadas e atentar para o fato de que existem professores-leigos lecionando em escolas públicas e privadas por falta de titulação própria ou em desvio de função. Em suma: o Mec reconhece a importância da formação continuada.

Neste cenário, a UFES como uma entidade federal de ensino sente-se chamada a refletir sobre as condições concretas que envolvem as práticas dos profissionais que forma, visto que as licenciaturas compreendem mais dos 40 (quarenta) cursos oferecidos pela Universidade. Ou seja, temos experiência na formação de professores.

A apresentação de um projeto de licenciatura simples de italiano em EaD, tendo como órgão proponente o Departamento de Línguas e Letras, atualiza a compreensão em relação às demandas apresentadas pela sociedade espírito-santense e contribui para que possamos capacitar pessoas que apresentam um quadro real de carência educacional. Por seu lado, a Ufes também é chamada a repensar suas ações destinadas a proteger a sociedade contra o mau exercício das profissões. Em comum, as secretarias de educação e as universidades públicas têm diante de si o desafio de se converterem em agentes pró-ativos no aprimoramento do exercício profissional.

A carência de professores de italiano já foi diagnosticada, visto que a necessidade de formação de professores de italiano foi expressa, por diversas vezes, em manifestações protocoladas pelo consulado italiano (*Istituto Italiano di Cultura*) e pela Alcies (Associação de Língua e Cultura Italiana, no Espírito Santo) que solicitam há anos abertura de uma licenciatura (simples ou dupla) no âmbito da italianística.

O Departamento de Línguas e Letras já assegurou o ingresso (e permanência) do italiano no Vest/Ufes como língua estrangeira. E o Centro de Línguas para a Comunidade (projeto de extensão do Departamento de Letras) tem investindo no idioma com turmas de italiano em vários níveis.

2.1- Histórico do Curso de Letras

O Departamento de Línguas e Letras tem condições de abrir a licenciatura simples em italiano na modalidade a distância porque em seu histórico sempre foi o responsável pela oferta das disciplinas que constam do atual conjunto curricular dos Cursos de Letras. O Colegiado do Curso de Letras oferece, desde 1951, a graduação em Português e Inglês. Existiram cursos emergenciais em Letras Português/Espanhol, Letras Português/Francês, em 1972.



Em resposta à solicitação do mercado, o Colegiado de Letras Português proveu, em novamente em caráter emergencial, à comunidade, em 1993, o Curso de Licenciatura em Língua Espanhola e Literaturas em Língua Espanhola e o Curso de Licenciatura em Língua Francesa e Literaturas em Língua Francesa. Apresentados sob esse caráter emergencial, os referidos Cursos objetivavam formar profissionais qualificados para atuarem nas escolas de Educação Básica e nas de outros níveis nos quais veio oferecer-se o ensino de Espanhol e Francês. Os Cursos se desenvolveram de maneira bastante satisfatória e os egressos são profissionais que atuam de forma competente em seus locais de trabalho. Nunca existiu a oferta de italiano como licenciatura simples ou dupla.

A política de não contratação de professores efetivos nas Instituições de Ensino Superior públicas, como a UFES, durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, desfavoreceu a reposição das vagas dos professores que se aposentavam, impedindo que se oferecessem vagas para aqueles cursos de línguas neolatinas no Vestibular desta Universidade. O Colegiado, por conseguinte, decidiu-se por aguardar uma situação mais propícia à oferta de Licenciaturas nas línguas em objeto.

Nesse período, devido àquela situação e a questões de política municipal, a licenciatura em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa/São Mateus foi igualmente desativada.

Tal estado de avanços e recuos do Colegiado do Curso de Letras-Português foi propiciado, sobretudo, por uma administração federal polemicamente preocupada com observações, avaliações e diagnósticos do ensino desenvolvido no Brasil, entre 1995 e 2002. Não obstante, o Departamento de Línguas e Letras tem pautado sua atuação pela necessidade de valorizar a oferta de vagas vestibulares para as Licenciaturas não apenas em Letras Vernáculas, mas também em Letras Neolatinas, de modo a favorecer no Espírito Santo a formação de licenciados e bacharéis no âmbito do ensino, extensão e pesquisa e pós-graduação em Língua, Linguística, Teoria da Literatura e Literatura.

2.2-Justificativas

2.2.1-Justificativa para a implementação da Licenciatura em Língua Italiana

Saber que profissionais não titulados estão exercendo o magistério da língua italiana apresenta-se como uma importante motivação. Ao seu lado, sabemos que: a aprendizagem de línguas estrangeiras é um direito assegurado a todo cidadão e está expresso na Lei de Diretrizes e Bases, que reza, no art. 26, § 5º, que "será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição" e, no art. 36, III, que "será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, optativa, dentro das possibilidades da instituição". Até recentemente, em função da desativação dos cursos emergenciais em Letras Português-Francês e Letras Português-Espanhol, mencionada anteriormente a Universidade Federal do



Espírito Santo figurava entre as poucas universidades públicas que não ofertavam Licenciaturas em Línguas Neolatinas. O Departamento de Línguas e Letras considerou imprescindível que esta situação fosse modificada, a fim de que a Universidade possa melhor cumprir a tarefa social a que está destinada. Por isso, aprovou os projetos de neolatinas: Português-Espanhol, Português-Francês e Português-Italiano presenciais, em 2008. Dando início à implementação dos mesmos, a primeira turma de Português-Espanhol foi iniciada em 2009/2 e de Português-Francês o será em 2010/2. O Italiano está aguardando sua vez, visto que teve, como já dissemos, o seu projeto de curso aprovado nas instâncias implicadas dentro da Universidade, mas enfrenta o gravíssimo problema da falta de docentes e da carência de vagas a serem pleiteadas para a licenciatura em Italiano.

Sabemos que a formação de professores está historicamente sob a responsabilidade das instituições públicas de ensino; essa é, portanto, uma dívida que temos com o Espírito Santo e que o Colegiado do Curso de Letras-Português se empenha em resgatar. Com a implementação da Licenciatura Simples de Italiano em EaD, objetiva-se romper o círculo que se instalou em nossa realidade escolar: não há oferta de Língua Estrangeira diferente de Inglês e/ou Espanhol, porque não há mão-de-obra disponível em quantidade suficiente com a qualidade que se deseja e, ao mesmo tempo, não se formam docentes, pois não há mercado para essa mão-de-obra.

Justifica o aprendizado de uma língua estrangeira o enriquecimento linguístico e cultural que ela aporta, uma vez que "o distanciamento proporcionado pelo envolvimento do aluno no uso de uma língua diferente o ajuda a aumentar sua autopercepção como ser humano e cidadão. Ao entender o outro e sua alteridade, pela aprendizagem de uma língua estrangeira, ele aprende mais sobre si mesmo e sobre um mundo plural, marcado por valores culturais diferentes e maneiras diversas de organização política e social"².

A apresentação da nova proposta curricular de italiano enfoca o fato de tratar-se de uma licenciatura simples em italiano que possui um caráter emergencial, ou seja, dá titulação ao professorado que já atua no magistério público e que não possui a licenciatura. O ensino do italiano subsiste em alguns poucos estabelecimentos de ensino público e particular que, obedecendo a uma demanda da comunidade (sob o favorecimento das prefeituras), oferecem ainda a possibilidade de que os jovens estudem o idioma de seus antepassados.

O Espírito Santo foi colonizado por diferentes etnias: pomeranos, alemães, sírios, libaneses, italianos, entre outras. Os cidadãos representantes dessas nacionalidades têm, naturalmente, interesse em resgatar a língua, a história e a tradição de seus antepassados e, através do estudo desses elementos, adquirir novos conhecimentos sobre a pátria de origem.

A história sócio-econômico-política do Espírito Santo foi construída, em grande parte, pelos imigrantes italianos ou, ainda, pelos italo-descendentes. O Estado é foco de interesses de pesquisadores que buscam identificar a influência da imigração italiana nas diferentes áreas de saber: história, antropologia, sociologia, lingüística, geografia. Estatísticas apontam para o

² Parâmetros Curriculares Nacionais. Língua Estrangeira.



fato de que, pelo menos, 70% (setenta) da população do Espírito Santo são descendentes dos imigrantes italianos que povoaram este território e para aqui trouxeram um caleidoscópio de influências culturais que se verificam no registro coloquial da língua portuguesa, em seus costumes, na gastronomia e nas manifestações folclóricas e religiosas. Nomes e sobrenomes dos cidadãos revelam sua origem italiana: toponímia de bairros, ruas e cidades testemunham a relevância histórico-sócio-econômica dos colonizadores italianos. Em síntese, a cultura italiana faz parte do patrimônio material (arte sacra, álbum de fotografias, acervo doméstico, gastronomia) e imaterial (danças, cancionero, idioma, memória) do Espírito Santo.

O italiano pode não ser, em termos numéricos, o idioma oficial de muitos milhões de cidadãos. Não se compara ao espanhol em sua expansão territorial ou à língua franca representada pelo inglês. Mas a península italiana tem a diversidade cultural de um continente e, em termos de amplitude histórico-cultural, a Itália esteve e sempre estará presente em diversificados campos do saber e da arte. O seu olhar estético encontra-se configurado na moda, no design industrial, no mobiliário, no teatro, na literatura. Inúmeros cientistas, inclusive alguns vencedores do Nobel, são de origem italiana. A presença italiana se faz sentir em todos os continentes e o italiano ocupa, sem sombra de dúvida, lugar privilegiado entre as línguas de maior relevância.

A importância estratégica do Espírito Santo como comunidade numericamente significativa de italo-descendentes é reconhecida pelo governo italiano, que, através de convênio firmado com a UFES, desde 1997 até 2008, alocou um Professor Leitor para trabalhar no seu Departamento de Letras, com proventos pagos pelo Ministério da Educação daquele país. Mesmo assim, a língua italiana ainda é oferecida apenas como disciplina optativa para o curso de Letras Português.

A questão histórico-cultural, ao lado da demanda das comunidades de italo-descendentes para o aprendizado da língua de seus antepassados já constituiria justificativa suficiente para implementar uma Licenciatura em Italiano na UFES. No entanto, há que se considerar ainda uma segunda razão. É preocupante, no entanto, saber que profissionais não titulados estão exercendo o magistério da língua italiana, atendendo a demanda daquelas comunidades, sem terem formação para exercerem tal função.

A opção pela língua italiana, como língua estrangeira na matriz curricular da Educação Básica, já existe em várias comunidades, sobretudo naquelas do interior do Estado em que as populações são constituídas majoritariamente por descendentes. Trata-se, portanto, de viabilizar tal demanda com a formação de professores especializados.

Sensível às reiteradas reivindicações das sociedades de descendentes italianos, o Governador Paulo Hartung assinou, em janeiro de 2005, um convênio de cooperação técnica com o Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro, para implementação do italiano como língua estrangeira moderna e/ou segunda língua, nos currículos das escolas públicas da Rede Estadual, por opção da comunidade local.

Como se vê, a necessidade de formação de professores de italiano para responder a essa decisão do Governo Estadual é urgente e cabe à UFES, como única instituição pública de



ensino superior no Estado, resgatar essa dívida com a população. São demonstrações inequívocas da lacuna que existe e que deve ser preenchida pelo curso de graduação simples em italiano.

Em síntese, a implementação da Licenciatura Simples em Italiano é premente para alimentar a demanda de mão-de-obra que ora começa a aumentar no Estado. São ainda tímidas as iniciativas de escolas, sobretudo no interior, que oferecem aulas de italiano, por exemplo, em Vargem Alta, Santa Teresa, Cachoeiro, Castelo, Iconha, Linhares, Nova Venécia e Venda Nova do Imigrante. Em Vitória, há uma experiência nas escolas Eber Louzada Zappinotti e na Escola Experimental da UFES. No Ensino Médio privado, a Escola Leonardo Da Vinci também oferece italiano a seus alunos.

O Departamento de Letras conta atualmente com um Professor Doutor de Língua e Literatura Italiana. Como se vê, trata-se de um único docente e para a implementação de uma licenciatura presencial o número seria insuficiente, por enquanto, este profissional se dispõe a dar início à Licenciatura Simples em EaD com todos os esforços que isso acarretará.

2.2.2- Justificativa para a Licenciatura em Língua Italiana em EaD

Nas últimas décadas, o desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação (Tics) gerou vários produtos que maximizaram a produtividade dos programas de ensino a distância, principalmente aqueles assistidos por computador. O uso das Tics redefiniu diferentes paradigmas educacionais, ou seja, redimensionou os mecanismos de interação entre professor e aluno, entre o espaço e o tempo típicos da escola.

O mundo mudou e o ensino teve que optar pela adequação às novidades propiciadas pelos programas de computador e pelo uso, sempre incrementado, da Internet. Então, uma modalidade de ensino – ensino a distância – foi criada e disseminada em todo o mundo. A modalidade EaD possibilita a gestão do acesso ao conhecimento por sujeitos que, por alguma razão, não podem ou não querem realizar estudos presencialmente.

A Educação Aberta e a Distância encontra-se normatizada no Brasil pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996); pelo Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 (publicado no D.O.U DE 11/02/98); Decreto n.º 2.561, de 27 de abril de 1998 (publicado no D.O.U de 28/04/98) e pela Portaria Ministerial n.º 301, de 07 de abril de 1998 (publicada no D.O.U de 09/04/98).

Assim sendo, a modalidade de Educação Aberta e a Distância (EAD) nos parece ser um dos veículos para que o Departamento de Letras e Línguas da UFES amplie com mais agilidade sua função social no Estado. Não obstante, compreende-se que é emergencial a ação deste Departamento, no sentido de assumir reiteradamente o seu papel e suas responsabilidades cívicas e éticas na qualificação de profissionais leigos no ensino do Italiano no Estado do Espírito Santo.



A Ufes tem um histórico bem-sucedido no ensino a distância. O Neaad (Núcleo de Educação Aberta e a Distância) tem infraestrutura para oferecer mais um curso, visto que em parceria com a UAB tem contribuído para democratizar o acesso à universidade.

Já foi explicitado que o setor de italiano é carente de recursos humanos, pois conta com apenas uma docente. Contudo, contamos com a adesão dos professores do Departamento de Letras ao Projeto da licenciatura emergencial em italiano. Ainda assim, a equipe que dará suporte a um curso a distância necessita de mais profissionais. Portanto, desejamos realizar convênios com instituições de ensino com experiência em italiano presencial e/ou a distância. As instituições consultadas foram: Alcies, UFRGS, UFSC e UnisulVirtual que estão estudando a proposta, enquanto o projeto tramita nas instâncias da Universidade.

2.3-Objetivos

2.3.1-Objetivos gerais:

O Curso de Licenciatura de Letras Italianas na modalidade EaD visa fundamentalmente à formação do professor na língua estrangeira. Os objetivos gerais de um curso de Licenciatura que pretende formar professores para o ensino fundamental e médio devem fundamentar-se necessariamente nos objetivos gerais da educação superior, expressos no Artigo 44 da LDB 9.394/96, assim como nos objetivos do ensino fundamental, expressos no Artigo 32 da LDB 9.394/96.

A aprendizagem de uma língua estrangeira é um direito de todo cidadão, conforme a Lei de Diretrizes e Bases, artigo 26, parágrafo 5. A aprendizagem de uma língua estrangeira deve garantir ao aluno a capacidade de se expressar e de entender a expressão do outro no discurso, seja por meio da leitura e da escrita seja por meio da comunicação oral. A construção do aprendente como sujeito do discurso passa pelo seu envolvimento com os processos sociais de criar significados por intermédio da utilização de uma língua estrangeira.

A aprendizagem de uma língua estrangeira contribui para o processo educacional como um todo, indo muito além da aquisição de um conjunto específico de habilidades lingüísticas. Leva o aluno a uma nova percepção da natureza da linguagem, aumenta a compreensão de como a linguagem funciona e desenvolve maior consciência do funcionamento da própria língua materna. Ao mesmo tempo, ao promover uma apreciação dos costumes e valores de outras culturas, contribui para desenvolver a percepção da própria cultura por meio da compreensão da(s) cultura(s) estrangeira(s). O desenvolvimento da habilidade de entender / dizer o que outras pessoas, em outros países, diriam em determinadas situações leva, portanto, à compreensão tanto das culturas estrangeiras quanto da cultura materna. Esta compreensão intercultural promove, ainda, a aceitação das diferenças nas maneiras de expressão e de comportamento.



2.3.2-Objetivos específicos:

As características do mundo moderno têm implicações importantes para o processo educacional como um todo e, particularmente, para o ensino de línguas. É preciso reconhecer cada sociedade como parte de uma economia global em que a informação pode ser partilhada instantaneamente. Para ser um participante atuante nesta realidade, é preciso ser capaz de se comunicar não apenas na língua materna, mas também em uma ou mais línguas estrangeiras. O desenvolvimento de habilidades comunicativas, em mais de uma língua, é fundamental para o acesso mais igualitário ao mundo acadêmico, ao mundo dos negócios e ao mundo da tecnologia. Portanto, é indispensável que o ensino de Língua Estrangeira seja entendido e concretizado como o ensino que oferece instrumentos indispensáveis de trabalho. Levando-se em conta as orientações da legislação em vigor e os objetivos gerais da LDB, propõem-se para o contexto específico de uma licenciatura em línguas neolatinas, os seguintes objetivos específicos para a licenciatura em Italiano:

- I – estimular o conhecimento de diferentes culturas das línguas estudadas, fortalecendo os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;
- II – estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo como base para o trabalho de pesquisa e investigação científica visando ao desenvolvimento da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- III – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber por meio do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação na língua italiana;
- IV – suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- V – formar, na área específica de conhecimento da língua Italiana, diplomados aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira como membro da sociedade global;
- VI – estimular o conhecimento dos problemas do mundo atual, e assim possibilitar a prestação de serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII – promover a extensão, aberta à comunidade, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

3-Fundamentação da Educação a distância: recursos humanos, materiais e técnicos

A elaboração de um projeto pedagógico na modalidade a distância deve ser orientada, além da legislação sobre cursos presenciais, por uma série de documentos redigidos pela Secretaria de Educação a Distância SEED/MEC (agosto de 2007) que foram consultados para a formatação do projeto. São eles:

Os **Referenciais de Qualidade** circunscrevem-se no ordenamento legal vigente em complemento às determinações específicas da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, do Decreto 5.622, de 20 de dezembro de 2005, do Decreto 5.773 de junho de 2006 e das **Portarias Normativas 1 e 2**, de 11 de janeiro de 2007. Embora seja um documento que não tem força



de lei, ele será um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada.

A leitura dos Referenciais sinalizam que não há um modelo único de educação à distância. Os programas podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagens e recursos educacionais e tecnológicos. A natureza do curso e as reais condições do cotidiano e necessidades dos estudantes são os elementos que irão definir a melhor tecnologia e metodologia a ser utilizada. E nesse ponto a demanda demonstrada pelo Censo Escolar justifica a feitura de um Projeto de Curso voltado para as necessidades educacionais do Espírito Santo.

Em primeiro lugar, um curso superior a distância precisa estar ancorado em um sistema de comunicação que permita ao estudante resolver, com rapidez, questões referentes ao material didático e seus conteúdos, bem como aspectos relativos à orientação de aprendizagem como um todo, articulando o estudante com docentes, tutores, colegas, coordenadores de curso e disciplinas e com os responsáveis pelo sistema de gerenciamento acadêmico e administrativo. Dito de outra maneira: interatividade.

Para atender às exigências de qualidade nos processos pedagógicos a distância devem ser oferecidas e contempladas, prioritariamente, as condições de recursos humanos, materiais e técnicos: 1) equipe multidisciplinar : corpo docente, tutoria (presencial e a distância) e coordenações; 3) apoio técnico-administrativo (Neaad/UAB): 3.1) telecomunicação; 3.2) produção digital-editorial e 3.3) logística.

3.1- Descrição das equipes multidisciplinares:

3.1.1) Corpo Docente

A equipe docente do ensino a distância costuma ser composta por duas tipologias de professores: professor –formador (especialista) e professor-conteudista (autor); os primeiros lecionam utilizando o ambiente de aprendizagem virtual (AVA) numa plataforma de ensino. O Neaad utiliza a *Plataforma Moodle*. Os professores de conteúdo são aqueles que elaboram o material impresso. No curso de italiano as duas tipologias provavelmente estarão fundidas devido ao escasso número de docentes da área. Os Referenciais preconizam que devam ser docentes com ampla experiência na graduação presencial de licenciados, assim como nas práticas de pesquisa e extensão. Segundo o Manual de Atribuições dos Bolsistas da Capes/UAB, os professores, tutores, coordenadores têm que comprovar a experiência de, ao menos, 3 (três) anos no Ensino Superior ou titulação *strictu sensu*.

Competências do professor-autor (conteudista) : Conhecer o material didático para determinada disciplina tanto para o formato impresso como para o ambiente virtual. Poderá ser o professor que irá desenvolver a disciplina.

Professor -formador terá as seguintes responsabilidades: planejar e desenvolver o ensino da disciplina; realizar avaliações;



participar dos encontros presenciais; agendar encontros com os alunos para fórum ou chat e participar de reuniões pedagógicas.

3.1.2) Tutores presenciais e a distância

Concepção de tutoria:

O tutor é um intermediador do ensino-aprendizagem porque possibilita a mediação entre o estudante e a metodologia do curso: material didático do curso e as atividades práticas. A tutoria é fundamental em EaD porque a noção de tempo/espaço da escola tradicional é substituída pela temporalidade e espacialidade que cada aluno possa dispor.

Segundo Vani Kenski (2003), o tutor é um agente dinamizador e orientador da construção do conhecimento por parte do aluno e de sua própria autoaprendizagem contínua.

Os tutores devem ser profissionais licenciados em Letras ou Pedagogia (isto é, professores) que estarão à disposição dos Centros Regionais de Educação Aberta e a Distância e do Neaad. Eles serão escolhidos por um processo de seleção que levará em conta: titulação, experiência didática e conhecimento da língua italiana. Os tutores presenciais (oriundos dos municípios colonizados pelos italianos) podem contribuir com as particularidades das diversidades regionais.

A carga horária semanal dos tutores será de 20 (vinte) horas de atuação nos polos UAB distribuídas em atendimento presencial, além de disponibilizar-se para atendimento por telefone, fax ou Internet. O atendimento presencial se dará em contatos semanais de 02 (duas) horas com grupos de 05 (cinco) alunos de cada vez, totalizando uma relação semanal de atendimento a 20/30 alunos por orientador acadêmico. Esses encontros semanais são práticos e teóricos, conforme discriminado acima, contando ainda com o apoio de técnicos e monitores.

Requisitos para ocupação da função de tutor *on line*:

- A) Residir na região onde se desenvolve a licenciatura;
- B) Possuir licenciatura em Letras ou área afim
- C) Apresentar disponibilidade para se dedicar, em tempo exclusivo, ao cumprimento das tarefas que compõem suas atividades;
- D) Demonstrar possuir os conhecimentos necessários às funções que desempenhará enquanto orientador acadêmico;
- E) Aceitar participar, como cursista, de um Curso de Formação de Tutores Metodologia em EAD.

Funções dos tutores:

O tutor desempenhará funções inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e à avaliação curricular. Com relação ao processo de ensino-aprendizagem o tutor terá como funções:

- A) Auxiliar os licenciandos na análise e entendimento dos objetivos do curso possibilitando que os mesmo adquiram hábitos e técnicas de estudo adaptados ao sistema de educação aberta e a distância;
- B) Orientar os alunos individualmente ou em pequenos grupos, identificando as suas dificuldades de aprendizagem e ajudando-os na superação das mesmas;
- C) Orientar os alunos na utilização da biblioteca dos polos: Incentivando-os a consultar bibliografia complementar aos textos didáticos de base, bem como textos de



periódicos e de *sites sobre a língua e/ou cultura italiana* e de seu ensino: como museus virtuais, enciclopédias, dicionários, etc., nos quais os licenciandos poderão ter acesso ao acervo cultural italiano – ferramenta para sua prática profissional;

D) Motivar os alunos para a continuidade do curso, ajudando-os a superar as possíveis dificuldades surgidas;

E) Realizar, em conjunto com seus pares, atividades que contribuam para o desenvolvimento do curso;

F) Contatar os especialistas e técnicos acadêmicos dos polos, quando necessitarem de orientações de ordem pedagógica ou administrativo-acadêmica;

G) Auxiliar os alunos em sua auto-avaliação;

H) Participar do processo de avaliação de desempenho dos alunos; em conjunto com seus pares, organizar e manter em ordem os registros acadêmicos, o patrimônio e a biblioteca dos polos ;

I) Participar da organização e desenvolvimento dos Seminários Temáticos e Atividades Práticas de Ensino (será explicado em outro capítulo);

J) Avaliar, com base nas dificuldades dos alunos, os materiais instrucionais utilizados no curso;

K) Indicar falhas na orientação acadêmica e na orientação dos especialistas, sugerindo estratégias para a melhoria de sua eficácia;

L) Sugerir apoio complementar não previsto no projeto;

M) Participar do processo de avaliação do curso.

A tutoria, do curso de Licenciatura em Letras-Italiano tem como finalidade principal possibilitar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. A tutoria é concebida como um dos elementos do processo educativo que dinamiza a educação à distância e instrumentaliza o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional.

A tutoria (presencial e *on line*) é o eixo articulador entre professor x aluno (aluno x aluno) e é também uma das peças fundamentais para que o processo de ensino-aprendizagem se estabeleça e agilize a transmissão dos conteúdos do curso.

Em síntese: a orientação acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Italiano será realizada por duas equipes: professores e tutores (vale recordar: docentes titulados e com experiência). Cabe aos professores assessorar os tutores no que diz respeito ao estudo e discussão dos conteúdos abordados nos materiais didáticos do curso. Os tutores deverão ser egressos de cursos de Letras ou áreas afins com domínio em disciplinas pertinentes ao currículo.

3.1.3-. Concepção de orientação acadêmica

A orientação acadêmica do Curso de Licenciatura em Letras Italiano será realizada por duas equipes: professores-formadores (também chamados de especialistas) e tutores. Os especialistas se responsabilizarão pela orientação e acompanhamento das áreas de conhecimento que constituem os eixos de formação do curso: formação geral, específica e pedagógica. Cabe a esses especialistas assessorarem os tutores dos Centros Regionais e do Neaad (presenciais e a distância) quanto aos estudos e discussões dos conteúdos abordados



nos materiais didáticos do curso, e estar à disposição dos licenciandos para a realização de atividades que possam ser executadas de forma conjunta, através de telefone, fax, Internet (Plataforma Moodle, chat, fórum e/ou webconferência).

3.1.4) Coordenações

Coordenação-geral

É de responsabilidade da Coordenação Geral do curso atividades como: selecionar as equipes de trabalho (tutores); produzir os materiais didáticos do curso (digitais e fascículos); presidir o Colegiado e assumir as rotinas do mesmo; participar dos encontros presenciais com os alunos; realizar reuniões pedagógicas com tutores (on line ou presenciais) e membros dos Colegiado.

Coordenação pedagógica

Ao Coordenador Pedagógico são destinados os seguintes afazeres: criar a arquitetura pedagógica do curso (AVA); identificar problemas em sua implementação e execução; organizar e executar o processo de pesquisa e avaliação do curso.

Coordenador de Polo (UAB)

Ao Coordenador de Polo compete: coordenar as atividades técnico-administrativas pedagógicas do polo; planejar e supervisionar o atendimento aos alunos pelos tutores on line, garantindo o preenchimento dos relatórios e frequência dos alunos; planejar e supervisionar o cronograma dos encontros presenciais; tomar as providências administrativas para o bom funcionamento do curso: logística da entrega do material de curso (fascículos, cds, DVDs), controle dos empréstimos da biblioteca; cumprir as determinações do Colegiado de Curso.

Coordenação do AVA e do material impresso

Responsável por coordenar a equipe e irá customizar a plataforma Moodle adaptando-a às necessidades pedagógicas e gráficas do Curso. A Coordenação tem como atribuições: criação do projeto gráfico para o AVA (desenvolvimento do material hipermídia para ser disponibilizado no ambiente); criação do projeto gráfico para o material impresso; fornecimento de senhas de acesso para alunado, tutoria e corpo docente

3.2) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Trata-se de um ambiente organizado com diversas ferramentas de comunicação digital, que possibilita interações síncronas e assíncronas, como o propósito de desenvolvimento de um programa de curso (currículo) formalmente instituído e sustentado por detalhada proposta pedagógica. O AVA do curso de Italiano disponibilizará das



seguintes ferramentas: correio eletrônico, senha de acesso, bate-papo, fórum de discussão, mural de recados, leituras/produções hipertextuais, biblioteca virtual.

O AVA utilizado para o Projeto será dinamizado pela Plataforma Moodle (*Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment*). Explicando as terminologias: Plataforma Moodle é um projeto *Open Source*, ou seja, de código aberto, distribuído sob licença. Esta ferramenta foi desenvolvida com objetivos de aprendizado colaborativo e permite que os usuários modifiquem e adaptem para suas necessidades.

O Moodle é um sistema desenvolvido de forma colaborativa que permite a criação e administração de disciplinas na *web*, isto é, um conjunto de recursos tecnológicos utilizados para um determinado fim. Nas plataformas de gerenciamento de aprendizagem existem algumas funcionalidades focadas no processo de ensino-aprendizagem, exercícios, monitoração de aprendizagem e monitoração avaliativa.

O coordenador do Moodle ocupa-se do planejamento, implementação e gestão do aprendizagem a distância. Oportunizando ao autor/tutor obter informações sobre o aproveitamento e produtividade de cada aluno, visto que se monitora os acessos diários ao site do curso.

Justificativa para a escolha do Moodle:

Trata-se de um *softwear* gratuito que suporta diferentes linhas pedagógicas (comportamentalismo, construtivismo sócio-interacional), além de oferecer funcionalidades bastante flexíveis em termos de configuração, o que facilita a aplicação de diferentes estratégias pedagógicas da implementação de um curso. Disponibilizando recursos para os usuários, tutores e professores-autores.

O Moodle contempla os pressupostos básicos da EaD, segundo Cristiane Nova e Lynn Alves (2003, PP.6/7) porque " (...) novas perspectivas do trinômio conhecimento, educação e tecnologia: interatividade entre os sujeitos da educação em tempos-espacos diferenciados."

O acesso ao ambiente virtual de aprendizagem permite a emissão de relatórios detalhados sobre a navegação e a participação do aluno nas atividades propostas, dentre as quais destacamos a participação nos fóruns. É possível visualizar o número de participações de cada aluno. A periodicidade dos fóruns e o número de vezes que cada aluno deve participar e que será estipulado pela coordenação pedagógica. A temática dos fóruns versará sobre conteúdos estudados.

A escolha desta plataforma tem como pressuposto a criação de ambiente de aprendizagem que favorece a atividade de sala de aula permitindo maior aproximação entre professor e aluno tanto dentro do contexto da aula presencial como também criando possibilidades de interação a distância. O ambiente pode ser criado em torno de cada disciplina ou para o seu conjunto, podendo ter as suas funções adaptadas para cada turma ou grupo de interessados.

A participação em chats - a exemplo dos fóruns, nesta ferramenta, permite a emissão de relatórios com a descrição da

participação de cada aluno e sua contribuição para a discussão do tema proposto. O AVA também pode computar as respostas automáticas às tarefas ou exercícios, inclusive contabilizando o número de acertos obtido.

É possível também monitorar as atividades realizadas por cada aluno nos grupos de trabalho. E o Moodle também oferece ao alunado meios de autoavaliação feitos através de produção de texto, relatório, ficha avaliativa, etc.

O aluno quando entra no sistema tem uma visão de todas as disciplinas que compõe sua matrícula. O professor visualiza as disciplinas que ele ministra no curso. Tanto professor quanto aluno tem acesso a todos os recursos, variando apenas os níveis de restrições de cada um. Assim, em alguns casos, apenas o professor poderá inserir informações, enquanto em outros, alunos e professor têm o mesmo nível de acesso.

3.3-. Previsão de Capacitação dos Profissionais envolvidos, em função das especificidades do curso.

Todos os professores que atuarão no curso de Licenciatura em Italiano na modalidade a distância participarão, antes, do Curso de Formação de professores em EAD, cujo conteúdo abordará a metodologia EAD (30 h) e fundamentos da formação de professores (30 h), totalizando 60 horas de formação. O aprendizado será na Plataforma Moodle que está hospedada no site (<http://www.gfarias.com/web/>) que é um site de consultoria especializado em Educação a Distância e que vem prestando serviços à UFES.

A Educação a Distância precisa de meios para disponibilizar seus cursos. Por isso conta com uma estrutura instalada que responde a duas alternativas tecnológicas, que podem ser utilizadas em separado e conjuntamente - Rede por Satélite e Internet e a Plataforma Moodle, ambas coordenadas pelo Neaad e pelos polos da UAB.

3.4) Recursos Humanos : gestão administrativa e técnica

A estrutura e recursos humanos do Neaad está concebida da seguinte forma: direção geral, diretoria executiva (diretor pedagógico, diretor administrativo, secretário executivo), especialistas em comunicação EaD, especialistas em pesquisa e avaliação em EaD, secretárias, assessores de inovações tecnológicas, técnicos em informática, *webdesigners*.

Os polos da UAB foram equipados em 2001 com infraestrutura computacional de telecomunicações adequadas às exigências da legislação que regula o EaD. Além dessa infraestrutura, as unidades operativas dispõem de laboratórios computacionais para o atendimento aos alunos e também equipamentos para a utilização das mídias necessárias aos Cursos. Os polos estão organizados através de equipe técnica que é



formada por gestor administrativo e equipe de apoio da área técnica e científica e secretária.

3.5) Recursos materiais e técnicos :

Um curso a distância deve ter os seguintes recursos de telecomunicações: telefones fixo e móvel e fax; uso de computador com recursos da web: correio eletrônico, fórum de debate, chat (valer-se de modalidades comunicacionais síncronas e assíncronas), vídeo/web-conferência, para a interação em tempo real entre docentes, tutores e estudantes. Além dos ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), ou seja, Plataforma *Moodle* e dos recursos audiovisuais: webcam, microfone.

3.6) Material didático

O material didático tanto do ponto de vista do conteúdo quanto da forma será concebido de acordo com os princípios explicitados no projeto pedagógico, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre estudante e professor.

A produção de material impresso e do digital será resultado do trabalho de uma equipe multidisciplinar, contendo profissionais especialistas nos conteúdos pertinentes as disciplinas de Letras Italiana e contará com o apoio dos profissionais em desenho instrucional, diagramação, ilustração, desenvolvimento de *páginas-web*, entre outros.

A produção do material obedecerá os Referencias e oferecerá um guia geral do curso que orientará o estudante quanto às características da educação a distância e quanto aos direitos, deveres e normas de estudo a serem adotadas, durante o curso. Ou seja: matriz curricular com suas ementas, programas e bibliografia. Além de conter o cronograma do curso, a lista dos docentes.

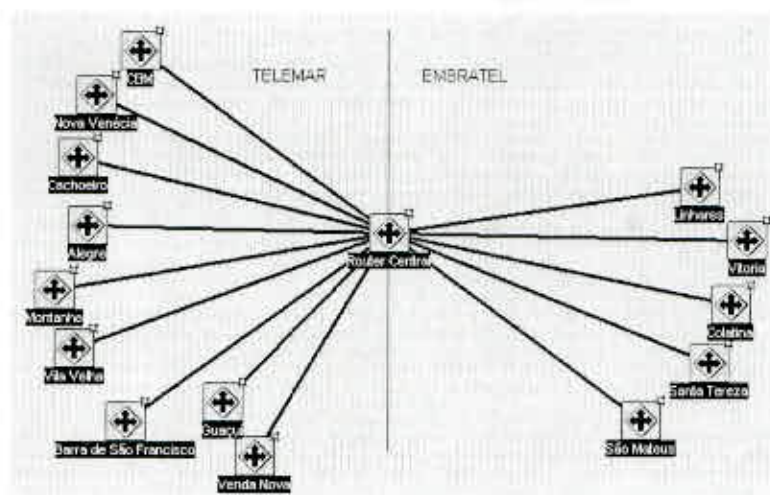
Equipe gestora do material impresso/digital :1) redatores ; 2) revisor de conteúdo e 3) revisor de linguagem que atuarão sobre a supervisão do comitê editorial do Neaad.

3.7) Acervo de Materiais Didáticos e Bibliográficos - logística:

O Curso de Licenciatura em Letras Italiano, modalidade EAD, contará com o seguinte acervo:

- Material didático impresso na forma de fascículos para as disciplinas que é distribuído gratuitamente pelo pessoal da logística dos polos e Neaad : Fascículo (conteúdo); Guia do aluno ; Guia do professor (formador e conteudista) ; Guia do tutor ;
- Material bibliográfico especificado no projeto e a ser disponibilizado para alunos e tutores nos polos, constituindo o acervo da biblioteca local; Acesso via Web e presencial ao acervo da Biblioteca Universitária da UFES e a todos os portais dos quais é assinante ou parceira.

3.8) Estrutura do Neaad e Polos UAB:



Detalhamento da Rede Comunicacional

O Neaad - Núcleo de Educação Aberta e a Distância da UFES - é um organismo mediador e gestor das propostas de EaD no interior da Universidade, responsável pela introdução sistematizada da cultura de EaD na Universidade e pela mediação da formatação dos cursos ou produtos a serem oferecidos. Esta prerrogativa não elimina a autonomia dos Centros, Departamentos e Colegiados de Curso na proposição de seus produtos. Ela visa, tão-somente, a assegurar a qualidade, a viabilidade, bem como a visibilidade institucional das propostas de EaD em execução.

O Núcleo é institucionalizado no interior do Gabinete da Reitoria, dessa forma, o Neaad configura-se como um "ambiente" com enorme representatividade institucional, englobando toda a Universidade.

Municípios com Polos Municipais da UAB (ceme@ads) : Afonso Cláudio, Aracruz, Bom Jesus do Norte, Castelo, Conceição da Barra, Fundão, Itapemirim, Iúna, Mimoso do Sul, Muniz Freire, Pinheiros, Piúma, Santa Leopoldina, Vargem Alta, Vila Pavão, Baixo Guandu, Domingos Martins, Ecoporanga, Mantenópolis.

Centros Regionais incorporados a UAB (cre@ads): Alegre, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Colatina, Guaçuí, Linhares, Montanha, Nova Venécia, Santa Teresa, São Mateus, Venda Nova do Imigrante, Vila Velha, Vitória.

4) Projeto Pedagógico do Curso: Fundamentação legal e conceitual

Os princípios norteadores do Curso de Licenciatura Letras Italiano - modalidade EAD são decorrentes das abordagens epistemológicas e metodológicas apontadas por vários documentos: 1) Diretrizes Curriculares para o curso de Letras/Mec (pareceres, resoluções, parâmetros); 2) Diretrizes Curriculares para o Curso de Licenciaturas concebidas pela UFES; 3) Projeto Institucional/UFES.



4.1) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Estruturação do Curso de Letras Italiano

A promulgação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional instituiu a autonomia universitária e conferiu às Instituições de Ensino Superior o direito e a responsabilidade de fixarem os currículos de seus cursos e programas. Desse modo, a legislação propiciou ao Colegiado do Cursos de Letras-Português oportunidade de implementar currículos em línguas neolatinas. Daí a aprovação dos três projetos presenciais (Português-Italiano/Espanhol e Francês) em 2008, pelo Cepe/UFES.

O presente projeto pedagógico é uma extensão conceitual dos projetos presenciais de Espanhol e Italiano (que foram concebidos em um único documento) no que tange à adequação aos princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras. Destacamos cinco itens que sedimentam a flexibilidade na organização do curso e a consciência da diversidade/heterogeneidade do conhecimento do aluno e que serão abordados na fundamentação do projeto: 1) Princípios norteadores; 2) Organização didático-pedagógica; 3) Estruturação curricular (matriz); 4) Perfil dos graduados; 5) Avaliação; 6) Conteúdos curriculares (ementas).

O presente projeto tem uma característica distintiva: a formação do professor-leigo, ou seja, que já atua em sala de aula e não teve a formação didática que tradicionalmente se adquire frequentando uma licenciatura. Por isso, o curso foi elaborado privilegiando a dimensão pedagógica e os eixos articuladores foram os seus princípios norteadores.

4.2) Princípios norteadores:

A organização curricular de um curso deve seguir critérios claros, que se "expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões que precisam ser contempladas na formação profissional docente" (Parecer CNE/CP 9/2001). Esses princípios são contemplados na forma de eixos: 1) Eixo Articulador dos Diferentes Âmbitos de Conhecimento Profissional; 2) Eixo Articulador da Interação e Comunicação e do Desenvolvimento da Autonomia Intelectual e Profissional; 3) Eixo Articulador entre Disciplinaridade e Interdisciplinaridade; 4) Eixo Articulador da Formação Comum e da Formação Específica; 5) Eixo Articulador dos Conhecimentos a Serem Ensinados e dos Conhecimentos Educacionais e Pedagógicos que Fundamentam a Ação Educativa; 6) Eixo Articulador das Dimensões Teóricas e Práticas.

4.2.1) Eixo Articulador dos Diferentes Âmbitos de Conhecimento Profissional

A elaboração de um projeto curricular deve levar em conta, além do ensino estruturado, no qual se trabalham os conteúdos, reconhecidamente "significativos para a atuação profissional dos professores", a complexidade da apropriação e a organização dos conhecimentos e para atender a essa complexidade é necessário, de acordo com o Parecer CNE/CP 09/2001, item 3.1:

(...) instituir tempos e espaços curriculares diversificados como oficinas, seminários, grupos de trabalho supervisionado, grupos de estudo, (...), atividades de extensão (...) capazes de promover e, ao mesmo tempo, exigir dos futuros professores atuações diferenciadas, percursos de aprendizagens variados, diferentes modos de organização do trabalho, possibilitando o exercício das diferentes competências a serem desenvolvidas.

É necessário colocar à disposição do aprendente diferentes meios que lhe permitam encontrar a melhor maneira de desenvolver suas competências.

4.2.2) Eixo Articulador da Interação e Comunicação e do Desenvolvimento da Autonomia

Intelectual e Profissional

A autonomia profissional e intelectual encontra-se relacionada à expressão de suas experiências e de seus conhecimentos em um ambiente que tenha caráter investigativo e de apoio para troca de opiniões diversificadas e de busca do aperfeiçoamento. Cabe-nos criar em nosso curso de Licenciatura os dispositivos de organização curricular que possam permitir tal aprendizagem, possibilitando de fato a interação e a comunicação entre professores formadores e professores em formação.

"A constituição de grupos de estudo, a realização de seminários "longitudinais" e interdisciplinares sobre temas educacionais e profissionais, a programação de exposições e debates de trabalhos realizados, de atividades culturais" estão, segundo o Parecer CNE/CP 009/2001, entre as iniciativas que podem aprimorar as competências desejadas para o formando de letras.

4.2.3) Eixo Articulador entre Disciplinaridade e Interdisciplinaridade

De acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, item 3.3:

A formação do professor demanda estudos disciplinares que possibilitem a sistematização e o aprofundamento de conceitos e relações sem cujo domínio torna-se impossível constituir competências profissionais. Esse domínio deve referir-se tanto aos objetos de conhecimento a serem transformados em objetos de ensino quanto aos fundamentos psicológicos, sociais e culturais da educação escolar. A definição do grau de aprofundamento e de abrangência a ser dado aos conhecimentos disciplinares é competência da instituição formadora tomando como referência a etapa da educação básica em que o futuro professor deverá atuar.

Portanto, a atuação do professor, independente da área em que atua, deve ser a "de um profissional que usa dos conhecimentos de outras disciplinas para uma intervenção específica e própria da profissão: ensinar e promover a aprendizagem de crianças, jovens e adultos."

Um currículo que observe essas recomendações deve proporcionar aos aprendentes instrumentos que o levem ao constante aprofundamento e indagação de seus conhecimentos, caracterizando-se, essencialmente pelo caráter crítico reflexivo.



4.2.4) Eixo Articulador entre Formação Comum e Formação Específica

Segundo recomendação do Parecer CNE/CP 009/2001, item 3.4: A organização curricular dos cursos (...) deve incluir sempre espaços e tempos adequados que garantam:

- a) a tematização comum de questões centrais da educação e da aprendizagem bem como da sua dimensão prática;
- b) a sistematização sólida e consistente de conhecimento sobre objetos de ensino;
- c) a construção de perspectiva interdisciplinar, tanto para os professores de atuação multidisciplinar quanto para especialistas de área ou disciplina, aí incluídos projetos de trabalho;
- d) opções, a critério da instituição, para atuação em modalidades ou campos específicos incluindo as respectivas práticas, tais como: crianças e jovens em situação de risco; jovens e adultos, escolas rurais ou classes multisseriadas; educação especial; educação indígena.

4.2.5) Eixo Articulador dos Conhecimentos a Serem Ensinados e dos Conhecimentos Educacionais e Pedagógicos que Fundamentam a Ação Educativa

Os currículos de formação de professores devem ser organizados de modo a que sejam contemplados espaços, tempos e atividades que possibilitem aos alunos fazer permanentemente a transposição didática, ou seja, transformar os objetos de conhecimento em objetos de ensino.

Assim, se por um lado, temos os conhecimentos práticos e pedagógicos que estão sob a responsabilidade dos pedagogos, e, se por outro, estão os conhecimentos específicos que são de responsabilidade dos especialistas por área de conhecimento, é evidente que deva existir uma atuação integrada da equipe de formadores que garanta a ampliação, ressignificação e equilíbrio de conteúdos.

Então, conforme as Diretrizes para a Formação de Professores na UFES: O profissional de educação deverá ser capaz de selecionar e organizar conteúdos de acordo com seus objetivos de ensino e as necessidades dos alunos, sabendo, para tanto, montar situações de aprendizagem que favoreçam a construção do saber. O professor em formação precisará compreender, com clareza, a relação entre o que está aprendendo no curso de Licenciatura e o que ensinará no futuro. (...) os cursos de Licenciatura deverão oferecer oportunidade para a reinterpretação dos conteúdos em estudo, de acordo com diversos contextos escolares.

4.2.6) Eixo Articulador das Dimensões Teóricas e Práticas

Em um curso de Licenciatura é imprescindível que se garantam instrumentos e referenciais em condições de potencializar a capacidade de refletir sobre a ação, de ampliar os horizontes da compreensão do mundo.

De acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, item 3.5: O princípio metodológico geral é de que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer (...). Assim, no



processo de construção de sua autonomia intelectual, o professor, além de saber e de saber fazer deve compreender o que faz.

O Parecer citado recomenda, ainda, que sejam oferecidas, nos cursos, oportunidades para que os professores em formação possam refletir sobre esse processo ao colocar em prática os conhecimentos adquiridos, que poderão ocorrer:

- a) No interior das áreas ou disciplinas.
- b) Em tempo e espaço curricular específico, aqui chamado de coordenação da dimensão prática.

Ainda neste sentido, o Parecer CNE/CP 27/2001, alterando a redação da alínea c, do Parecer anterior, afirma: No estágio curricular supervisionado a ser feito nas escolas de educação básica. O estágio obrigatório definido por lei deve ser vivenciado durante o curso de formação e com tempo suficiente para abordar as diferentes dimensões da atuação profissional.

O professor-leigo já trabalha sala de aula. Por isso, os licenciandos poderão ter redução da carga horária do estágio supervisionado, valendo-se do Parágrafo Único da Resolução CNE/CP 2 que diz: "Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução de carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas."

4.3) Práticas como Componente Curricular: Projetos de Aprendizagem, Seminários Temáticos e Atividades Acadêmico-Científicos-Culturais

4.3.1) Projetos de Aprendizagem

De acordo com o Parecer CNE/CP 009/2001, item 3.2.5: uma concepção de prática como componente curricular implica vê-la como uma dimensão do conhecimento que tanto está presente nos cursos de formação nos momentos em que se trabalha na reflexão sobre a atividade profissional, como durante o estágio, nos momentos em que se exercita a atividade profissional.

Assim, a prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. (...) ela terá que ser uma atividade tão flexível quanto outros pontos de apoio do processo formativo (...). Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. (Parecer CNE/CP 28/2002)

As atividades de prática curricular transcendem e promovem a articulação de diferentes áreas do conhecimento numa **perspectiva interdisciplinar**, com ênfase nos procedimentos de observação e reflexão para compreender e **atuar em situações contextualizadas, tais como as produções dos alunos, as situações simuladas e estudos de casos, registro de**

observações realizadas e a resolução de situações-problema características do cotidiano profissional.

Ainda, segundo o Parecer CNE/CP 009/2001, item 3.5, a prática dos conhecimentos adquiridos pode ser realizada: no interior das áreas ou disciplinas. Todas as disciplinas que constituem o currículo de formação e não apenas as disciplinas pedagógicas têm sua dimensão prática. É essa dimensão prática que deve ser permanentemente trabalhada tanto na perspectiva de sua aplicação no mundo social e natural quanto na perspectiva da sua didática.

Respondendo o Parecer citado, temos a Resolução CNE/CP1 (18/02/2002) especificando que as bases do currículo devam:

- Acolher a diversidade;
- Enriquecer as atividades culturais;**
- Estimular a prática investigativa;**
- Fomentar a elaboração e execução de projetos;**
- Favorecer o uso de tecnologias;
- Inovar as estratégias de ensino e o material didático.

Mediante as premissas legais, escolhemos o Projeto de Aprendizagem como dinamizador das práticas curriculares.

Conceituação do Projeto de Aprendizagem

Segundo Léa Fagundes (2001). Os projetos de aprendizagem servem para construir conhecimentos e competências e ampliar as já construídas ao longo da vida do alunado, viabilizando o desenvolvimento de novas e mais complexas estruturas e relações com o contexto histórico-social das comunidades nas quais as escolas estão inseridas.

Os projetos de aprendizagem oferecem aos alunos sólida formação que os prepare para realizar escolhas que a vida apresente. Muito mais do que oferecer conhecimentos compartimentados por áreas de saber, o ensino deve ter com foco as diversas dimensões da formação humana: a cognitiva, a cultural, a ética, a sociopolítica, e a afetiva.

Eles devem estar inseridos na contextualização das disciplinas ao cotidiano da comunidade do entorno da escola para que o conhecimento transmitido tenham sentido e significado, a partir da clareza da função social da escola e da educação. Eles rejeitam a colonização por parte de disciplinas hegemônicas e, valendo-se da teoria do currículo, exploram e elaboram construções interdisciplinares híbridas, isto é, a aprendizagem por projetos que permitem a integração curricular e a valorizam a aprendizagem em serviço.

Os projetos de aprendizagem são tentativas de discutir, estudar, pesquisar, inventar, (des)construir, as situações didáticas (Guy Brousseau, 2008) de aprendizagem tanto de maneira teórica quanto prática.

Professores e alunos são envolvidos num processo de aprendizagem em que juntos elaboram, aplicam e fiscalizam os mecanismos de ensinar e aprender. Estimulando (uns aos



outros) a propor e defender, idéias em projetos coletivos, contribuindo, assim, com o que sabe fazer. Os projetos de aprendizagem deslocam a ênfase do ensino centrado no professor e procuram compreender as interações sociais na sala de aula.

Segundo o Parecer CNE /CP 28/2001, há vários modos de se fazer a prática. Dentre elas, temos os projetos (que designamos "de aprendizagem", visto que acolhemos a proposta da Profa. Léa Fagundes) que almejam impulsionar o licenciando a um processo de reflexão sobre questões ligadas às práticas educativas do cotidiano da escola. A adoção dos projetos de aprendizagem como princípio dinamizador do currículo incorpora a experiência profissional já vivida pelos licenciandos. Esse princípio dinamizador implica a interrelação da díade teoria-prática. Nesse sentido, o projeto de aprendizagem favorece o reconhecimento da autonomia do licenciando na construção das bases científicas para a transmissão dos conteúdos relativos à língua italiana. Em se tratando de relações pessoais pressupõe dinamismo e permuta na produção-aquisição de conhecimento.

Uma graduação que introduz em seu Currículo projetos de aprendizagem como componente curricular obrigatório está concedendo à comunidade (a escola) um lugar de destaque em seu *corpus* matricial.

É assumido que o Projeto de curso destina-se a professores em exercício por isso as práticas curriculares devem estar intrinsecamente relacionadas dentro do projeto pedagógico da escola na qual o licenciando leciona, sendo sua prática tomada como dimensão curricular.

Não se busca construir um currículo hermético, ignorando a diversidade e as especificidades de cada região ou comunidade. Ao contrário, o que se espera é que a escola, em cada local, assuma contornos próprios a partir do diálogo com a realidade em que está inserida. A autonomia da escola para construir o seu projeto pedagógico deve ser mais do que respeitada, estimulada. E os responsáveis por elaborar e colocar em prática esse projeto são os educadores.

Investir na formação de professores é essencial para que haja transformações na escola. O processo formativo permanente dos professores que inclui tanto a formação inicial quanto continuada ao longo de sua vida profissional, não é um fim em si mesmo, mas um meio de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino na escola.

O foco nas escolas busca assegurar que o investimento feito na formação do docente resulte em melhoria real na qualidade do ensino oferecido nas escolas das redes públicas. Assim, serão envidados esforços buscando estimular os demais profissionais da escola em que atua o professor-leigo para que possam ser efetuadas pesquisas de aprendizagem com a menor resistência por parte dos colegas, tanto quanto dos gestores.

O Projeto deve desenvolver meios e estratégias para que os educadores nele envolvidos sejam capazes de propor e construir a

escola que se faz necessária em cada região, em cada comunidade. Mas os professores não são os únicos protagonistas dessa tarefa, já que a educação resulta da participação de toda a comunidade escolar: direção, professores, estudantes, funcionários, pais e mães. A todos cabe, portanto, dar forma ao projeto ideal de escola que é peculiar a cada comunidade.

Desses pressupostos, desejamos que os projetos de aprendizagem tentem contribuir para a problematização do trabalho educacional escolar como suas dificuldades e gratificações.

Em suma : o projeto de aprendizagem serve para desenvolver metodologias que formulem hipóteses e as teste no corpo discente visando o ensino da língua italiana, e seus correlatos, de modo crítico e versátil, isto é, negando os modelos unitários e incontestáveis preconcebidos por livros ou teoria em voga.

Os projetos de aprendizagem são disciplinas obrigatórias com crédito e carga horária voltadas para a práticas e terão macrotemas de abordagens. Estão distribuídos desde o primeiro até o quinto período.

4.3.3) Seminários Temáticos

O projeto pedagógico de Letras Italiano está voltado para a formação de um professor capaz de promover a formação integral dos seus futuros alunos. Por isso, possui foco na formação da identidade do professor e destinou tempo-espaco no currículo para suas propostas de ensino-aprendizagem na forma de Projetos de Aprendizagem e Seminários Temáticos. Os módulos foram concebidos através de orientação interdisciplinar que articula teoria e prática contextualizando os conteúdos das disciplinas.

Os Seminários Temáticos levarão, gradualmente, o professor a produzir material que viabilize compartilhar sua experiência e serão convertidos para o seu histórico escolar no qual constará a cronologia de suas experiências.

Em suma: os seminários incluem estratégias que levem o licenciando a experimentar práticas de produção cooperativa e privilegia a reflexão sistemática sobre o ensino. Eles também fomentam o estabelecimento de parcerias com vistas ao desenvolvimento de ações à produção interdisciplinar, isto é, frequente comunicação com seus pares para permutar/disseminar pesquisas, resultados, propostas, etc.

A distribuição dos projetos de aprendizagem e dos seminários temáticos ao logo do curso atende ao disposto no 2§ do Artigo 12 da Resolução CNE/CP1:

A prática deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor. A matriz curricular articulada em módulos atende também ao 3§ do mesmo Artigo. No interior das áreas ou das disciplinas que constituírem os componentes curriculares de formação todas as disciplinas terão sua dimensão prática. Daí o conceito de macro temas para

os Seminários Temáticos que possibilitam a discussão dos resultados e aplicações dos Projetos de Aprendizagem.

Os Seminários Temáticos atendem ao 1º do Artigo 14 que veicula a flexibilidade curricular ao contemplar, de maneira interdisciplinar, os conhecimentos ensinados pelas áreas de formação comum e específica.

Quanto ao Seminário de Pesquisa (disciplina do primeiro módulo) não se trata de uma disciplina preparatória para a realização apenas do TCC. Mas essa disciplina serve para esclarecer os conteúdos e intenções dos Projetos de Aprendizagem e dos Seminários Temáticos. A frequência dessa disciplina oferecerá ao aluno as diretrizes na realização dos projetos (etapas ou parametrização): problemática, hipóteses, metodologia e procedimentos, cronograma, referencial teórico, etc.

As três modalidades acima expostas constam da matriz curricular: Projetos de Aprendizagem e seus desdobramentos -- os Seminários Temáticos. Essas duas (ou três) atividades perfazem o quantitativo de horas-atividades (400 horas) da prática como componente curricular exigido pela legislação pertinente. Na verdade, os projetos são 5 (cinco) com carga horária de 60 (sessenta) horas cada um, isto é, 300 (trezentas) horas, porém são os seminários com igual carga horária (60h x 5). Temos assim, 600 (seiscentas) horas de prática.

O currículo pretende oferecer aos professores a vivência com seus pares, criando, assim, uma rede de socialização permanente de experiências, materiais e propostas de atuação. Os resultados desses estudos e pesquisas serão apresentados nos Seminários Temáticos para os colegas do curso, professores e tutores e coordenadores, oportunizando debates e discussões sobre temas abordados e aprofundamento das teorias trabalhadas nas disciplinas. Em síntese: o relato das vivências acadêmicas dos professores serão expostos e disseminados em Seminários Temáticos, ou seja, os Projetos de Aprendizagem.

A prática pedagógica como um dos elementos estruturantes do currículo favorece ainda a atitude de descentramento do aluno/professor, para que se perceba também como objeto de sua própria reflexão e análise.

Nesse sentido, os Seminários Temáticos versarão sobre temas das disciplinas ofertadas, contextualizando os conteúdos apreendidos. Os Seminários demonstrarão os resultados das atividades de ensino-aprendizagem e pesquisa, demonstrando a indissociável relação teoria-prática, além de evidenciar os princípios da construção histórica e interdisciplinar do conhecimento.

As práticas e as atividades curriculares transformadas em Projeto de Aprendizagem (aplicados aos alunos) demonstra que lançamos mão de sua prática para reflexão e experimentação do que é proposto e estudado no curso em relação ao cotidiano escolar. O curso a ser desenvolvido deverá ser concebido como uma etapa de um processo de formação (sempre) continuada. Por um lado, estará articulado a outras iniciativas de formação permanente de educadores de forma que a

diplomação desses professores seja apenas um momento pontual e não o ponto final.

4.3.4) Atividades Acadêmicas Científicas Culturais

De acordo com o Parecer CNE/CP 28/2001, os alunos de graduação devem desenvolver, ao lado das atividades curriculares em sala de aula, atividades acadêmico-científico-culturais (AACC) no total de 200 (duzentas) horas. O Parecer prevê: "produção coletiva ou individual de estudos, elaboração de pesquisas, seminários, monitorias, tutorias, eventos, publicações, etc."

Na matriz curricular estão previstas 200 (duzentas) horas obrigatórias para a integralização da carga horária do Curso. As AACC podem ser de diferentes modalidades: participação, organização e apresentação de comunicações em eventos, monitorias, estágios extracurriculares, cursos de línguas extracurriculares, atividades de extensão, publicações, etc. A parametrização das AACC e a tabulação das horas serão feitas pelo Colegiado de Curso.

5- Estrutura de Ensino e Aprendizagem:

Do ponto de vista da teoria do currículo, o ensino é uma questão de capacitar os estudantes a empregar o saber acadêmico para compreender sua própria autoformação
William Pina

O currículo de Letras Italiano, na modalidade à distância, pressupõe que a educação é contínua e permanente e que o professor-leigo tenha instrumentos próprios de aprendizagem: recorrendo a múltiplas vias e fontes de saber para organizar a aquisição de conteúdos e que, a posteriori, ser capaz de empregá-la adequadamente na comunidade educativa na qual está inserido.

Desta forma, a matriz curricular não é apenas uma listagem de disciplinas que os estudantes devam cumprir em determinadas etapas. E o corpo discente não é interpretado como sujeitos sem conhecimentos. A produção de conhecimento realizar-se-á através de uma relação entre pessoas e, desta forma, é também uma relação social na qual os sujeitos envolvidos devam participar da sua materialização, relacionando-se e determinando-se mutuamente. Vale observar o que NEDER (2001), destaca: "(...) ainda que o importante seja ver o currículo não apenas como sendo constituído por pessoas, mas também vê-lo como fazendo coisas às pessoas. O currículo é aquilo que os professores e os estudantes fazem com as coisas e também aquilo que as coisas feitas fazem aos seus autores (...) Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz".

Para tanto, a caracterização do currículo exige uma clara definição das premissas pedagógicas que devem orientar seu desenvolvimento. Neste sentido, e levando em conta as características principais da modalidade a distância, destacamos os princípios básicos para a construção do curso. São eles: autonomia; investigação; trabalho cooperativo; relação teoria e prática; dialogicidade; interatividade; flexibilidade; criticidade; inter e transdisciplinaridade.



O Curso de Graduação em Letras Italiano está dividido em 8 (oito) módulos, distribuídos em 8 (oito) períodos. De acordo com a concepção curricular, as áreas se interconectam de forma que, em cada fase, o estudante terá contato com as diferentes abordagens curriculares, privilegiando as diferentes formações. Os projetos de aprendizagem e seminários temáticos (nos quais serão feitas as exposições dos resultados sobre os projetos de aprendizagem) estarão presentes ao longo do curso, e tratarão de temas transversais. A organização curricular desse curso prevê a duração de 4 (quatro) anos.

Para o desenvolvimento da estrutura de ensino-aprendizagem serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos: 1) fascículos impressos por áreas de conhecimento; 2) ambiente virtual de aprendizagem (AVA); 3) encontros presenciais (professor-formador); 4) suporte de acompanhamento (tutoria local e a distância).

5.1) Material didático: produção e logística

A educação a distância utiliza material impresso específico e meios de comunicação a distância para realizar a mediação da aprendizagem. O material impresso constitui-se basicamente de fascículos para cada disciplina. São comumente preparados com o objetivo de facilitar o trabalho do estudante, tendo em vista que o aluno não terá a participação em uma aula expositiva.

Haverá entrega dos materiais didáticos do semestre bem como exploração das atividades de estudo, pesquisa e extensão, visando principalmente oferecer subsídios e orientações quanto aos projetos de aprendizagem.

A construção do material didático terá como referência a interdisciplinaridade devendo ser editado e aprovado pelo Núcleo Editorial da UAB e/ou Neaad. A proposta de estruturação dos materiais didáticos baseia-se no princípio de que estes são recursos utilizados por todos os envolvidos no processo educacional: seu uso racional e estratégico depende da formatação, de uma contextualização prévia por parte do professor-conteudista, que deve determinar o momento e a intensidade de seu emprego, os objetivos e as metas a serem atingidas, quantificar e qualificar o seu uso.

Em se tratando deste curso a distância, os materiais se transformam em importantes canais de comunicação entre estudantes, professores, tutores, sustentados pelos documentos reguladores da proposta pedagógica do curso. Por isso, são dimensionados, respeitando as especificidades inerentes à realidade do público-alvo a esta modalidade de educação.

Em suma: a eficiência do material didático depende da competência profissional da equipe que desenvolverá os materiais para EaD. Daí a exigência do trabalho conjunto e integrado do professor-formador e do professor-conteudista em EaD e ambos sob a supervisão dos revisores de conteúdo e linguagem.

O material didático deve ser concebido a partir dos princípios prescritivos das teorias da aprendizagem, ou seja, significado; contexto; adaptatividade; interatividade; colaboração, autonomia do aluno e ciclos de ação-reflexão/ação que poderão ser aplicados no planejamento dos conteúdos e atividades selecionados para os cursos.

Sabemos que a aprendizagem ocorre quando o aluno se apropria do significado da informação enquanto objeto da aprendizagem. Dito de outra maneira: uma informação só se transforma em conhecimento quando o aluno integra essa informação ao conjunto existente de seus conhecimentos. Por isso, os conteúdos e as atividades serão planejados de modo a facilitar a apropriação do significado das informações contidas nos cursos.

Os conteúdos serão apresentados dentro de um contexto familiar ao aluno. É muito difícil compreender um conceito apresentado fora de um contexto que seja familiar ao aluno.

As teorias de aprendizagem apontam para o fato de que contribui para a construção do conhecimento sua experiência profissional e de vida. E que devemos respeitar o seu ritmo de aprendizagem, facilitando a sua percepção e sua tomada de atitudes.

A interatividade é fundamental num curso a distância. O aluno deve ser permanentemente estimulado e ter a possibilidade de interagir frequentemente com os atores do sistema de ensino-aprendizagem. Utilizaremos, no curso, as tecnologias de informação e comunicação (Tics) que são recursos manejados para facilitar a interatividade. A qualidade e rapidez da interação serão refletidas na rapidez e na qualidade do aprendizado. A interatividade propicia, além da apropriação do significado, a transferência ou a generalização do que está sendo aprendido, isto é, a disseminação de conhecimento.

A interatividade pressupõe colaboração, ou seja, a estrutura de ensino-aprendizagem inclui atividades colaborativas como trabalhos de grupo, solução conjunta de problemas, etc;

A estrutura de ensino-aprendizagem a distância deve permitir que o aluno tome decisões sobre conteúdos a estudar, problemas a trabalhar, pesquisas ou levantamentos a realizar, comunicações a efetuar (com o tutor, colegas, etc.), em que grupos de discussão participar, etc. A esse conjunto de ações damos o nome de autonomia.

A aprendizagem é um processo de reflexão-ação-reflexão. Esse processo permite que as pessoas criem modelos mentais, habilidades e crenças, formando sua própria interpretação da realidade. Na aprendizagem, os indivíduos identificam e questionam modelos existentes, assim como testam novas hipóteses e novos modelos, desenvolvendo, então, habilidades e competências.

A partir dos princípios que elencamos acima, supomos uma produção do material didático na qual:

- 1) os conteúdos sejam precedidos de recursos motivadores, ou seja, ilustrações; gráficos; tabelas. Com inserção de textos literários, jornalísticos, acadêmicos; trechos de documentos, etc;
- 2) a linguagem (italiano *standard* nas aulas de língua e literatura italianas) seja clara, objetiva e coloquial, abordando o conteúdo sempre de forma reflexiva;
- 3) possam ser feitas conexões entre realidades históricas de diferentes espaços geográficos (ênfase à história da colonização italiana no Estado e aos seus desdobramentos);
- 4) o aluno perceba o ensino e a pesquisa como integrantes do mesmo processo;
- 5) os conteúdos não sejam tratados de maneira estanque, mas que entre eles haja sempre uma relação de continuidade, mesmo em se tratando de abordagens temáticas;

Deverá haver uma biblioteca mínima para cada Coordenação Regional de Ensino a Distância com a ressalva de que todas as aquisições deverão ser doadas à Biblioteca Central, após a execução do projeto.

5.2) Ambiente virtual de aprendizagem (momentos não-presenciais):

Os momentos não presenciais ocorrerão por meio do autoestudo e através da Internet via Plataforma *Moodle*. Quando necessário em webconferência com os professores de conteúdo conforme a necessidade dos tutores e alunos.

O ambiente virtual de aprendizagem, na Plataforma *Moodle*, a ser desenvolvido será organizado para o Curso de Italiano especificamente. Ou seja, o Curso de Italiano no ambiente virtual de aprendizagem será concebido para agilizar a comunicações aluno-especialista, aluno-tutor e aluno-aluno, empregando contatos Internet. Os recursos da Internet serão empregados com vistas a disseminar informações sobre o curso, abrigar funções de apoio ao estudo, além de proporcionar acesso ao correio eletrônico, fóruns e *chat*. Poderão ser realizados *chats* por temas ou unidades, em horários alternados comunicados com antecedência de pelo menos 3 (três) dias úteis aos estudantes. Os *chats* entre professores e alunos serão mediados pelos tutores que farão a triagem das perguntas. Os fóruns serão temáticos e organizados por disciplinas.

5.3) Ambiente de aprendizagem colaborativa:

Em cursos a distância (semipresenciais), os alunos participam de sessões em que o professor expõe conteúdos e os dinamiza na turma, levando à classe a realizar questionamento. Ao professor compete fornecer informação. Desse modo, as dúvidas são socializadas e os esclarecimentos também. A ênfase do ensino a distância está centrada na aprendizagem cooperativa. Segundo Neder (2001), a cooperação exercita o senso crítico e faz com que o alunado aprenda escolher a melhor solução para uma determinada dúvida. A problemática e as hipóteses formuladas sobre ele são expostas coletivamente e podem ser validadas. O ambiente de aprendizagem coletiva substitui a sala de aula: há participação dos alunos nas soluções viabilizadas para um determinado problema.

5.4) Arquitetura do Ambiente Virtual de Aprendizagem

A Plataforma *Moodle*, o ambiente utilizado para dar suporte aos cursos com a interveniência do Neaad, é dotado de ferramentas de apoio ao trabalho cooperativo e de ferramentas inteligentes para apoio à recuperação e filtragem de informação. Do ponto de vista da organização dos atores do processo educativo, são providas as facilidades necessárias para a coexistência de múltiplas comunidades que possam ir além da clássica divisão de turmas sob a coordenação de um tutor. Para cada afazer acadêmico será possível configurar essas comunidades e até mesmo inserir novos atores.

Exemplificando as facilidades do AVA na Plataforma Moodle: Interação entre usuários através da criação e gerenciamento: A) fóruns, *chats*, de grupos de estudo; perfis de usuários

e/ou grupos configuráveis. Utilização de ferramentas tais como: B) biblioteca (para disponibilização de material de estudo ou entrega de trabalhos), quadro de avisos, etc;

Para reduzir as barreiras de comunicação impostas pelas limitações no manuseio de grande volume de mensagens, o sistema usa o perfil dinâmico dos aprendizes e dos docentes (em vários níveis), facilitando a chegada das mensagens (perguntas/ respostas/ notícias) ao interlocutor mais apropriado. A arquitetura do ambiente é dotada de facilidades para o registro e recuperação de todo material produzido pelos estudantes e docentes, fundamentais para a agilização da construção dos conhecimentos individuais e coletivos. Além das facilidades convencionais de comunicação e do direcionamento de mensagens acima citadas, algumas outras ferramentas de apoio são disponibilizadas, entre as quais destacamos: 1) ambiente para desenvolvimento de conteúdos; 2) assistente para a formulação de perguntas visando a reduzir o ciclo de esclarecimento; 3) ambientes de apoio à elaboração de revisões bibliográficas; 4) ambiente para construção de comunidades virtuais (a partir do reconhecimento dos interesses individuais que gerariam a cooperação e facilitação ao acesso à informação através da integração ferramentas conceituais); 5) ambiente para apoio à coleta de dados relativos ao processo de aprendizagem; 6) ambiente para apoio à socialização das recomendações. 7) ambiente para apoio à coleta de dados relativos ao processo de aprendizagem.

A Plataforma *Moodle* possui um Sistema de Acompanhamento Individual, ou seja, cada estudante receberá retorno individualizado sobre o seu desempenho, bem como orientações e trocas de informações complementares relativas a conteúdos abordados, de exercícios desenvolvidos, e principalmente dos que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos de reavaliações.

O Sistema de Acompanhamento Individual se vale Serviço de Correio Eletrônico : todos os alunos têm um endereço eletrônico (com uma senha de ingresso no AVA) que é possível ser acessado via interface WEB o que possibilita uma facilidade grande para troca de mensagens e informações.

No ensino a distância temos duas metodologias complementares: o material didático impresso e o digital. É importante, dessa forma, que os materiais didáticos estejam integrados. Os autores do livro, por exemplo, devem relacionar o conteúdo impresso com o ambiente *on-line* proporcionando temáticas para *chats*, fóruns ou grupos de estudo. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

5.5) A relação tutor/aluno

A tutoria, do curso de Graduação em Italiano compreende a mediação entre o estudante, o material didático do curso e o professor, ou seja, é um facilitador de aprendizagem. Atuando como um dos elementos do processo educativo que possibilita, nas palavras de Neder (1999): "... a resignificação da educação à distância, principalmente em termos de possibilitar, em razão de suas características, o rompimento da noção de tempo/espço da escola tradicional: tempo como objeto, exterior ao homem". Simplificando: A tutoria traz a possibilidade de se garantir atendimento de acordo com o tempo de cada um, na perspectiva do respeito às diversidades e singularidades de grupos e/ou indivíduos.

5.6) Encontros presenciais:

A instituição disponibilizará aos estudantes de polos com infraestrutura técnica e pedagógica. Estes polos serão utilizados para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso. No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais para avaliação de aprendizagem: provas, apresentação de resultados de pesquisa ou atividade extensiva e, ainda, apresentação de seminários temáticos. Os primeiros encontros presenciais, no início do primeiro semestre, servirão para oferecer a visão geral do processo de desenvolvimento do curso assim como da educação na modalidade a distância.

5.6.1) Momentos presenciais entre alunos e tutores:

A comunicação entre alunos e tutores se dará por meio de momentos presenciais, fundamentais para a formação do aluno, buscando garantir a plenitude da formação e os conceitos norteadores da educação à distância. O atendimento presencial se dará em contatos quinzenais de duas horas e meia com grupos de 05 (cinco) a 07 (sete) alunos por vez, totalizando uma relação quinzenal de atendimento a 20/30 alunos por tutor. Os tutores terão carga horária semanal de 20 (vinte) horas de atuação nos polos, distribuídas em atendimento presencial quinzenal, nas orientações teóricas e grupos de estudo, além de disponibilizar-se para atendimento presencial, estará à disposição dos tutores e alunos uma rede comunicacional com a Plataforma *Moodle* para possibilitar contato com o professor de conteúdo e interagir também com outros alunos de outros pontos do Estado.

5.6.2) Momentos presenciais entre os professores e os tutores:

Os encontros entre os professores e os tutores ocorrerão mensalmente para serem discutidas, principalmente, os conteúdos teóricos e de caráter experimental.

5.6.3) Momentos presenciais entre professores, tutores e alunos:

Os seminários temáticos, preferencialmente aos finais de semana, ocorrerão ao final de dos 5 primeiros semestres do curso, quando os estudantes farão as atividades de avaliação e socialização presencial de saberes (já existe disseminação de conhecimentos nas trocas digitais). Os seminários serão realizados a partir de estudos, atividades práticas, extensórias e de pesquisas, com base nos subsídios teóricos-metodológicos desenvolvidos nos diferentes núcleos e áreas de conhecimento do curso. Os resultados destes estudos serão socializados por meio de diferentes estratégias (GT, pôsteres, oficinas), visto que o conceito de Seminário é multifuncional para as finalidades do Curso.

5.7) Avaliações

A avaliação na educação a distância, embora possa, sustentar-se em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais para adequar-se à sua fundamentação teórica e ao seu processo de ensino-aprendizagem.

A avaliação, no contexto do curso de Letras Italiano na modalidade EaD, está baseada na proposta Metodológica do Neaad para o Curso de Licenciatura em Pedagogia - Séries Iniciais, que foi o curso pioneiro em ensino a distância e nos textos da Profa. Cláudia Murta, docente da Ufes e do pesquisador Neder, cujos textos constam da bibliografia do presente projeto.

Avaliar, segundo Neder (1996) pode ser entendido como uma atividade que pressupõe análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica. Dentre os aspectos de maior significação para o processo análises e reflexões relativas ao curso, destacam-se: 1) a avaliação da aprendizagem; 2) avaliação da proposta curricular; 3) a avaliação do material didático; 4) a avaliação da orientação acadêmica; 5) a avaliação do sistema comunicacional entre os atores do processo de ensino-aprendizagem; e a 6) avaliação do impacto sócio-educacional do curso na formação dos licenciados.

5.7.1) Avaliação da Aprendizagem:

O estudante da modalidade EaD não conta com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa interagir permanente com os colegas, professores e tutores todas as vezes que sentir necessidade. A interatividade fundamenta a relação intersubjetiva entre os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem. Progressivamente, o aluno deve obter confiança frente ao estudo realizado, desenvolvendo capacidade de análise e autocrítica. A confiança se revela na relação dialógica com seus pares e instrutores.

A interatividade, autocrítica e autoconfiança, isto é, autonomia de aprendizagem é um dos objetivos fundamentais da educação a distância. Cada estudante deve ser capaz de produzir e reconstruir conhecimentos porque ter aprendido é posicionar-se criticamente diante das situações concretas que lhes apresentem.

O que interessa, portanto, no processo de a avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos diante de suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado no que respeita ao projeto pedagógico da escola onde atuam e/ou atuarão.

No curso emergencial que propomos há a preocupação, em razão do exposto acima, em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também, como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, com base nos referenciais teóricos trabalhados no curso.

A avaliação da aprendizagem se faz, segundo Neder (1996) a partir de três premissas que devem ser verificadas no alunado: 1) dimensão metacognitiva; 2) dimensão didático-pedagógica; 3) dimensão político-social e 4) dimensão afetivo-motivacional.

A valoração dos conteúdos aprendidos a partir das premissas assinaladas faz surgir se existe ou não a passagem da teoria à prática dos conteúdos ensinados. As premissas revelam o teor das relações intersubjetivas, dialógicas, entre professor-aluno, tutor-aluno e aluno-aluno.

1) Dimensão metacognitiva: como o aluno estuda e aprende; como tem superado as dificuldades de compreensão do texto; como realiza as tarefas propostas em cada área do conhecimento; como envolve as propostas de aprofundamento de conteúdos; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; como desenvolve atividades em grupo;

2) Dimensão didático-pedagógica: se é capaz de estabelecer relações entre conhecimento trabalhado e sua prática; se tem experimentado aplicar novos saberes a sua prática, como e quais os resultados;

3) Dimensão político-social: se participa ativamente na construção do currículo do curso;

4) Dimensão afetivo e motivacional: Como é seu relacionamento com o orientador acadêmico e os colegas do curso; como se sente no curso; como está avaliando seu percurso como acadêmico; se tem problemas de ordem pessoal ou profissional, interferindo no seu processo de aprendizagem.

5.7.2) Fases da avaliação da aprendizagem:

Avaliação se dará de forma contínua e cumulativa. Está dividida em duas etapas, porém as atividades e as avaliações são simultâneas.

A) Etapa 1: acompanhamento do percurso de estudo do estudante, mediante produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados. Os trabalhos escritos deverão ter no mínimo uma avaliação individual e presencial, elaborada sob a orientação do professor especialista da disciplina que deverá fornecer a chave de correção para o orientador e auxiliá-lo em casos de dúvidas na correção.

O acompanhamento feito na primeira etapa se dá pelo serviço de orientação acadêmica, com relatórios de fichas individuais, acentuado em critérios estabelecidos pela equipe pedagógica, para análise do envolvimento e desenvolvimento do estudante no processo.

B) Etapa 2: desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas/projetos de aprendizagem aplicados aos alunos e atividades extensórias realizadas ao longo semestre. Essa avaliação se dará, a cada fase, nos Seminários Temáticos Presenciais.

Na etapa 2, busca-se observar em que medida o estudante está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das áreas do conhecimento e se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos em face das abordagens trabalhadas em face da sua prática (dimensão cognitiva).

Resumindo, a postura de avaliação assumida no ensino aprendizagem do curso de Letras Italiano pressupõe a articulação entre teoria-prática ao longo dos períodos.

Somente após a realização e participação nesses níveis de avaliação é que será feita a valoração final do desempenho do aluno, traduzida em número por exigência de normas institucionais. Todo registro acadêmico será feito nos Polos através de um programa desenvolvido especialmente para esse fim.

Para ser aprovado a cada disciplina o aluno deverá obter média final 7 (sete) nos 2 (duas) níveis ou meios de avaliação. Para se matricular no módulo seguinte o aluno deverá ser aprovado nas disciplinas no módulo anterior.

5.7.3) Avaliação da qualidade em EaD:

Cursos de graduação a distância, pelo seu caráter diferenciado e pelos desafios que enfrentam, devem ser acompanhados e avaliados em todos os seus aspectos, de forma sistemática, contínua e abrangente.

Duas dimensões devem ser contempladas na proposta de avaliação: 1) a que diz respeito ao aluno e 2) a que se refere ao curso como um todo, incluindo os profissionais que nele atuam.

Reconhecendo na avaliação um dos aspectos fundamentais para a qualidade de um curso de graduação, a instituição deve desenhar um processo contínuo de avaliação quanto:

- a) à aprendizagem dos alunos
- b) às práticas educacionais dos professores orientadores ou tutores;
- c) ao material didático (seu aspecto científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, de adequação aos alunos e às TIC e informação utilizada, a capacidade de comunicação, dentre outros) e às ações dos centros de documentação e informação (mídiotecas);
- d) Ao currículo (sua estrutura, organização, encadeamento lógico, relevância, contextualização, período de integralização, dentre outros);
- e) ao sistema de orientação docente ou tutoria (capacidade de comunicação através de meios eficientes; de atendimento aos alunos em momentos a distância e presenciais; orientação aos estudantes; avaliação do desempenho dos alunos; avaliação de desempenho como professor; papel dos núcleos de atendimento; desenvolvimento de pesquisas e acompanhamento do estágio, quando houver);
- f) à infraestrutura material que dá suporte tecnológico, científico e instrumental ao curso;
- g) ao modelo de educação superior e de curso de graduação a distância adotado (uma soma dos itens anteriores combinada com análise do fluxo dos alunos, tempo de integralização do curso, interatividade, evasão, atitudes e outros);
- h) à meta-avaliação (um exame crítico do processo de avaliação utilizado: seja do desempenho dos alunos, seja do desenvolvimento do curso como um todo)
- i) à avaliação externa.

6- Fundamentação do Projeto Pedagógico do Curso: perfil do egresso, estratégia de aprendizagem e organização/estruturação da matriz curricular

O lazer pedagógico centrarse nas ações práticas, em oposição ao modelo conservador que concebe o meio escolar como centro de transmissão de um saber intelectualizado.

John Dewey

O curso de Licenciatura Italiana será desenvolvido através da combinação do ensino a distância e do ensino presencial: uma prática bimodal. Neste sentido, a carga horária total do curso será aplicada de forma semipresencial, isto é, sob a forma de estudo dirigido e a distância (75%), e sob a forma presencial (25%), mediante encontros com tutores presenciais (semanalmente, com duas horas aproximadamente) no primeiro caso, e com tutores que atenderão a distância na base de suporte dentro da UFES por meio da Internet via Plataforma Moodle e também através de material impresso.

6.1) O perfil do formado em Letras Italiano

Serão clientes potenciais do Curso em Letras Italiano todos os professores-leigos vinculados profissionalmente à rede pública de ensino que aderirem ao projeto ou alunos de Novo Curso.

O professor formado pelo curso estará habilitado a exercer com compromisso e competência técnica suas atribuições no contexto social de modo genérico. Por isso o seu perfil deve contemplar:

- utilizar instrumental científico específico da área para fundamentar suas ações educacionais;
- participar de iniciativas para o aprimoramento do sistema educacional, em especial relativo à sua unidade escolar e à comunidade;
- identificar e agir em direção as reais necessidades regionais;
- projetar e valorizar sua atividade profissional no contexto sociocultural e político-econômico de sua comunidade;
- continuar atuando como professor de italiano (para os professores-leigos em atuação).

Além dos itens acima relacionados, espera-se que seja um profissional:

- competente no uso da língua estrangeira moderna que irá ensinar, mostrando domínio dessa língua nas modalidades oral e escrita, em termos de recepção e produção de textos;
- capaz de perceber a literatura produzida na Língua Italiana como meio de conhecer as realidades culturais do povo falante dessa língua;
- crítico em relação às teorias que subjazem ao ensino da língua estrangeira, posicionando-se na escolha do material suporte que adotará em suas aulas;
- capaz de reconhecer no ensino-aprendizagem de uma língua estrangeira as possibilidades de maior conhecimento de si mesmo, de sua própria língua, ao mesmo tempo em que conhece o outro e suas manifestações lingüísticas.

6.2) Estratégias de aprendizagem do egresso em Letras Italiano:

O presente projeto pretendendo otimizar o perfil do egresso proposto, escolheu como estratégia de aprendizagem oferecer uma matriz que privilegie a percepção do contexto sócio-

histórico dos alunos, isto é, a escola e a comunidade. A experimentação é peça mestra nesta proposta e se dará ao longo de todas as disciplinas porque o licenciando elaborará e desenvolverá projetos (individuais ou coletivos) de interlocução com o contexto social que o envolve e com sua comunidade de atuação. Esses experimentos gerarão saberes que serão disseminados para todos os atores envolvidos nesta estratégia de aprendizagem.

A disseminação será oportunizada pela exibição dos resultados das atividades, isto é, durante os Seminários Temáticos previstos ao longo de todo o curso. Nesses seminários, a experiência de cada professor-aluno será relatada e comentada pelo grupo e pelos professores e tutores.

Consideramos que uma matriz curricular que tenha como princípios estas estratégias de aprendizagem articule teoria e prática no percurso curricular e que motive os licenciandos a planejar ações pedagógicas considerando as necessidades de (auto)aprendizagem. Dessa forma, na organização curricular os seguintes aspectos foram, também, considerados: 1) motivação do estudante para com o objeto da sua profissão; 2) interação entre as áreas do conhecimento dentro da matriz curricular, isto é, os seminários devem contemplar diferentes disciplinas do currículo; 3) estímulo ao uso de novas tecnologias nos processos de ensino e aprendizagem; 4) abordagem articulada entre conteúdos e metodologias; 5) incentivo à pesquisa e extensão como princípio educativo.

6.3) Organização e Estruturação da Matriz Curricular

A Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, baseada no Parecer CNE/CP nº 009/2001, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, e a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, com base no Pareceres CNE/CP nºs 27 e 28/2001, determina a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica, em nível superior: 1800 h de conteúdos; 400 h de Prática; 400 h de Estágio; 200 h extras – atividades acadêmico-científico-culturais a serem administrados, em média, por quatro anos.

Nesta perspectiva, o curso de Italiano a distância oferece uma matriz curricular em 8 (oito) módulos com duração de quatro anos. O curso perfazendo um total de 3.180 (três mil e cento e oitenta) horas de integralização curricular, conforme a especificação abaixo:

6.4) Módulos das disciplinas

Pinar (2000, p.152), sentenciou que "nas faculdades e universidades, a maioria do corpo docente reconhece que o currículo (matriz das disciplinas) é o outro intelectual e organizacional da educação institucionalizada. Por isso, o fluxograma dos módulos, como pode ser observado nas tabelas, operacionaliza as estruturas curriculares promovendo a interação dos eixos constituintes do curso, conforme apresentado anteriormente (no primeiro quadro). Assim, ao longo da formação dos alunos busca-se permear os momentos de Formação Geral e Pedagógica com os de Formação Específica, objetivando evitar a dicotomia que se observava

em muitos currículos de licenciaturas e que foram modificados pela intervenção do MEC. A interação entre estes conteúdos também possibilita uma valorização da prática profissional dos alunos, assim como a constante avaliação do processo e da metodologia em uso, em suas respectivas práticas profissionais. As práticas de aprendizagem também contribuem para interagir os eixos (capítulo 4) e focalizam a produtividade do licenciando através dos seminários.

Nas disciplinas iniciais também será expostos a concepção, formato e formatação dos fascículos, textos de apoio, material audiovisual, cronologia do curso, manual do aluno, etc.

Segue uma visão geral do conteúdo organizado em cada um dos módulos:

Módulo I - Com 300 horas, este módulo se destina a oferecer informações sobre os fundamentos estruturais, pedagógicos e metodológicos do ensino a distância. Dá-se início também ao ensino da língua italiana. O primeiro módulo oportuniza ao alunado a disciplina de projeto orientado e, ao final do semestre, a socialização dos resultados das pesquisas nos Seminários Temáticos com os macrotemas: Internet na Educação e Uso das Tics no Ensino de Língua Estrangeira. Os temas do seminário se justificam porque constam, nesse módulo, disciplinas relacionadas ao ensino em EaD. O seminário de pesquisa e parametrização orienta a pesquisa e padronização da apresentação de trabalhos.

Módulo II - Com 360 horas, temos aqui a continuidade do ensino do italiano. Dá-se o início das disciplinas pedagógicas para assegurar o ensino dos pressupostos didáticos aos aprendentes. Nesse módulo, os licenciandos terão contato com a Linguística, no âmbito do português. É dada continuidade ao processo de reflexão sobre a aprendizagem iniciado no primeiro módulo, mediante a participação dos licenciandos nos Projetos de Aprendizagem e nos Seminários Temáticos. Os macrotemas versam sobre a prática das 4 (quatro) habilidades: ler, escrever, falar e entender o que se ouve.

Módulo III - Com 360 horas, mantém-se a lógica da distribuição dos dois primeiros módulos. A opção por essa distribuição obedece à sequência progressiva da aquisição das habilidades do ensino de língua estrangeira e das premissas pedagógicas necessárias à formação de professores. Nesse módulo, inicia-se uma das disciplinas que compõem o eixo Fundamentos das Humanidades (Sociologia) e o início do ensino do latim para embasar a origem comum das duas línguas. Os projetos e os seminários continuam a oportunizar reflexões a formação proposta e a prática diária desses alunos através do macrotema Produção de Material Didático.

Módulo IV - Com 360 horas aprofundam-se os fundamentos teóricos e práticos do ensino do italiano com a disciplina Didática. A literatura latina 1 se integra à disciplina Latim 1. O Seminário Temático versa sobre a Língua Vernácula na aprendizagem de uma língua estrangeira.

Módulo V - Com 360 horas, o módulo compreende a quinta etapa da língua, disciplinas pedagógicas e do eixo dos fundamentos humanos. O quinto módulo conclui os projetos e seminários, visto que o estágio começará a partir do sexto módulo. Apesar do curso se destina



aos professores-leigos, a Licenciatura prevê reserva de vagas para candidatos de outras origens. Sabe-se que o estágio compreende movimento para as escolas receptoras e que os licenciandos serão observados por alunos e professor-regente da turma que o receber e terá, supomos, que se dedicar com esmero a esta fase de sua formação. O tema do Seminário é: Educação e Escolarização, visto que o aluno já cursou quase todas as disciplinas do núcleo Pedagógico.

Módulo VI - Com 440 horas, é o momento do estágio e a continuação crescente do fluxo das disciplinas. No âmbito da cultura brasileira, o módulo oportuniza ao alunado o extrato da literatura brasileira – periodização. Haverá o primeiro contato com a literatura italiana dos primórdios de sua trajetória.

Módulo VII - Com 440 horas, continuação do estágio supervisionado. É o momento de análise e de controle, tanto interno quanto externo da eficácia dos procedimentos desenvolvidos o que subsidiará o diagnóstico necessário para sua avaliação final, assim como do próprio curso e de sua estrutura como elemento facilitador da formação desses alunos. O módulo apresenta a disciplina Língua Italiana de Sinais.

Módulo VII – Com 300 horas, é o módulo que apresenta outra parcela no âmbito a cultura brasileira através da disciplina Literatura do Espírito Santo. Em torno da cultura italiana, teremos a Literatura Italiana 3 que versará sobre Italo Calvino. Dá-se a finalização do curso com a apresentação do trabalho de conclusão de curso.

Considerações sobre os módulos curriculares:

A ideia de oferecer as disciplinas Fundamentos Estruturais e Pedagógicos da EaD, Metodologia da Pesquisa em EaD e Seminário de Pesquisa partiu do perfil dos alunos que não têm o hábito de organizar as tarefas acadêmicas do dia a dia e têm motivação flutuante para os estudos. Atentamos também para o fato que o licenciando não domina a parametrização da pesquisa e da apresentação de trabalhos escritos e exposições orais.

O primeiro módulo oferecerá as disciplinas, de 30 horas cada uma, sobre a metodologia em EaD, isto é, como estudar e aprender a distância. As disciplinas discutirão os seguintes temas: 1) problemas comuns e soluções para autoaprendizagem, desenvolvimento da capacidade de atenção, concentração e memorização; 2) adequação aos hábitos do estudo e da leitura; aquisição do hábito de escrita e análise crítica de textos, ambos são embasamentos necessários à sistematização do conhecimento. No rol dos hábitos a serem adquiridos e incorporados podemos incluir mais três: a motivação, o interesse e o entusiasmo que levam à disciplinarização do tempo a favor das prioridades acadêmicas. Todos esses itens somados teremos como resultado a produção acadêmica que promoverão o desenvolvimento do espírito científico.

As disciplinas, ditas metodológicas, também elucidarão os alunos sobre os fatores básicos da aprendizagem a ser implementado, isto é, as atividades individuais e coletivas. As disciplinas também oportunizarão orientações para o manejo das ferramentas da Plataforma Moodle e das TICs.

O Artigo 2 da Resolução CNE/CP 1 informa que a "prática, na matriz curricular, não poderá ficar reduzida ao estágio" e, portanto, desarticulado do restante do curso. Por isso, os projetos de aprendizagem e os seminários temáticos são implementados desde o primeiro até o quinto módulo. Os sexto e sétimo módulos são designados para as duas etapas do estágio, e ao oitavo período foi reservado para o Trabalho de Conclusão de Curso que deverá ser exposto em sala de aula, em seminário, para que todos possam compartilhar dos trabalhos monográficos uns dos outros.

O estágio curricular supervisionado está previsto para começar no sexto período. O 3º do Artigo 13, da Resolução supracitada) prevê que o estágio comece na segunda metade de do curso, isto é, quinto período. Porém, o sexto período é mais apropriado, haja vista, que o aluno terá tido oportunidade de cursar as disciplinas de humanidades e pedagógicas, inclusive a Didática, matéria fundamental para os licenciandos.

A língua portuguesa e a literatura brasileira compõem no currículo apenas num recorte devido à concentração do ensino-aprendizagem na língua italiana. Contudo, o ensino do latim e da literatura latina é aprofundado na matriz curricular.

As disciplinas do Núcleo Fundamentos das Humanidades contemplam Sociologia, Filosofia, Psicologia e Antropologia de forma genérica. Acreditamos que a abordagem dessas disciplinas sob o ângulo educacional será feita pelas disciplinas que compõem o Núcleo Pedagógico.

O Núcleo da Formação Específica detém 780 horas da carga horária total do curso porque pretende abarcar o ensino-aprendizagem da Língua e Literatura Italiana de modo abrangente, crescente e articulado. Foram incluídas as disciplinas 1) Dialetoлогия por conta do complexo quadro dialetal italiano e suas variações no Espírito Santo e 2) LIS- Língua Italiana de Sinais por se tratar de uma exigência prevista pelo Mec.

6.5 Ementas das Disciplinas

No elenco de disciplinas oferecidas aparecem: a carga horária e a ementa. O detalhamento dos conteúdos, do encaminhamento metodológico e da avaliação, bem como da bibliografia, deverá constar no plano de ensino de cada professor. Algumas ementas foram deixadas propositalmente amplas, para garantir a possibilidade de diferentes enfoques teóricos, a critério do professor que ministrará a disciplina.

1) NÚCLEO DAS METODOLOGIAS: EM EAD E SEMINÁRIO DE PESQUISA

Fundamentos Estruturais e Pedagógicos da EAD – 30 horas

O ensino e a aprendizagem na modalidade EAD. A estrutura da Rede em EAD e as ferramentas de utilização através da tecnologia da informação; A orientação em EAD; Utilização e produção de materiais didáticos.

Metodologia da Pesquisa em EAD - 30 horas

Pesquisa e procedimentos metodológicos da investigação científica e o ensino a distância. Pesquisa no ciberespaço, instrumental de navegação para pesquisa.

Seminário de Pesquisa: Parametrização – 60 horas



Diretrizes norteadoras da produção de trabalhos científico-acadêmicos: etapas, referências teóricas, metodologia e procedimentos de pesquisa. Concepção, formato e formatação de trabalhos acadêmicos (ABNT).

2) NÚCLEO FUNDAMENTOS (HISTÓRICOS E TEÓRICOS) DAS HUMANIDADES:

Psicologia – 60 horas

Introdução à Psicologia e à Psicologia da Educação. Conhecimento científico e psicologia. Principais teorias psicológicas e suas aplicações na educação. Psicologia do desenvolvimento e Psicologia da Aprendizagem.

Antropologia – 60 horas

Compreensão do papel da educação na formação da cidadania. Análise do significado das múltiplas relações sociais, propiciando aos alunos reflexão crítica sobre: sociedade, cultura, diversidade e diferenciação como fator de produção nas diferentes comunidades e práticas culturais do Espírito Santo.

Filosofia - 60 horas

A filosofia como instrumento de reflexão humana sistemática sobre a complexidade do mundo (epistemologia); do homem no mundo (axiologia e ética); e das práticas sociais (praxiologia). Fundamentos básicos do pensamento filosófico.

Sociologia – 60 horas

Conceitos básicos da sociologia. Principais teorias da organização social. Educação como fenômeno social. A diversidade e pluralidade do sistema social.

3) NÚCLEO DOS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

Política Educacional e Organização – 60 horas

A configuração histórica do Estado Brasileiro. A função social da educação e definição da política educacional. Estado e planejamento educacional: centralização/descentralização, público/privado e quantidade/qualidade. Organização, financiamento, gestão e avaliação da Educação Básica. Política de formação de professores no Brasil. Política educacional no Espírito Santo.

Escola e Políticas da Diversidade – 60 horas

Diferentes abordagens sobre Educação e diversidade. Perspectivas histórico-culturais e psicossociais. Legislação e políticas públicas em educação especial no Brasil e no Espírito Santo: os sujeitos da educação. O cotidiano educacional, o contexto escolar, a diversidade e a escola inclusiva.

Currículo e Formação Docente – 60 horas

Fundamentos do currículo. Principais enfoques curriculares. Acompanhamento e análise de um currículo. Formação para a docência.

Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação – 60 horas

Especificidade e intercomplementaridade entre fundamentos histórico-filosóficos da educação com a política e o cotidiano de saberes e fazeres na educação. Correntes do pensamento e tendências da prática pedagógica no Brasil, em sua relação com "paradigmas" filosóficos e a história recente do Brasil.

Didática – 60 horas

Educação: concepções atuais. Componentes do processo de ensino e de aprendizagem: planejamento, objetivos, conteúdos, metodologia, recursos e avaliação. Relação professor-aluno.

4) NÚCLEO DA LINGUA PORTUGUESA, LATIM E LITERATURAS:



Fonética e Fonologia do Português – 60 horas

Princípios de fonética: ramos, matérias e tarefas da fonética. Produção dos sons da fala. Transcrição fonética. Classificação dos sons da fala. Princípios de fonologia: definições de fonema. Alofonia e neutralização. Sistema de traços e regras. Modelos fonológicos.

Introdução à Lingüística (Português) – 60 horas

A lingüística como ciência; língua e linguagem; teoria do signo lingüístico; contribuições de Saussure e de Chomsky. Língua e uso. A lingüística como ciência; língua e linguagem; teoria do signo lingüístico; contribuições de Saussure e de Chomsky. Língua e uso.

Língua Latina I - 60 horas

História da Língua Latina; o Latim como língua-mãe dos idiomas românicos. A noção de caso. Sistema nominal latino: substantivos e adjetivos. Classes indeclináveis. O sistema verbal do Inflectum.

Língua Latina II – 60 horas

Sistema nominal latino: graus dos adjetivos; pronomes. Sistema verbal latino: Perfectum. Formas nominais do verbo latino.

Literatura Latina 1 - 60 horas

A literatura latina e suas origens. Divisões da literatura latina. Os gêneros literários na Antiguidade. Épica e poética latina. O teatro latino.

Literatura Latina 2 - 60 horas

A prosa latina. Historiografia latina. Filosofia latina. Romance latino. Outras formas literárias.

Literatura Brasileira: Periodização - 60 horas

Estudo teórico de questões referentes aos distintos períodos literários brasileiros, analisados em perspectiva diacrônica e sincrônica e em viés comparativo com os similares internacionais. Destaque para Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Simbolismo, Modernismo e Pós-modernismo.

Literatura do Espírito Santo - 60 horas

Estudo de obras e autores representativos do Estado, em especial aqueles que contribuíram para o estudo da imigração e divulgação da cultura italiana.

5) NÚCLEO DA FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM ITALIANO

Língua Italiana 1 – 60 horas

Introdução ao estudo da língua italiana. Aquisição de estruturas de nível elementar dos registros formal e informal da língua oral e escrita. Recepção e produção do texto oral e do escrito em nível elementar. Sistema fonético e ortográfico do italiano. Confronto com seus correspondentes no português. Vocabulário referente a situações do cotidiano. Noções da história e geografia da Itália.

Língua Italiana 2 – 60 horas

Consolidação da competência comunicativa de nível básico em língua italiana. Ampliação do vocabulário, das estruturas lingüísticas e das funções comunicativas de nível básico, com base em textos reais autênticos ou adaptados. Produção textual (textos orais e escritos). Leitura de textos que evidenciam dados sobre a cultura italiana.

Língua Italiana 3 – 60 horas

Aquisição de estruturas de nível intermediário dos registros formal e informal da língua oral e escrita. Ampliação do vocabulário básico apreendido nos períodos anteriores. Ênfase na correção da pronúncia. Aprimoramento das habilidades de compreensão e produção oral e escrita.

Língua Italiana 4 – 60 horas



Estudo do texto em diferentes situações de comunicação. Aquisição de estruturas avançadas da língua. Introdução aos mecanismos da tradução.

Língua Italiana 5 – 60 horas

Ampliação dos estudos de tópicos gramaticais mais relevantes em uma perspectiva pragmático-discursiva. Estudo da sintaxe italiana. Enfatizar-se-ão os aspectos constrativos entre o italiano e o português.

Língua Italiana 6 – 60 horas

Descrição e análise dos componentes morfossintáticos da língua italiana. Unidades e níveis hierárquicos. O sintagma. Estruturas oracionais. Classe de palavras.

Língua Italiana 7 – 60 horas

Aprofundamento morfossintático. Modelos de textos de diversas linguagens setoriais (microlínguas).

Língua Italiana 8 – Estudos gramaticais avançados – 60 horas

Estudo constrativo de estruturas em que ocorra a maior interferência do português na aprendizagem do italiano. Ênfase nos desvios nos níveis ortográficos, morfossintático e lexical.

Literatura Italiana 1 – 60 horas

Estudo de obras e autores representativos da literatura italiana do século XII ao XVII e seus contextos histórico-culturais.

Literatura Italiana 2 – 60 horas

Estudo de obras e autores representativos da literatura italiana do século XVIII à atualidade e seus contextos histórico-culturais.

Literatura Italiana 3 – 60 horas

Italo Calvino: estudo da produção calviniana em seus múltiplos aspectos: ensaio, crítica literária e produção ficcional. Interpretação da trajetória teórico-literária do autor e suas experimentações transdisciplinares: cinema, artes plásticas, literatura, geografia, etc.

Dialetologia Italiana – 60 horas

Fundamentos da dialetologia. Os estudos da dialetologia no Brasil. Os atlas lingüísticos do Brasil. O Atlas Lingüístico do Espírito Santo.

LIS- Língua Italiana de Sinais – 60 Horas

Comunidade surda: cultura, identidade, diferença, história, língua e escrita de sinais. Noções básicas da língua de sinais italiana: o espaço de sinalização, os elementos que constituem os sinais, noções sobre a estrutura da língua, a língua em uso em contextos triviais de comunicação.

6) NÚCLEO DAS PRÁTICAS DE ENSINO DE ITALIANO

Projeto de Aprendizagem 1: – 60 horas

Projeto de aprendizagem/extensão que estimule a prática de usabilidade da Internet e das ferramentas de programas de computadores para na aquisição de LE.

Macrotemas:

Internet na Educação

Uso das Tics n Ensino de Língua Estrangeira

Projeto de Aprendizagem 2: – 60 horas

Os projetos podem ser desenvolvidos em sala de aula ou em atividades extensórias

Atividades lúdicas - motivadoras das estratégias de aprendizagem: adquirir, fixar, repetir, aplicar;

Aprendizagem multissensorial: metodologia para aferir os meios de aprendizagem da classe: visual, auditivo, cinestésico;

Macrotema:

Produção e recepção escrita e oral em LE

Projeto de Aprendizagem 3: – 60 horas

Análise de livros/manuais de LE disponíveis no mercado editorial. Tratamento da gramática normativa. Nível de adequação às condições do Ensino Básico. Atendimento às necessidades de comunicação básica na língua estrangeira. Elaboração de material didático.

Macrotema:

Produção de Material Didático

Projeto de Aprendizagem 4: – 60 horas

Avaliação das interocorrências entre as formas da L1 e L2. As questões fonéticas, ortográficas e a formação de palavras.

Macrotema:

Língua Vernácula a aprendizagem de língua estrangeira

Projeto de Aprendizagem 5: – 60 horas

Discussão sobre os currículos do Ensino Fundamental e Médio. Contextualização da realidade sociocultural da comunidade. Discutir o papel social da escola e suas relações com a comunidade.

Criar propostas de intervenção social da escola.

Macrotema:

Educação e Escolarização

Seminário 1 Virtualização do Ensino: Internet e Informática – 60 horas

Socialização das práticas reflexivas sobre as experiências do uso das ferramentas da Internet e da usabilidade dos aplicativos da informática (Tics) no ensino-aprendizagem da língua italiana.

Seminário 2 Produção e recepção oral e escrita– 60 horas

Exposição e permuta de teorias cognitivas e linguísticas do desenvolvimento das habilidades (oralidade, audição, leitura e produção escrita) no ensino do italiano.

Seminário 3 Material Didático – 60 horas

Seminário temático sobre o planejamento, produção e aplicação de materiais pedagógicos visando à adequação às necessidades e aos interesses dos aprendizes de italiano como língua estrangeira.

Seminário 4 Língua Vernácula e Língua Estrangeira – 60 horas

Seminário sobre aquisição de língua estrangeira e as interferências da língua materna. A formação do professor e prática pedagógica. Elementos teórico-metodológicos sobre ensino-aprendizagem.

Seminário 5 Educação e Escolarização – 60 horas

Disseminação dos resultados dos projetos de aprendizagem/extensão sobre o tema da Educação e Escolarização aplicados ao ensino do italiano.

Estágio 1/2- 400 horas

Observação, vivência e análise crítica dos processos didático-pedagógicos que ocorrem na escola e em outros espaços educativos. A dimensão dos processos de ensino-aprendizagem e a relação teórico-prática do cotidiano escolar; concepção de currículo, seleção e organização de conteúdos, metodologias de ensino, livro didático. Ação docente, entendida como regência de classe, contendo a elaboração e a operacionalização de projetos pedagógicos. Ementa aplicável ao ensino fundamental e ao ensino médio.

Trabalho de Graduação – 60 horas

Produção de trabalho monográfico versando sobre temas ligados à docência em língua ou literatura italiana, podendo desenvolver-se por meio de pesquisas de campo, da análise crítica e elaboração de metodologias e materiais didáticos, de reflexões sobre o ensino dos conteúdos de língua e literaturas italianas.

6.6) Regulamentação para apresentação escrita de trabalho de conclusão de curso- TCC

O Trabalho de Conclusão do Curso, disciplina obrigatória de Licenciatura em Italiano na modalidade EaD, com duração de um semestre letivo, 60 (sessenta) horas, com 4 créditos, será desenvolvido individualmente sob a forma de monografia que versará sobre temas ligados à docência em Língua Italiana e Literaturas, conforme prevê o Projeto Pedagógico do Curso.

A orientação e co-orientação do TCC dar-se-á mediante a escolha do orientador pelo aluno, no ato da matrícula na disciplina.

Ao professor orientador designado caberá a tarefa de acompanhar os alunos em todas as etapas de elaboração do trabalho, desde o projeto de pesquisa até a finalização da monografia; avaliar o desempenho do aluno ao longo da elaboração do trabalho, e estar disponível em hora e local combinado com os alunos.

A apresentação escrita deverá ser feita em forma de monografia, encadernada em espiral, seguindo-se para isso as normas e orientações da ABNT constantes no Guia para Normalização e Apresentação de Trabalhos Científicos e Acadêmicos e Guia para Normalização de Referências.

O Trabalho de Conclusão de Curso será avaliado pelo professor orientador com uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), seguindo no mínimo, quatro critérios:

- competência na modalidade culta da Língua Portuguesa;
- pertinência, relevância e atualidade do tema;
- coerência metodológica-teórica no desenvolvimento do trabalho;
- normalização do trabalho segundo as normas da ABNT.

Se desejar, o aluno poderá realizar a exposição oral do trabalho para sua turma. A apresentação de trabalhos equivale a 30 (trinta) horas, ou seja, poderá ser computada como Atividades Acadêmico-Científico-Cultural.

7) Operacionalização do Currículo

7.1) Disciplinas Teóricas

Serão ministradas pelos fascículos e pelo ambiente virtual de aprendizagem (Plataforma *Moodle*) e terão a interlocução dos tutores. As avaliações podem ser múltiplas: relatórios, artigos, pesquisas, etc. A tradicional prova escrita será aplicada nos polos da UAB e sob a supervisão dos tutores e coordenador de polos. Existirá um sistema de logística para a entrega de material com antecipação que obedecerá ao calendário de curso. Os fascículos também serão entregues sob o mesmo sistema de logística/Neaad-UAB.

O ambiente virtual de aprendizagem será programado e testado anteriormente à data de início do curso e será abastecido com conteúdos/documentos fornecidos pelos professores de cada disciplina. Será o meio de interação, como já foi explicado no capítulo, entre

professores/tutores/alunos. E por ser digitalizado pode ser modificado com vistas a melhorar as condições de acessibilidade e atualização.

7.2) Estágios Curriculares Supervisionados

Os licenciandos farão estágio nas escolas nas quais atuam e terão 200 (duzentas) horas de redução das 400 (quatrocentas) horas exigidas. As 200 (duzentas) horas serão utilizadas em estágio em escolas que firmarem convênio com os polos da UAB. Provavelmente, as escolas de origem dos licenciandos. Os demais alunos que não estão inclusos na categoria professor-leigo farão as 400 (quatrocentas) horas de estágio integralmente. Os critérios de supervisão e avaliação serão discutidos com o Centro de Educação, responsável pelas disciplinas pedagógicas, dentre elas o estágio.

7.3) Trabalho de Conclusão de Curso

A sistematização do TCC encontra-se no Capítulo 6. Os critérios de orientação serão discutidos em reunião departamental.

7.4) Projetos de Aprendizagem

7.4.1) Definição

Os Projetos de Aprendizagem são disciplinas, visto que apresentam ementa, carga horária e serão avaliados como as outras disciplinas do currículo. Eles foram configurados com temáticas previstas. Afinal, nenhuma atividade não pode constar do currículo em aberto.

Para efeito de ilustração, pensemos no Projeto de Aprendizagem Material Didático que foi concebido como uma disciplina que possa ser ministrada por um pesquisador/produtor de material didático, que tenha experiência na concepção de material didático na sala de aula e publicações a respeito. O professor dessa disciplina não precisa ser da área de italiano (e nem saber a língua), visto que os conhecimentos que irá transmitir superam qualquer exclusivismo. Ou seja, professores de diferentes áreas podem aderir ao projeto/à disciplina, inclusive, os professores de outras línguas presentes no Departamento de Línguas e Letras, ampliando a possibilidade de adesão dos colegas.

Notamos que na oferta de disciplinas, o Currículo de Letras-Português, por exemplo, não oportuniza a integração com os colegas de curso de inglês. Talvez porque trabalharmos com a ideia unicista de disciplina-conteudista.

Um professor de língua estrangeira está apto a capacitar um licenciando de outras línguas, na transposição de sua metodologia de ensino, suas pesquisas, suas publicações. As restrições se dão pela natureza operacional dos cursos que estipulam encargos de acordo com a matriz curricular que, por sua vez, não contempla a interdisciplinaridade. Outro motivo é a carência de professores, gerando a concentração do corpo docente para as necessidades específicas de seu curso.

O curso emergencial de italiano será feito pela adesão ao projeto, isto é, encargos extras, em relação aos encargos estipulados para o corpo docente, por tempo determinado mediante cronologia operacional na configuração da matriz curricular.

O projeto também apresenta um caráter experimental, ou seja, redimensionar a tradicional designação de encargos, oportunizando ao professor lecionar conteúdos fora de sua área de atuação convencional, ou seja, trabalhar por projetos que ultrapassem (não significa descartar) o conceito de disciplina. Para alcançarem o conceito de situações didáticas (Guy Brosseau, 2009), Evidentemente, o currículo de Letras Italiano não poderá abarcar todas, mas apenas algumas situações do cotidiano das licenciaturas.

Quanto à eventual exigência do uso do italiano em todas as situações didáticas, informamos que no curso de Letras Italiano os licenciandos estudarão a língua italiana em 8 (oito) disciplinas. Desse modo, os Projetos de Aprendizagem podem ser em língua portuguesa e os professores não precisam, necessariamente, ter conhecimento da língua italiana.

7.4.2) Orientação (aula virtual)

Na operacionalização do currículo do curso todas as práticas terão interlocução com os professores responsáveis e com os tutores através dos fascículos e do ambiente virtual de aprendizagem.

7.4.3) Articulação dos Projetos de Aprendizagem x disciplinas

O Projeto de Aprendizagem sobre Escola e Escolarização, por exemplo, pode ser abordado sobre diferentes enfoques: 1) a Escola e o desenvolvimento psicossocial, cognitivo e motossensorial da criança; 2) diversidade étnico-cultural; 3) inclusão digital; 4) inclusão e acessibilidade para os portadores de necessidades específicas; 5) a Escola e o material didático.

No Projeto Produção e Recepção Oral e Escrita podem ser analisados os seguintes temas: 1) meios cognitivos de aprendizagem das 4 (quatro) habilidades: sistemático, intuitivo, auditivo, visual, autônoma, colaborativa,; 2) Tics no ensino de ensino-aprendizagem das 4 habilidades.

O macro tema Língua Materna x Língua Estrangeira supõe questões sobre falsos cognatos; dialetos e variação lingüística, o uso da tradução como estratégia de ensino-aprendizagem.

O Projeto de Aprendizagem Material Didático poderá ser subdividido em vários itens: a) redução do filtro afetivo alto através da construção de material; b) aplicação das teorias das



múltiplas inteligências na elaboração de material; c) material didático e TICs, d) material didático *versus* cinema ou artes, etc.

Por isso, os Projeto de Aprendizagens podem ser orientados por qualquer membro da equipe docente que se identifique com o macro tema e seus correlatos. Em contrapartida, caberá ao licenciando escolher que tema quer trabalhar para focar seu projeto de aprendizagem.

Os projetos também serão refletidos no estágio curricular e provavelmente serão temas do TCC. Porque os seus desdobramentos interdisciplinares (temas transversais) podem ser alargados exponencialmente.

7.4.4) Avaliação

As práticas curriculares feitas na forma de Projeto de Aprendizagem seguirão o padrão das disciplinas. Ou seja, serão avaliadas na forma de relatórios, trabalhos, provas, etc.

7.5) Seminários Temáticos: definição, orientação e avaliação

Há no currículo do curso a proposição de Seminários Temáticos que serão apresentados pelos alunos como resultados de pesquisas e estudos (projetos de aprendizagem) desenvolvidos ao longo de cada semestre. Os seminários, além de fazerem parte da estrutura curricular do curso como um dos elementos centrais do processo de acompanhamento e avaliação do aluno, servem de elemento motivador para o desenvolvimento de pesquisas das práticas pedagógicas.

Eles são sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho, devendo ser orientados pelas equipes multidisciplinares: professores e tutores. Eventualmente, poderão ser abertos ao público interessado em geral.

Os seminários terão avaliação que levem em conta: participação do licenciando (é obrigatória), qualidade da apresentação dos trabalhos, exequibilidade e inovação dos projetos, articulação entre teoria e prática, coerência com o macro tema do Seminário e do Projeto de Aprendizagem a ele vinculado.

A licenciatura plena estruturada em 4 (quatro) eixos distribuídos e 8 (oito) módulos ao longo dos 4 anos letivos:

Quadro 1- distribuição das disciplinas nos eixos gerais:

Eixo 1 - FORMAÇÃO GERAL E PEDAGÓGICA

Núcleo A : Metodologia em EAD e Seminário de Pesquisa (120 horas)

Disciplinas	Carga horária
Fundamentos estruturais e pedagógicos da EaD	30 horas
Metodologia da Pesquisa em EaD	30 horas
Seminário de Pesquisa e Parametrização	60 horas

Núcleo B : Fundamentos das Humanidades (240 horas)

Sociologia	60 horas
Filosofia	60 horas
Psicologia	60 horas
Antropologia	60 horas

Núcleo C : Fundamentos Pedagógicos (300 horas)

Política Educacional e Organização	60 horas
Escola e Políticas da Diversidade	60 horas
Didática	60 horas
Currículo e Formação Docente	60 horas
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60 horas

Núcleo D : Português, Latim e Literaturas (480 horas)

Introdução à Lingüística (Português)	60 horas
Fonética e Fonologia (Português)	60 horas
Literatura Brasileira: Periodização	60 horas
Literatura do Espírito Santo	60 horas
Língua Latina 1	60 horas
Língua Latina 2	60 horas
Literatura Latina 1	60 horas
Literatura Latina 2	60 horas

Eixo 2 - FORMAÇÃO ESPECÍFICA

Núcleo E : Língua e Literatura Italianas (780 horas)

Língua Italiana 1	60 horas
Língua Italiana 2	60 horas
Língua Italiana 3	60 horas
Língua Italiana 4	60 horas
Língua Italiana 5: Sintaxe	60 horas
Língua Italiana 6: Morfossintaxe	60 horas
Língua Italiana 7: Níveis e Registros	60 horas
Língua Italiana 8: Estudos Gramaticais Avançados	60 horas

Literatura Italiana 1	60 horas
Literatura Italiana 2	60 horas
Literatura Italiana 3	60 horas
Dialetologia Italiana	60 horas
LIS: Língua Italiana de Sinais	60 horas
Eixo 3 – PRÁTICAS DE ENSINO DE ITALIANO (1260 horas)	
Projeto de Aprendizagem 1: Macrotemas Internet na Educação Uso das TICs no Ensino de Língua Estrangeira	60 horas
Projeto de Aprendizagem 2: Macrotemas Produção e recepção escrita Produção e recepção oral	60 horas
Projeto de Aprendizagem 3: Macrotema Produção de Material Didático	60 horas
Projeto de Aprendizagem 4: Macrotema Língua Vernácula na aprendizagem de língua estrangeira	60 horas
Projeto de Aprendizagem 5: Macrotema Educação e Escolarização	60 horas
Seminário Temático I	60 horas
Seminário Temático II	60 horas
Seminário Temático III	60 horas
Seminário Temático IV	60 horas
Seminário Temático V	60 horas
Estágio 1	200 horas
Estágio 2	200 horas
Trabalho de Graduação	60 horas
Atividade Acadêmico Científico-Cultural	200 horas

Por razões pedagógicas este curso está organizado em módulos, que são complementares e interdependentes, perfazendo um total de 3.180 (três mil cento e oitenta horas), conforme quadro abaixo:

Quadro 2 – Eixos modulados em períodos letivos a serem cursados:

PERIODOS / disciplinas	CII
I MÓDULO	
Fundamentos estruturais e pedagógicos da EaD	30h
Metodologia da Pesquisa em EaD	30h



Língua Italiana 1	60h
Seminário de Pesquisa	60h
Projeto de Aprendizagem 1	60h
Seminário 1	60h
II MÓDULO	
Introdução à Lingüística (Português)	60h
Língua Italiana 2	60h
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60h
Política Educacional e Organização	60h
Projeto de Aprendizagem 2	60h
Seminário 2	60h
III MÓDULO	
Sociologia	60h
Língua Italiana 3	60h
Latim 1	60h
Fonética e Fonologia (Português)	60h
Projeto de Aprendizagem 3	60h
Seminário 3	60 h
IV MÓDULO	
Literatura Latina 1	60h
Língua Italiana 4	60h
Didática	60h



Latim 2	60h
Projeto de Aprendizagem 4	60h
Seminário 4	60 h
V MÓDULO	
Literatura Latina 2	60h
Currículo e Formação Docente	60h
Língua Italiana 5	60h
Psicologia	60h
Projeto de Aprendizagem 5	60 h
Seminário 5	60h
VI MÓDULO	
Língua Italiana 6	60h
Literatura Italiana 1	60h
Estágio I	200h
Literatura Brasileira: Periodização	60h
Antropologia	60h
VII MÓDULO	
Língua Italiana 7	60h
LIS- Língua Italiana de Sinais	60 h
Literatura Italiana 2	60h
Estágio 2	200 h
Escola e Políticas da Diversidade	60 h



VIII MÓDULO	
Literatura Italiana 3	60h
Língua Italiana 8 -Estudos Gramaticais Avançados	60h
Literatura do Espírito Santo	60h
Dialetologia Italiana	60h
Filosofia	60 h
Trabalho de Graduação	60h

8) Inscrições Processo Seletivo e Ingresso

As inscrições para o processo seletivo serão realizadas nos polos da UAB conforme calendário a ser definido pelo Neaad. Caberá ao Departamento de Línguas e Letras e a Neaad sistematizarem o processo de seleção.

Sugerimos que se apresente a comprovação do exercício do magistério, visto que é necessário para o ingresso, estar em exercício no magistério (ensino do italiano) por, pelo menos, por três anos (Lei 6.755/2009).

8.1)- Preenchimento das vagas

As vagas para a implementação da Licenciatura Simples em Italiano são criadas pelo Mec e as secretarias de educação, em média são oferecidas 30 vagas por polo.

8.1.2)- Reingresso

A Resolução 36/2005 de 2 de setembro de 2005 prevê em seu Art. 1º: Será permitido ao estudante de um curso com diferentes habilitações ou ênfases colar grau em uma das modalidades e optar por continuar vinculado à Universidade para complementação de estudos em outra modalidade do mesmo curso, respeitando o tempo máximo de integralização curricular.

Aos alunos que desejam ingressar pela modalidade NOVO CURSO: será exigido conhecimento de italiano.

8.2) Administração Acadêmica do Curso: Colegiado do Curso



O curso da UFES, interiorizado na modalidade EaD, tem Colegiado próprio, e estará agregado em torno do Neaad. Tal iniciativa visa garantir que a cultura da EaD possa ser paulatinamente desenvolvida na Universidade, com garantia de padrões sistematizados de qualidade.

O Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras-Italiano, modalidade Aberta e a Distância será composto por 01 (um) professor por departamento participante do curso, 3 (três) coordenadores dos polos da UAB, um representante dos tutores, um representante dos alunos do Curso (criando espaço de representação estudantil) e dois representantes do Neaad. Nos dois primeiros anos, fase de implantação do curso, o coordenador e o sub-coordenador serão indicados pelo Diretor do CCHN e, após essa fase, ambos os cargos serão preenchidos por meio de eleição entre os membros do Colegiado.

Esse Colegiado terá, entre outras, atribuições de decidir ou orientar decisões referentes à transferência, remoção de alunos, aproveitamento de créditos, supervisão e orientação acadêmica, conforme regimento interno em elaboração pela Comissão de Legislação e Normas da UFES.

8.4)- Registro e do Regime Acadêmico

O registro inicial e de matrícula será processado pelo Departamento de Registro e Controle Acadêmico – Prograd/UFES, quando do ingresso do aluno ao curso. O regime acadêmico é organizado em módulos, cabendo a Coordenação do Colegiado do Curso, a sistematização, organização e controle do mesmo.

8.5) Matrícula

A matrícula inicial e as demais matrículas processuais dos alunos serão realizadas nos Polos Municipais e encaminhadas à Prograd/UFES, através da coordenação do Neaad.

8.6) Frequência

A frequência da carga horária presencial do curso é obrigatória, tolerando-se um limite de 25% de faltas às aulas presenciais em cada módulo.

8.7) Aprovação

São exigidos, para aprovação e promoção de um módulo para outro, bem como para a conclusão do Curso, o coeficiente de 60% (sessenta por cento) de aproveitamento em todos os meios/instrumentos de avaliação aplicados, bem como um mínimo de 50% em cada um deles. Há também a exigência de pelo menos 75% de frequência nas atividades presenciais.

8.8) Habilitação/diplomação

O aluno do curso a distância será diplomado, após a integralização curricular, pela UFES. O Curso confere Grau Superior de Licenciatura Plena em Língua Italiana.

8.9) Aproveitamento de Estudos

O aproveitamento de estudos será encaminhado ao Neaad, mediante requerimento do aluno à Coordenação do Curso, no prazo a ser fixado pela mesma, fazendo-se a juntada do histórico escolar, caso os estudos tenham sido feitos na UFES. Esse documento mais os programas das disciplinas cursadas, caso os estudos tenham sido realizados em outras IES.

O Projeto se estrutura de modo a garantir que a proposta teórico-metodológica do atendimento em serviço seja voltada para aqueles que atuam nas últimas séries do ensino fundamental e ensino médio, institucionalizada, zelando por essa opção político-pedagógica.

8.10) Cancelamento de Disciplinas e Trancamento de Matrícula:

Não será permitido o cancelamento de disciplinas ou trancamento de matrícula, uma vez que a proposta visa garantir a formação superior em Letras para o professor-leigo em exercício nas redes envolvidas. O cancelamento ou trancamento acarretará a perda da vaga.

8.11) Nivelamento de Italiano

Ao aluno será facultado, pela prova de nivelamento em toda e qualquer disciplina oferecida, aceder a níveis que exigem, inclusive, pré-requisitos sem haver frequentado os níveis anteriores daquela(s) disciplina(s). Os critérios para requerer a prova de nivelamento serão estipulados pelo Colegiado de Curso.

8.12). Edital e Informações sobre o Curso de Graduação a Distância

Para muitos alunos, parece ser fácil estudar a distância. Na verdade não é. Estudar a distância exige perseverança, autonomia, capacidade de organizar o próprio tempo, domínio de leitura, interpretação e, eventualmente, de tecnologia.

Taxas de evasão elevadas muitas vezes são decorrentes da falta de informação e são prejudiciais tanto para os alunos como para as instituições que oferecem cursos.

Toda a publicidade e o edital de um curso de graduação a distância têm uma função importante de esclarecimento à população interessada e devem: 1) informar os documentos legais que autorizam o funcionamento do curso; 2) estabelecer direitos que confere e deveres que serão exigidos:

- a) pré-requisitos para ingresso;
- b) número ideal de horas que o aluno deve dedicar por dia/semana aos estudos;
- c) tempo limite para completar o curso;
- d) necessidade de deslocamentos para provas, estágios ou laboratórios e locais onde serão realizadas;
- e) materiais e meios de comunicação e informação e outros recursos que estarão disponíveis aos alunos;

- f) no caso de cursos on line, indicar as características mínimas que o equipamento do aluno deve ter;
- g) modos de interação e de comunicação oferecidos para contato com o professor orientador ou tutor;
- h) condições para interromper temporariamente os estudos;
- i) informações sobre como poderá ser abreviada a duração do curso, para alunos que tenham demonstrado extraordinário aproveitamento nos estudos, conforme prevê o artigo 47, parágrafo 2º da Lei 9.394/96.

8.13) ENADE

Ao aluno deverá ser informado sobre o ENADE (Exame Nacional de Desempenho Estudantil) que foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 como componente curricular obrigatório para poder colar grau e receber diploma (a participação é assinalada no histórico escolar). Cada curso é convocado a cada três anos. A partir de 2009 todos os ingressantes e os concluintes terão que fazer o Exame.

9) Considerações Finais

9.1) Sobre a Educação a Distância

Pesquisas nas áreas educacionais, com vistas ao mercado de trabalho, comprovam ser fundamental a oferta de sistemas mais flexíveis de educação, contando com diversidade de recursos da informática e da Internet. Assim, as possibilidades de transferências de conteúdos saem da esfera do presencial para ocupar outro espaço de integração e aprendizagem, isto é, a Educação a Distância.

A Educação a Distância é um meio de universalização e interiorização do ensino e tem demonstrado que é eficaz. Daí a legislação elaborada para esse fim e o mesmo rigor na avaliação institucional por parte do MEC.

A Educação, na modalidade a distância, apresenta inúmeras vantagens, pois possibilita que os objetivos sejam alcançados através de estratégias de ensino-aprendizagem que empreguem acessibilidade diferencial, no tempo e no espaço, além de usabilidade dos recursos didáticos multimidiáticos. A modalidade EaD é encarada como uma construção contínua da pessoa humana, dos seus saberes, de suas aptidões e habilidades.

Estudos e estatísticas confirmam que é grande a rentabilidade (econômica e de resultados) da Educação a Distância. Esta modalidade educacional situa-se em 50% (cinquenta) dos gastos médios dos sistemas convencionais, isto é, presenciais. E os mesmos estudos informam que não existe perda de qualidade, ou seja, a mesma qualidade do ensino presencial pode ser impressa aos programas de ensino a distância.

9.2) Sobre a Demanda Específica do Ensino da Língua Italiana



Em se tratando dos municípios que foram colonizados pelos italianos, no Espírito Santo, a distância é o grande fator a ser superado para que se eleve o nível dos professores que lecionam italiano. Pode-se afirmar que a Educação a Distância é a modalidade de ensino-aprendizagem indicada para reduzir as distâncias e os isolamentos sejam eles: geográficos, sociológicos, econômicos ou culturais.

O Projeto é direcionado a professores em exercício em sistemas públicos de ensino, atuando em regência de turmas, na Educação Fundamental ou no Ensino Médio, e que não têm habilitação legal para tal função. Desse modo, o curso deve atender aos profissionais de educação e permitir que mantenham suas atividades como professores, além de valorizar sua atuação, diplomando-os. O curso de Letras Italiano se propõe a valorizar a experiência profissional acumulada por aqueles professores (chamados de leigos) permitindo a requalificação de profissionais para a sua admissão, pelas prefeituras, e regularização de seus contratos.

O presente Projeto respeitou as particularidades e necessidades específicas dos municípios que serão contemplados com a oferta do curso. Os municípios de Vitória e Vila Velha também fazem parte da lista dos polos escolhidos com o intuito de formar recursos humanos para atuarem na Grande Vitória.

O curso a ser oferecido será estruturado na modalidade de Educação a Distância, de forma a permitir que os educadores nele matriculados mantenham seus vínculos profissionais, sem exigir deslocamento até o *campus* de Goiabeiras. Contudo, existirá reserva de vagas para outros ingressantes que não estejam contemplados nesse perfil.

9.3) Princípios Conceituais e Operacionais do Curso de Italiano

O presente Projeto encontra-se imbuído de caráter experimental e interdisciplinar para impulsionar a formação de professores, tendo por modelo a tríade (indissociável) ensino-pesquisa-extensão, está embasado nas legislações pertinentes (UFES e MEC) e considerou as abordagens conceituais e operacionais dos projetos pedagógicos presenciais, em vigor, do Departamento de Línguas e Letras por entender que existem diferenças entre os cursos presenciais e os a distância, mas que os conteúdos, objetivos educacionais e o perfil dos formados são similares. Por exemplo, os objetivos do Italiano em EaD são: qualificar os licenciandos para atuarem na educação básica com competências nas metodologias didáticas, comunicativas e tecnológicas necessárias para exercer a profissão docente e expressam a mesma valoração do egresso que constam do projeto presencial.

Há também o empenho voltado à geração de novas oportunidades de trabalho para os licenciados que não estejam incluídos na denominação professor-leigo (Novo Curso, primeira licenciatura) e, ao mesmo tempo, existe a perspectiva de contribuir para a melhoria dos sistemas educacionais como senha de acesso à sociedade da informação e, conseqüentemente, efetuar diminuições das exclusões sociais.

Em termos operacionais optou-se pela educação a distância por conta da carência de professores no âmbito de italiano alocados no Departamento de Línguas e Letras. Há possibilidades de convênios com outras instituições e, assim, ocorrer à contratação, ainda que temporária, de profissionais da área de italiano. Em EaD não se precisa de deslocamentos por parte dos alunos e dos professores para que o ensino se concretize. A Plataforma *Moodle* viabiliza a transmissão de conteúdos, avaliações de aprendizagem e interatividade entre todos os atores do processo de ensino a distância.

Considerando as principais orientações quanto à formação de professores, destacamos as seguintes estratégias de ensino-aprendizagem: 1) formação de docentes como percurso contínuo e coerente ao longo dos 8 (oito) períodos; 2) incentivo ao compartilhamento de suas experiências profissionais e formativas através dos Seminários Temáticos; 3) estímulo à busca e à inovação do ofício de ensinar através dos projetos de aprendizagem inseridos nos projetos pedagógicos nas escolas e nas comunidades da quais as escolas fazem parte.

Os princípios dinamizadores do currículo da Licenciatura em Italiano são decorrentes não só das abordagens metodológicas do curso, mas também do fato de que os alunos são quase todos professores. É assumido pelo Projeto do curso que a formação profissional do professor deve estar intrinsecamente relacionada ao projeto pedagógico da escola, sendo sua prática profissional tomada como uma dimensão curricular.

O Projeto, por seu caráter experimental, expõe algumas lacunas, a saber: 1) quanto à supervisão do Estágio Curricular obrigatório; 2) quanto à orientação do TCC; 3) quanto ao processo seletivo: dos candidatos ao curso e dos candidatos à tutoria; 4) quanto à política dos benefícios pecuniários (sabe-se que existe dotação para bolsas de estudos para toda a equipe e contrapartida financeira das prefeituras que aderiram ao **ParFormar**); 5) quanto à existência de candidatos à tutoria (*on line* e presencial); 6) quanto à exigência de proficiência na língua italiana.

As dúvidas relativas aos números de 1 a 4 serão dirimidas pelos órgãos: Neaad, Prograd e UAB (enquanto agilizamos o encaminhamento do projeto entre os departamentos). A dotação prevê, inclusive, bolsas de estudos para os professores (autores e revisores), visto que o Projeto tem como material didático os fascículos impressos que são submetidos à editoração e revisão de linguagem e conteúdo.

Quanto ao item 5: Sabemos que podemos contar com a equipe docente do Centro de Línguas, que conta com 4 (quatro) professores com curso superior. Devemos informar que, ao longo dos períodos que pudemos contar com a colaboração do LEITOR (professor visitante), preparamos profissionais que poderão atuar como tutores.

A proposta do curso de Italiano presencial, assim como dos cursos de espanhol e francês presenciais, não exige o conhecimento prévio do italiano. Julgamos coerente mantermos o mesmo procedimento. Além disso, queremos expandir o conhecimento da língua italiana e expandir o alcance do curso que ora propomos para o público em geral (Novo Curso, por exemplo).



Enfim: trata-se de uma licenciatura que pretende contribuir para que as tradições italianas se mantenham. Ou seja, para que a história não seja arquivada e que tenha continuidade na vivência cultural dos italo-capixabas, em especial, e para a toda a sociedade espírito-santense. Inegavelmente, a língua é o símbolo maior dessa herança cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, F.J. *Educação e informática: os computadores na escola*. São Paulo: Cortez, 1988.

ALMEIDA, M. Elisabeth. *Informática e formação de professores*. Vol. 2. Série Estudos, EAD. MEC.SEED. Brasília, 2000.

_____. *Informática e formação de professores*. Vol.1. Séries Estudos em EAD. Mec.Seed. Brasília, 2000.

ALVES, Lynn. NOVA, Cristina. (Orgs.) *Educação a distância*. São Paulo: Ed.Futura, 2003.

AUSBIL, D.P. *Educazioni e processi cognitivi: guida per gli insegnanti*. Milano. Franco Angeli, 1998.

BROSSEAU, Guy. *Introdução ao estudo de situações didáticas*. São Paulo: Ed. Ática, 2009.

CANDAU, V. M. *Informática na educação: um desafio*, in *Tecnologia Educacional*: Vol.20, nº 98/99, jan./abr.1991, pp14-23.

DEWEY, J. *Experiência e educação*. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1979.

FAGUNDES, L., MAÇADA, D., SATO, L. *Aprendizes do Futuro, as Inovações Começaram*. MEC, 1999.

FADUL, Anamaria. *Novas tecnologias de comunicação*. São Paulo: Summues, 1980.

KENSKI, Vani Moreira. *Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação*. Campinas: Papirus, 2007.

LITWIN, Edith. *Educação a distância*. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. *Tecnologia Educacional: Políticas, Histórias e Propostas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

LÉVY, P. *As tecnologias inteligentes: o futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 234, 1993.

_____. *A máquina Universo-Cognição. Cultura e Informática*. Porto Alegre: Artmed. 2005.

_____. *MEC. Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica*. Brasília, 2006.

_____. *Decreto 6.755, 2009*.

_____. *Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio*

_____. *LDB- Lei 9.39. 1996.*

_____. *Plano Nacional de Educação*. Brasília: MEC, 1999.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Fundamental – Séries Finais*

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais- Ensino Médio*



- _____. *Parecer 09/2001. Brasília: MEC, 2001.*
- _____. *Parecer 028/2001. Brasília: MEC, 2001.*
- _____. *Portarias um e dois sobre Material Didático em Ia, 2007.*
- _____. *Referências para a Qualidade do Ensino a distância, 2005.*
- _____. *Resolução CNE/CP1, 2002.*
- _____. *Resolução CNE/CP 2, 2002.*
- _____. *Resolução CD/FNDE nº 26, 2009.*
- _____. *Resolução CNE/CES nº 18, 2002.*

NEVES, Carmen Moreira de Castro. Critérios de Qualidade para a Educação a Distância. In Tecnologia Educacional – ABT: Rio de Janeiro – v. 26, nº. 141, abr/jun, 1998.

PAPERT, S. *A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

----- Logo. *Computadores e educação.* São Paulo: Brasiliense, 1985.

PERRENOUD, P. *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação.* Lisboa: Dom Quixote, 1993.

PRETTO, Nelson de Luca. *Uma escola sem/com futuro.* São Paulo: Papirus Ed., 1996.

UFES- Universidade Federal do Espírito Santo
Diretrizes Curriculares para Formação de Professores
Projeto Pedagógico Institucional
Projeto Político Pedagógico de Letras-Português
Projeto Político Pedagógico de Filosofia (a distância)
Projeto Político Pedagógico de Letras Italiano (presencial)

VATTIMO, Gianni. *La società trasparente.* Roma: Garzante:1981.



Universidade Federal do Espírito Santo
Departamento de Administração/CCJE
Núcleo de Ensino a Distância da UFES (nea@ad)

Projeto

Projeto
*Especialização em
Gestão Pública, Modalidade à Distância.*

Vitória, janeiro de 2014



SUMÁRIO

I.	Dados de Identificação.....	2
II.	Justificativa	3
III.	Objetivos do Curso.....	4
IV.	Organização do Curso.....	4
V.	Estrutura Curricular.....	9
VI.	Corpo Docente e Disciplinas.....	10
VII.	Síntese de Titulação do Corpo Docente.....	12
VIII.	Calendário do Curso.....	12
IX.	Previsão de Receitas e Despesas.....	12
X.	Ementário das Disciplinas.....	12



I – Dados de Identificação:

- **Nome do Curso:**
- Curso de Especialização em Gestão Pública.
- **Nível:**
- Pós-Graduação Lato-Sensu (Especialização).
- **Instituições Promotoras**

Universidade Federal do Espírito Santo/Departamento de Administração/ne@ad.
CAPES/ Programa Nacional de Formação em Administração Pública/Universidade Aberta do Brasil.

- **Período:**

1ª turma de Agosto de 2014 a dezembro de 2015.

2ª turma – havendo demanda. uma segunda turma será iniciada.

- **Número de Vagas:**

300 vagas por turma, sendo a 1ª turma dividida em 6 grupos de acordo com o Polos (Vitória, Vila Velha, Piúma, São Mateus, Alegre e Santa Teresa). A 2ª turma poderá ser realizada em outros polos, desde que haja demanda e somente a partir do término dos dois primeiros módulos da 1ª turma e mediante apresentação de relatório parcial acadêmico e financeiro da 1ª turma ao Departamento de Administração.

- **Caráter do curso:**

Trata-se de um curso de **especialização na modalidade à distância** com duas turmas, sendo que a 2ª segunda turma será iniciada, caso haja demanda, após o término dos dois primeiros módulos da 1ª turma e mediante apresentação de relatório parcial acadêmico e financeiro da 1ª turma ao Departamento de Administração.

- **Coordenação:**

Prof. Ricardo Roberto Behr, Pós-Doutor em Administração, Doutor em Engenharia de Produção, Mestre em Administração e Especialista em Administração Pública e Bacharel em Administração Pública e de Empresas. Prof. do Departamento de Administração.

- **É atribuição do coordenador a organização das atividades administrativas e acadêmicas, que envolvem:**

Articulação com a direção do ne@ad.

Montagem das redes de relações com o corpo acadêmico tanto da UFES como de outras Instituições (professores especialistas e convidados; tutores, coordenadores de polos e equipe técnica do ne@ad);

Recepção dos professores convidados;

Representação do Curso perante a comunidade participante: Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, instituições públicas participantes;

Divulgação do curso na comunidade;

Convocação do colegiado do curso para solução de possíveis pendências.

Coordenação de Tutoria

Profa. Dra. Taciana de Lemos Dias

Bacharel em Matemática pela UFMG, graduação em Ciência da Computação pela UFMG, Mestre em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro, doutora em



Computação Aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Professora Adjunta da UFES.

- **É atribuição da coordenação de Tutoria a organização das atividades administrativas e acadêmicas, que envolvem:**

Coordenação dos tutores presenciais e à distância;

Coordenação dos trabalhos na Plataforma Moodle;

A coordenação dos TCC(s) e a coordenação da apresentação das sessões de pôsteres;

Substituir o Coordenador nas suas ausências ou vacância.

- **São atribuições da Secretária do curso:**

Elaboração de relatórios técnicos acadêmico/administrativo do projeto;

Execução dos trabalhos de secretaria: digitação, organização de arquivos e prover recursos didáticos e técnicos para as aulas presenciais e virtuais;

Atendimento aos alunos e professores.

- **Colegiado do Curso**

Conforme Artigo 17 da Resolução Nº 25/95 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES, o Colegiado acadêmico terá por responsabilidade a manutenção do nível de qualidade do curso e será composto por:

Coordenador do curso, Coordenador de tutoria, professores das disciplinas, representantes estudantis (conforme estabelecido na legislação vigente).

- **Importância do curso para o Departamento de Administração e para a UFES.**

A importância do curso para universidade se dá na medida em que propiciará a formação para servidores técnicos-administrativos, trabalhadores da educação, que poderão contribuir para universidade com melhoria qualidade na prestação dos serviços, além do que, as monografias serão direcionadas para a prática administrativa buscando resoluções teórico/práticas no sentido da melhoria dos procedimentos e da melhoria da qualidade das decisões gerenciais/administrativas, além de atender os anseios e demandas da comunidade espiritosantense, principalmente no atendimento à funcionários de prefeituras e do estado do Espírito Santo.

Para o Departamento de Administração a execução do curso ampliará as competências do departamento no que diz respeito à graduação e a pós-graduação stricto sensu, capaz de possibilitar, num futuro próximo respectivamente a construção de um curso de graduação em Administração Pública ou Políticas Públicas e linhas de pesquisa em gestão pública/políticas públicas.

II – Justificativa

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo; União, estados membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacionaldesenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996;



PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as “verdadeiras” funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o welfarismo municipal.

Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como. Além disso novas leis foram promulgadas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência, Lei de Acesso às Informações, etc. Nesse sentido, os Trabalhadores em Educação da Universidade e servidores federais, estaduais e municipais, poderão por meio deste curso tornarem-se capazes de interferir na organização dos processos de gestão, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades. União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.), porém há carência nas universidades e nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que as instituições públicas possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

III – Objetivos do Curso

A Especialização em Gestão Pública, visa desenvolver profissionais multifuncionais, com capacidade para pensar estrategicamente, utilizar de forma eficaz ferramentas e técnicas para a tomada de decisão, com o intuito de agregar valor para assegurar níveis de qualidade de legitimidade frente às transformações que vem ocorrendo no mundo da administração pública.

Especificamente, pretende:

Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;

Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;

Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;

Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;

Proporcionar aos participantes formação complementar e de recapacitação técnica, desenvolvendo habilidades mais adequadas à sua realidade;



Intensificar a cooperação entre a UFES, estado e prefeituras.

IV – Organização do Curso

- **A quem se destina:**

Trabalhadores em educação da UFES e funcionários públicos de outras instituições, estaduais e municipais, bem como a interessados da demanda social, envolvidos em atividades de caráter público, todos possuidores de graduação em nível superior, em qualquer área de estudo, atendida a Resolução 13/91 do Conselho Universitário/UFES.

- **Período de Realização:**

O Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade à distância, 1ª turma, será realizado no período de agosto de 2014 a dezembro de 2015. O Curso será ministrado à distância com a intermediação técnica do ne@ad. Portanto, os alunos participação de forma virtual e semi-presencial, uma vez que se reunirão nos polos do ne@ad, assistidos por tutores presenciais e por meio da plataforma Moodle por tutores à distância, bem como, pelos professores especialistas. O curso terá uma duração de 18 meses, sendo que os primeiros 12 meses deverão ser alocados para as diversas disciplinas. Os últimos 6 meses serão dedicados ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso, que deverá ser desenvolvido individualmente.

- **Número de Vagas**

O número total de vagas oferecidas é de 300 vagas para a 1ª turma, vagas estas divididas pelos pólos, conforme quadro a seguir. Todas as vagas são gratuitas.

Número de vagas	Polo
50	Vitória
50	Piuma
50	Vila velha
50	Alegre
50	São Mateus
50	Santa Teresa
Total : 300	

- **Vagas prioritárias**

Serão reservadas 90 vagas para o servidores da UFES, sendo 20 em Alegre, 20 em São Mateus e 50 vagas para Servidores em Vitória, as outras vagas serão oferecidas como demanda social, podendo qualquer cidadão candidatar-se, desde que cumpra com o requisito mínimo (graduação em qualquer área) e classificados de acordo com o quadro de pontuação, segundo o curriculum vitae. As vagas não ocupadas por servidores da UFES, poderão ser ocupadas por candidatos da demanda social obedecendo a ordem de classificação, bem como as vagas não ocupadas nos pólos do interior, as prioritárias ou as de demanda social, serão todas transferidas para onde houver demanda.

- **Requisitos para Inscrição:**

Cópia do diploma em curso superior de graduação devidamente registrado (frente e verso);

Cópia autenticada do histórico escolar da graduação;

Cópia da carteira de identidade e cpf;

Comprovante de quitação com o serviço militar, quando couber.

Cópia da certidão de nascimento ou casamento.

01 foto 3 x 4.



Curriculum Vitae resumido e devidamente comprovado (de acordo com modelo)
 Folha com a justificativa para escolha do Curso (de acordo com modelo)

• **Processo de Seleção:**

A seleção será realizada por meio de uma Comissão Central presidida pelo coordenador do curso, um professor do curso e pela secretária do curso e a as sub-comissões de cada polo, serão compostas pela pela Coordenação do Polo que a presidirá e mais um funcionário designado pelo Coordenador Pedagógico do ne@ad. Os candidatos entregarão no ato da inscrição o currículo conforme modelo a ser disponibilizado pela Coordenação do Curso com os respectivos comprovantes e a pontuação anotada, de forma que as sub-comissões nos polos façam a conferência da documentação e da pontuação.

Os candidatos deverão também entregar um documento (de acordo com, modelo) onde conste o por quê (intenção, interesse, justificativa) da escolha do curso em Gestão Pública.

QUADRO DE PONTUAÇÃO

Requisitos	Pontos	Máximo de pontos (escala de 0 a 100)
Curso de graduação na área	20	20
Curso de graduação em economia, ciências contábeis)	10	10
Curso de graduação em outras áreas	5	5
Tempo de serviço no setor público	3 pontos por ano	30
Tempo de serviço na área privada	2 pontos por ano	20
Aprovação em concurso público	1 ponto por concurso	5
Artigo em revista ou jornal	1 ponto por artigo	5
Se exerceu ou exerceu cargo de chefia em instituição pública	1 ponto por ano	5
Total de pontos		100

Em caso de empate, o candidato com mais tempo no serviço público terá terá prioridade. Persistindo o empate o mais idoso terá prioridade.

• **Matrículas**

As matrículas serão realizadas no curso, não cabendo falar em matrícula por módulos ou disciplinas.

• **Crerios de Avaliao do Rendimento:**

O processo de avaliao de aprendizagem na Educao a Distncia, embora possa se sustentar em princpios anlogos aos da educao presencial, requer tratamento e consideraes especiais em alguns aspectos.



Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e re-construir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e auto-estima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, então, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a esse saber. Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica, professor-aluno, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão. Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- **O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos;**

Nesse primeiro momento, busca-se observar e analisar como se dá o processo de estudo do aluno: se está acompanhando as abordagens e discussões propostas no material didático; quais os graus de dificuldades encontradas na relação com os conteúdos trabalhados; como é seu relacionamento com a orientação acadêmica; como desenvolve as propostas de aprofundamento de conteúdos; qual sua busca em termos de material de apoio, sobretudo bibliográfico; se mantém um processo de interlocução permanente com professores e orientadores; como se relaciona com outros alunos do curso; se tem realizado as tarefas propostas em cada área de conhecimento; se tem utilizado diferentes canais para sua comunicação com a orientação acadêmica e com os professores; se é capaz de estabelecer relações entre o conhecimento trabalhado e sua prática profissional; se tem feito indagações e questionamentos sobre as abordagens propostas, se tem problemas de ordem pessoal ou profissional interferindo no seu processo de aprendizagem.

O acompanhamento nesse nível se dá por meio da orientação acadêmica, com descrição em fichas individuais e com critérios para análise do envolvimento do aluno no processo. Caso o aluno não apresente um desempenho satisfatório em termos de compreensão dos conteúdos trabalhados, ele é aconselhado a refazer seu percurso, aprofundando e ampliando suas leituras. Somente depois de atender as exigências desse nível, o aluno é aconselhado a participar do nível seguinte.

- **Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados;**

Nesse segundo momento, busca-se observar em que medida o aluno está acompanhando o conteúdo proposto em cada uma das áreas de conhecimento: se é capaz de



posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente a sua prática profissional. Nesse nível, o aluno realiza avaliações formais, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só um nível de síntese dos conteúdos trabalhados, mas também a produção de textos escritos, com nível de estruturação que um texto acadêmico exige. Essas questões ou proposições são elaboradas pelos professores especialistas responsáveis pelas áreas de conhecimento, com a participação do orientador acadêmico. Este nível de avaliação é também descrito e registrado nas fichas individuais do aluno. Caso o aluno não tenha o desempenho desejado, ele é aconselhado a refazer alguns percursos de estudo, aprofundando mais suas leituras.

Nessa fase se dão os exames presenciais de avaliação dos conteúdos ministrados, em forma de avaliações formais presenciais, escritas e/ou práticas, para verificação da aprendizagem de cada conteúdo, ocorrendo pelo menos um exame a cada conteúdo ministrado ou a critério do professor, e acompanhado presencialmente pelo orientador acadêmico.

- **Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas realizadas ao longo dos três Núcleos;**

Nesse momento, o aluno realiza estudos ou pesquisas, a partir de proposições temáticas relacionadas a questões da gestão em gestão pública. Os resultados desses estudos são apresentados nos seminários temáticos internos, precedidos de planejamento e orientação.

A preocupação neste nível é de oportunizar o aluno elementos para a produção de um trabalho de análise crítico-reflexiva frente a uma determinada temática ou situação de seu cotidiano profissional. A realização do seminário temático oportuniza, ainda, uma abordagem integradora entre os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento.

Resumindo, a postura de avaliação assumida no ensino-aprendizagem pressupõe por um lado, uma compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre aluno/conhecimento/professor.

Assim, embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível, em síntese, particularizar esses três momentos no processo: acompanhamento do percurso de estudo do aluno, através dos diálogos e entrevistas com os orientadores acadêmicos, registro regular por escrito, *portfolio*, *webfolio*, onde constarão as atividades, as descobertas, as reflexões, as experiências vivenciadas pelo cursista; produção de trabalhos escritos e práticos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados, apontando reflexões sobre sua prática pedagógica, produção de trabalhos experimentais e expressivos com a colaboração dos orientadores acadêmicos; e a apresentação de resultados de trabalhos, estudos e pesquisas realizadas, a cada término de módulo ou disciplina, em seminários temáticos integradores, os quais reiteram a avaliação presencial, sendo um momento de verificação do conteúdo geral do mesmo.

Somente após a realização e participação nesses níveis de avaliação é que será feita a valoração final do desempenho do aluno, traduzida em número por exigência de normas institucionais. Para diplomação, segundo normas institucionais, o estudante deverá, além de cumprir créditos regulamentares, apresentar monografia sobre um tema da área de gestão pública, tema este aplicado à instituição a qual esteja vinculado, sob orientação de um professor.



- **Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos;**

Os critérios de aferição do desempenho acadêmico nas disciplinas serão analisados pelos tutores locais e são listados como exemplo: desenvolvimento das atividades propostas para cada disciplina, presença e participação nos grupos de discussão com os tutores locais.

Entre os critérios quantitativos, temos:

Frequência a todas as atividades do Curso será obrigatória, exigindo-se uma frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento)

Nota mínima exigida em cada disciplina: igual ou maior que 6,0 (seis)

Nota mínima no trabalho final: igual ou maior que 7,0 (sete)

No que se refere a apresentação dos trabalhos de conclusão de curso, serão confeccionados e apresentados individualmente, através de sessão pôster por região do Estado (norte, sul e centro). A avaliação será feita por uma Comissão de Avaliação, composta de três membros a serem convidados, nos baseando nos temas analisados. A nota mínima será igual ou superior a 7,0 (sete).

- **Descrição do trabalho final do curso e data limite para entrega;**

Temos como propostas de trabalhos de conclusão de curso, produção de trabalho científico, utilizando metodologias, tais como: revisão bibliográfica de temas relevantes ao seu desempenho profissional, estudos de caso, desenvolvimento do diagnóstico situacional. Está prevista a orientação do desenvolvimento dos trabalhos de conclusão de curso pelos professores já relacionados no projeto, bem como a disponibilização de outros professores e tutores, de acordo com a demanda de alunos inscritos no Curso.

V – Estrutura Curricular

- **Carga Horária**

A carga horária total das disciplinas do curso será de 480 horas e será desenvolvido em 3 módulos, um básico, um específico e o complementar (TCC - Trabalho de Conclusão do Curso) na área de Gestão Pública.

- **Professores**

O Curso será ministrado por professores do Departamento de Administração e convidados a seguir especificados, sujeitos às regras que regem esta entidade para cursos de pós-graduação *Lato-Sensu* (Resolução 25/95 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – UFES).

- **Estrutura para desenvolvimento do Curso**

Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;

Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;

Encontros presenciais;

Sistema de acompanhamento (tutoria) com disponibilização aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infra-estrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso;



No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de monografias. Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário;

Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos;

O Curso terá 1 (hum) tutor presencial por pólo e tutores à distância em número proporcional ao número de alunos conforme critérios do ne@ad. A seleção do tutores será por meio de chamadas públicas de acordo com critérios já definidos pelo ne@ad para todos os cursos à distância do núcleo;

O aluno concluirá o curso com a apresentação de monografia, elaborada individualmente, tendo acompanhamento de um professor orientador, devidamente designado pelo Colegiado do Curso, sendo que cada orientador ficará responsável no máximo por 15 trabalhos. O TCC(s) serão apresentados em forma de pôster em encontros nos respectivos pólos.

VI – Corpo Docente e Disciplinas

O módulo básico é composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

A função do módulo básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública. O módulo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas e o Módulo Complementar que será de 60 horas, sendo 30 para metodologia de Pesquisa e 30 para o TCC.



As disciplinas e os professores responsáveis estão listados no quadro a seguir:

Quadro sinóptico do corpo docente/disciplinas:Docentes	Titulação Maior	Instituição/Vinculação	Disciplina	Carga Horária
Módulo Básico				210
Adriana Fiorotti Campos	Doutora	UFES	Estado, Governo e Mercado	30
Gelson Siva Junquilha	Doutor	UFES	O Público e o Privado na Gestão Pública	30
Glícia Vieira dos Santos	Doutora	UFES	Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30
Alexandre Reis Rosa	Doutor	UFES	Políticas Públicas	30
Anderson Sonsine Pelissari	Doutor	UFES	Planejamento Estratégico Governamental	30
Susane Petinelli Souza	Doutora	UFES	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30
Lucilaine Maria Pascuci	Doutora	UFES/CCS	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30
Módulo Específico Gestão Pública				210
Letícia Fantinel	Doutor	UFES	Cultura e Mudança Organizacional	30
Rubens de Araújo Amaro	Doutor	UFES	Comportamento Organizacional	30
Alexandre Wernesbach Neves	Mestre	UFES	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30
Duarte de Souza Rosa Filho	Doutor	UFES	Gestão Operacional	45
Helio Zanquetto Filho	Doutor	UFES	Gestão Logística	30
Janyluce Rezende Gama	Mestre	UFES	Plano Plurianual e Orçamento Público	45
Módulo Complementar				
Marilene Olivier Ferreira de Oliveira	Doutora	UFES	Metodologia da Pesquisa	30
Diversos	Mestres/Doutores	UFES	Trabalho de Conclusão de Curso	30
CARGA HORÁRIA TOTAL				480



VII - Síntese de Titulação do Corpo Docente

Titulação	Quantidade
Doutores	13
Mestres	2

VIII – Calendário do Curso

Etapa	Período
1. Divulgação	maio/2014
2. Inscrição	junho/2014
3. Seleção	julho/2014
4. disciplinas	agosto/2014 a junho/2015
5. Trabalho final – encerramento	dezembro/2015

IX – Previsão de Receitas e Despesas (quadro em anexo ao projeto)

O Curso será gratuito. A UFES, por meio do ne@ad submeterá o projeto à chamada específica do PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA a ser realizada no início de 2014 pela CAPES/UAB. Portanto, se contemplado o curso será financiado totalmente pela CAPES/UAB. Os professores e tutores receberão bolsas do Governo Federal e as despesas de custeio serão financiadas de acordo com valores definidos na planilha anexa e conforme o edital CAPES/UAB.

As prestações de contas parciais e final do convênio junto à UFES, fundação de apoio e CAPES/UAB será de responsabilidade do ne@ad por meio da sua diretoria que é responsável pela ordenação de despesas.

A Coordenação do Curso e Coordenação do ne@ad poderão utilizar recursos do projeto para pagamento de inscrições, passagens aéreas e hospedagem em eventos relacionados a administração no país e exterior para professores do Departamento de Administração atuantes no Curso, bem como para participação do Coordenador em eventos relacionados ao PNAP.

IX- Ementário das Disciplinas

Estado, Governo e Mercado

Os atores envolvidos na esfera pública, sejam eles governantes, funcionários, fornecedores, clientes, beneficiários, usuários de serviços públicos ou agentes objetos da regulação estatal, movem-se e posicionam-se no espaço público orientados por uma ou mais concepções teóricas concorrentes sobre as relações entre Estado, governo e mercado nas modernas sociedades capitalistas. Por essa razão, é fundamental aos gestores públicos, em exercício ou em formação – independentemente da esfera de governo em que atuem ou venham a atuar –, conhecer os diferentes fundamentos e lógicas que orientam a ação dos agentes envolvidos (*stakeholders*). Relações entre Estado, governo e mercado na sociedade contemporânea, segundo as principais concepções e teorias: marxistas (PRZWORKSKY, 1995) e liberais (SARTORI, 1997). Desafios teóricos e políticos colocados aos analistas e



atores políticos pelas mudanças produzidas sob o capitalismo contemporâneo (BOBBIO, 1983; GUIDDENS, 1996; ANDERSON, 1996).

Referências Básicas

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) **Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade** : para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- _____. **Qual socialismo?** São Paulo: Paz e Terra, 1983. "Quais as alternativas à democracia representativa?", p. 55-74.
- GIDDENS, Anthony. **Para além de esquerda e direita**. São Paulo: UNESP, 1996. "Introdução", p. 9-30.
- HAM, Christopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91).
- O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: **Revista de Cultura e Política**, n. 4, 1981.
- OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? *Reforma Y Democracia. Revista del CLAD*. n. 9 (Oct. 1997), p. 7-61
- PRZWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3, "O governo do capital", p. 87-115.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada**. São Paulo: Ática, 1997, Cap. 6, "A democracia vertical", p.181-245.

Referências Complementares

- BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- DAHL, Robert. **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 2000.
- OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.
- POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- SANTOS, Wanderley G. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp. 67-117.
- SARTORI, Giovanni. **Teoria democrática**. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV, "Liberalismo e democracia", p. 366-393.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.
- WEBER, Max. **Economia e Sociedade** . Rio de Janeiro, LCT, 1998.

O Público e o Privado na Gestão Pública

Tradicionalmente, os poucos cursos de administração pública oferecidos no país partem do núcleo duro das teorias e disciplinas que compõem os currículos de administração de empresas, a ele acrescentando alguns outros temas e matérias mais diretamente ligados à gestão dos negócios públicos pelo Estado. Esse ponto de partida deixa de pôr



suficientemente em relevo a diferença fundamental entre a esfera pública e a privada, da qual derivam todas as demais diferenças teleológicas, organizacionais e funcionais existentes entre as organizações do Estado e as da sociedade civil, sejam elas empresas, sindicatos e associações com ou sem fins lucrativos. Por ser essencial ao gestor público ter absoluta clareza dessa diferença, de forma a poder exercer adequadamente as suas funções e atribuições com as quais ele se encontra investido na qualidade de servidor público, é que esta disciplina foi inserida no módulo básico deste curso. Da precisa separação entre esfera pública e esfera privada, que remonta ao Direito Romano, mas que só recentemente adquiriu os seus contornos mais definidos nas sociedades contemporâneas do Ocidente, é que decorrem todas as demais diferenciações relevantes para o agente público: de um Direito Público e de um Direito Privado; a separação entre Estado e sociedade civil; a delimitação dos poderes dos governantes em relação ao conjunto do Estado e aos cidadãos. A dicotomia público-privado: a primazia do público sobre o privado; as fronteiras entre o público e o privado; as prerrogativas do Estado sobre os agentes privados; os direitos do cidadão e os deveres do estado; interesses privados e interesses coletivos; Instituição e organização; organizações públicas e organizações privadas. O servidor como agente da ação do Estado: os diferentes agentes públicos e as suas formas de investidura; as prerrogativas do estado e as garantias do servidor; regime estatutário e regime contratual; vínculo estatutário e vínculo empregatício; cargo público e emprego no setor privado; A ética profissional do servidor público. Os princípios norteadores do serviço público – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; poderes e deveres do administrador público: dever de agir, dever de eficiência, dever de probidade, dever de prestar contas; poder disciplinar, poder de polícia, poder discricionário. As diversas organizações do terceiro setor e suas especificidades. Globalização e neoliberalismo: desregulamentação, privatizações e abertura dos mercados de bens e de capitais; reorientação do papel do estado: da produção à regulação de bens e serviços; a defesa do interesse público na competição globalizada: Estado e agentes econômicos privados internacionais; novos princípios de gestão pública: planejamento participativo; democratização do Estado; promoção da cidadania. A nova orientação estratégica de governo federal: inclusão social e redução das desigualdades; crescimento econômico com geração de emprego e renda; promoção da cidadania e fortalecimento da democracia.

Referências Básicas

- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade** : por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31.
- CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: **Revista Diálogo Jurídico**, n. 16, Salvador, 2007. Disponível: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSÃO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- MEIRELLES, Helly Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. **Direitonet**, 2005. Disponível: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. **Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras semelhanças e diferenças**. In: **RAP**, nº 40, vol. 4, jul/ago 2006, p. 679-98.

Referências Complementares

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.



- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. UnB, 1986.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo", p. 53-133.
- BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, 2004.
- BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **A reforma do Estado nos anos 90**: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.
- _____. Da administração pública burocrática à gerencial, **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP, Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.
- DINIZ, Paulo. **Responsabilidade social empresarial e sociedade política**: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007.
- Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- FIORI, José Luis. **Em busca do dissenso perdido**: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995.
- HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.
- HOBBS, Thomas. **Leviatã**: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.
- PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: **RAE**, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: **República do capital – capitalismo e processo político no Brasil**. São Paulo, Bomtempo, 1998.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

A adequada compreensão de los ngos e complexos processos de transformação social, como os experimentados pelo Brasil desde a proclamação da República até os dias de hoje, repousa sobre um conjunto variado de saberes produzidos por diferentes disciplinas, como a história, a sociologia, a economia, a administração, o direito e a ciência política. Para que esses vários conhecimentos possam ser devidamente associados e adequadamente assimilados, faz-se necessária a adoção de uma perspectiva interdisciplinar e histórica afim de costurá- los com alinha do tempo. Assim, interdisciplinaridade e contextualização histórica são os eixos fundamentais que devem orientar o desenvolvimento desta disciplina. Desenvolvimento econômico, mudança social e centralização e descentralização políticoadministrativas no Brasil: Da República oligárquica à República democrática do Século XXI. Federalismo e governo de elites na primeira República (ABRÚCIO, 1998, Cap 1;

BRESSER-PEREIRA, 2001); Centralização, autoritarismo e políticas sociais no período Vargas (1930-1945)



(SOUZA, 1976, Cap. IV; SANTOS, 1979, Cap. 4); Democracia e desenvolvimento sob a Segunda República (1946-1964) (SOUZA, 1976, Cap. V; LESSA, 1983, SOARES, 1973); e Autoritarismo e redemocratização (ABRÚCIO, 1998, Cap. 2; BRESSER-PEREIRA, 2001; SANTOS, 1979, Cap. 5; REIS, 1978; DINIZ, 1997).

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1998, Cap. 2, "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). **Brasil: Um Século de transformações**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de. (Org.). **Reforma do Estado e democracia no Brasil**. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: **DADOS**, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. **Quinze anos de política econômica**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista e o ornitorrinco**. S. Paulo: Boitempo, 2003. SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Sociedade e política no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. **Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964**. São Paulo: AlfaÔmega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismo da centralização" p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: **Rev. bras. Ci. Soc**, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: **Revista de Cultura e Política**, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: **Dados**, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. **Federalismo e regionalização dos recursos públicos**. Rio de Janeiro : IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369].

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. **Os partidos políticos brasileiros : a experiência federal e regional, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Ed ições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: DIFEL, 1975, Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). **Os partidos e o regime : a lógica do processo eleitoral brasileiro**. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.



Políticas Públicas

Sociedade. Política. Política Pública. Análise política. Análise de políticas. As principais abordagens na análise de políticas públicas e o modelo sistêmico. A concepção do "ciclo da política". Atores políticos (*stakeholders*). Interesses e expectativas. Poder e recursos de poder. Bem público. Escolha racional. Experiências inovadoras que criam novas esferas públicas de negociação e de participação popular: conselhos, redes, parcerias e novos arranjos institucionais no nível local de governo. A formação de agenda de políticas públicas. Tipos de demandas. Decisão. Não-decisão. Arenas políticas. Padrões de comportamento e interação dos atores. Modelos de análise do processo decisório: racional, organizacional e modelo da política burocrática. As lógicas do processo decisório: racional-compreensiva, incremental e *mixed-scanning*. Relações entre formulação e implementação. Modelos de implementação de políticas. Avaliação. Acompanhamento. Monitoramento. Pesquisa Avaliativa. Tipos de avaliação. Critérios de avaliação. Controle e avaliação de políticas públicas. Políticas Públicas: conceitos e evolução no Brasil. Regularidades das políticas públicas no Brasil. Novos papéis e responsabilidades dos entes federativos nas políticas públicas.

Referências Básicas

- ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: **Rev. bras. Ci. Soc.**, Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.
- COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: **Revista do Serviço Público**, n. 2, abr-jun 1998.
- COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis, Vozes, 1999.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. Campinas: Papirus, 1996.
- DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: **Revista do Serviço Público**, n. 1, jan-mar, 2001.
- DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. **Lua Nova**, n. 31, 1993, p. 5-46.
- _____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: **São Paulo em Perspectiva**. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.
- DUNN, William N. **Public policy analysis: An introduction**. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.
- DYE, Thomas R. **Understanding public policy**. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.
- ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. **Lua Nova**, n. 40/41, 1997, p. 193-215.
- FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: **Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista**. São Paulo: Fundap, setdez, 1996, p. 59-102.
- GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: **Revista Planejamento e Políticas Públicas**. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.
- LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem- Estar na América Latina. **Lua Nova**, n. 45, 1998, p. 187-204.
- LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: **Cadernos ENAP**, n. 13, 1997, p. 79-112.
- MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: **Estudos Avançados (USP)**, vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.
- MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. **Las políticas públicas**. Madrid: Ariel, 1992.



- MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: **Revista del CLAD** : Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p 7 – 70.
- MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: **Sociologias**, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.
- MISHRA, Ramesh. **O Estado-providência na sociedade capitalista**. Portugal: Celta Editora, 1995.
- NUNES, Edson. **A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Brasília: ENAP, 1997.
- NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.
- PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. **Basic methods of policy analysis and planning**. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.
- RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional”. In: FIORI, José Luis (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 “Teoria social e análise de políticas públicas”, pp. 11-14, e Cap. 2 “Legislação, instituições e recursos da política social brasileira”, p. 15-44.
- SUBIRATS, Joan. **Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.
- VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: **Revista de Administração Pública**, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares

- CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional**. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Revista de Sociologia e Política**, v.17, n.15, nov, 2000.
- HAM, Cristopher; HILL Michael. **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno**. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).
- ROTH, André-Noël. **Políticas públicas : formulación, implementación y evaluación**. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.
- SANTOS, Wanderley G. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 “Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso”, p. 71-82, e Cap. 5 “Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira”, p. 83-123.

Planejamento Estratégico Governamental

Introdução ao Planejamento Estratégico. Aspectos Gerais e Históricos. O Desenvolvimento Planejado. Evolução do Planejamento no Brasil. Abordagem Crítica do Modelo Brasileiro de Planejamento Governamental. Plano Plurianual.

Referências Básicas

- ALMEIDA Paulo R. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica**, 2004. (Mimeo).



- CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.
- ETKIN, Jorge. **Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones**. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.
- FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. **Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1995.
- LIMA, Blanca Olias de (Coord). **La Nueva Gestión Pública**. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.
- MATUS Carlos. **O método PES**. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.
- _____. **Adeus senhor presidente : governantes governados**. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.
- MINTZEMBERG, Henry. **Safári de estratégia**. São Paulo: Bookman, 1999.
- _____. **Ascensão e queda do planejamento estratégico**. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.
- MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Publica. In: **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.
- OLIVEIRA, Djalma de P. R. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas**. São Paulo: Atlas, 1988.

Referências Complementares

- MATUS, Carlos. **Política planejamento e governo**. Brasília: IPEA, 1996.
- OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

O Estado e os Problemas Contemporâneos

Problemas de cunho socioeconômico, como os relacionados à distribuição de renda e riqueza; à geração de trabalho e renda; à inclusão social; à realização de reformas; ao aumento da transparência e da participação popular, serão, muito provavelmente, priorizados. As trajetórias das políticas públicas concernentes a esses problemas, e os efeitos da inclusão da agenda neoliberal no seu processo de elaboração, serão estudadas a partir dos instrumentos usualmente empregados para analisar a conjuntura: reformas e coalizões. Tema com abrangência nacional, regional ou local definido pela Coordenação do Curso.

Referências Básicas

- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p. 69-103.
- ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) **O Brasil tem jeito?** Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Referências Complementares

- INSTITUTO DNA BRASIL. **50 brasileiros param para pensar a vocação do país**. São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

As atividades de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas vêm requerendo, em nível crescente, o uso de informações estatísticas e indicadores referidos às diferentes áreas de atuação governamental. Indicadores fornecem bases mais consistentes para justificar a demanda de recursos para um determinado projeto social a ser encaminhado a alguma instância de governo ou agência de fomento, para sustentar tecnicamente a relevância dos programas especificados nos Planos Plurianuais ou para



monitorar periodicamente os efeitos da ação governamental. Diagnósticos socioeconômicos com escopo abrangente e com detalhamento geográfico adequado são insumos básicos para orientar o planejamento governamental e para formulação de programas públicos mais ajustados à natureza e gravidade dos problemas sociais vivenciados. Sistemas de Monitoramento, por sua vez, contribuem para a gestão mais eficiente dos programas sociais. Enfim, os indicadores socioeconômicos são a base informacional de Diagnósticos para Programas Sociais e Sistemas de Monitoramento.

Além da aplicabilidade nas atividades inerentes à gestão de políticas públicas, nos últimos anos, os indicadores vêm sendo usados para conferir maior transparência, *accountability* e controle social do gasto público. Os órgãos de controle, como as controladorias e tribunais de contas, passaram a avaliar o desempenho dos programas e dos órgãos públicos com base não apenas na legalidade dos atos, mas nos indicadores de desempenho estabelecidos. Respondendo a essas demandas o IBGE, as agências e departamentos de estatísticas dos Ministérios e várias outras instituições públicas vêm produzindo e organizando um conjunto mais amplo de dados e indicadores sociais, econômicos e ambientais, disponibilizando-o em diferentes suportes e formatos como publicações, CD-ROMs e aplicativos de consulta na Internet. Conceitos básicos sobre Indicadores Sociais:

Introdução histórica;

Indicadores Sociais: do conceito às medidas;

Indicadores e os diagnósticos socioeconômicos;

Principais Pesquisas e Fontes de Dados e de Indicadores Sociais;

Principais produtores de dados e indicadores no Brasil;

Os Censos Demográficos;

As Pesquisas Amostrais e Institucionais do IBGE;

Registros Administrativos, Cadastros Públicos e Dados de Programas;

Introdução às fontes de dados e indicadores econômicos;

Dados e Indicadores Econômicos;

Principais boletins de conjuntura; e

Principais pesquisas econômicas do IBGE.

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. **Para entender a conjuntura econômica**. Barueri, Manole, 2008, p. 1-
 GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira**. Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. **Indicadores Sociais**: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____; CAVATI SOBRINHO, H. **Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro**. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. **Indicadores sociais**: uma primeira abordagem histórica. *Pensamento Plural*, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público**. São Paulo: CEPAM, 1999.

CARLEY, Michael. **Indicadores sociais**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.

DEDDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. **Economia & Trabalho**: textos básicos. Campinas. Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.



- GARCIA, R. C. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental**. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, 23-7:70,2001.
- HAKKERT, Ralph. **Fontes de dados demográficos**. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IBGE. **Indicadores sociais municipais**. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IPEA. **Boletim de Políticas Sociais**. Brasília, 2006.
- _____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento**. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso: 22 jun. 2009.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
- MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. **Pobreza e desigualdade** : repensando pressupostos. Observatório da Cidadania, Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Indicadores de atenção básica à Saúde** . Brasília: RIPSA, 2002.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. **Anais do XV ENEP**. Caxambu, set/2006. Disponível: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_420.pdf>. Acesso: 22 jun. 2009.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- RATTNER, H. **Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento**. 2007. Disponível em: <www.abdl.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROCHA, S. **Pobreza: do que se trata afinal**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
- SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. **Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos** : do que precisam os gestores de programas sociais? *Bahia Análise & Dados*, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1.191-1201, 2008.
- TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. **Rev. Bras. Est. Pop.** São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

Cultura e Mudança Organizacional

A ideia de que a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio desenvolvimento do ambiente em que se insere, gerou a necessidade de considerar a cultura na implementação das mudanças organizacionais. Tais mudanças, originárias de fatores diversos e configurando-se em tipologias que variam em função das perspectivas de análise que são adotadas, exigem modelos de gestão centrados no entendimento de que as organizações criam suas realidades sociais. Nas organizações que constituem o aparelho do Estado, aspectos estratégicos da cultura brasileira e a dinâmica de mudanças, vivenciada no mundo contemporâneo, implicam desafios de administrar com efetividade o binômio: descontinuidades administrativas e os processos de institucionalização, vistas como sinalização do desenvolvimento cultural. A cada governo, projetos políticos, construção de governança, com respectivos projetos de mudanças, devem ser implementados considerando como críticas as resistências culturais das estruturas instaladas nos diversos órgãos que compõem a estrutura organizacional. Duas



estratégias de mudanças têm sido definidas e experimentadas de forma mais intensa na administração pública, quais sejam o Desenvolvimento Organizacional – DO, continuamente reprojeto e a Aprendizagem Organizacional – AO, como iniciativa mais recente. Para qualquer uma das estratégias, no entanto, configura-se como fundamental a comunicação interna e externa, na busca de alinhamento das mudanças e comprometimento dos atores participantes. Mudanças Organizacionais: fatos geradores, tipologias e modelos básicos de gestão de mudanças. Os processos de institucionalização em órgãos públicos: a cultura brasileira, e a descontinuidade administrativa. Governabilidade, Projetos de Mudanças e resistências culturais das estruturas existentes. Mudanças, desenvolvimento organizacional e aprendizagem nas organizações públicas. Comunicação – fator estratégico na implementação de mudanças.

Referência Básica

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). **Mudança Organizacional: teoria e gestão**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Referências Complementares

CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.

FREITAS, Maria E. **Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos**. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.

_____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, jul/set. 1991.

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. **Cultura e poder nas organizações**. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.

_____. Estória, mitos heróis: cultural organizacional e relações de trabalho. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, out/dez. 1987.

HANDY, Charles. **Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional**. São Paulo, Vértice, 1987.

KRAUSZ, Rosa R. **Compartilhando o poder nas organizações**. São Paulo: Nobel, 1991.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Marco Antônio G. **Como entender a cultura organizacional**. São Paulo: Nobel, 1988.

THÉVENET, Maurice. **Cultura de empresa, auditoria e mudança**. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.

TAVARES, Maria das Graças de Pinho. **Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança**. São Paulo. Qualitymark, 1991.

WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

Comportamento Organizacional

A visão sistêmica das organizações gerou uma abordagem mais integrada das organizações, internamente e com o meio-ambiente. Assim, o comportamento organizacional teve de evoluir do que foi denominado micro, com ênfase nas estruturas e processos entre e dentro de indivíduos, pequenos grupos e seus líderes, para incluir também uma perspectiva mais macro, com ênfase nas estruturas e processos, entre e dentro dos grandes subsistemas, organizações e seus ambientes. Para o serviço público, poder e cultura são tratados de forma a implementar culturas de “processo”, capazes de sustentar o desenvolvimento de redes federativas, dentre outras, por meio de processos de institucionalização cada vez mais complexos. Para enfrentar esse desafio novos modelos de gestão devem ser discutidos, novos desenhos organizacionais devem ser experimentados em um contexto formalizado de estruturas organizacionais sedimentadas em uma lógica



hierárquica vertical limitada à construção da ordem interna. Os conflitos que se instalam do embate permanente/situacional nessas reestruturações passaram a exigir negociações e tomadas de decisões participativas, de forma constante, em vários níveis de atuação. Finalmente, questões de poder, autoridade e liderança exigem tratamento técnico de forma aprofundada em cada uma das características do líder: traço pessoal, orientação de comportamento ou estilo de gestão, Abrangência do CO, micro, meso e macrocomportamento organizacional, no fortalecimento da governança das organizações. Poder e Cultura na institucionalização das redes organizacionais federativas. Modelos de Gestão e os desenhos organizacionais nas organizações públicas. Conflito e negociação no desenvolvimento da governança. Poder, autoridade e teorias abrangentes de liderança.

Referência Básica

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Referências Complementares

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. **Elementos de Comportamento Organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. **Organizações Teorias e Projetos**. São Paulo: Pioneira. Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. **Imagens da Organização**. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. **Arquitetura Organizacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos

Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) **Networks and organizations** : structure, form, and action. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992, p. 397-429.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) **Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. **Estratégias de desenvolvimento local e regional**: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001, São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: **California management review**. Califórnia, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). **Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais**. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

Gestão Operacional

Em complementação ao controle das ações executadas, pelos diversos agentes, que hoje são realizadas pelos órgãos do Estado, faz-se necessário preparar os gestores públicos para



implementar estruturas e mecanismos que torne viável e efetivo o controle dessas ações também pela sociedade. Em função não só das exigências de controle para prestação de contas dos órgãos da administração públicas, como aquelas mencionadas anteriormente, mas também para gerar informações que permitam a definição das retroalimentações dos planos em vigência, o gestor deve se voltar para o gerenciamento da ação propriamente dita, seja de natureza contínua atribuída pelo arcabouço legal normativo – os processos, como também aquela de natureza situacional – os projetos. Gerenciar esse conjunto heterogêneo de ações implica exercer, com competência, gestões voltadas para o equilíbrio dinâmico da carga x capacidade que são consideradas as variáveis de importância e urgência das demandas do plano e as restrições operacionais das infraestruturas de recursos e meios, normalmente sujeitos ao rigor de arcabouço legal normativo dos sistemas estruturadores das áreas de apoio (meio). Nesse contexto também há a necessidade de ferramentas específicas para o gerenciamento da conformidade legal e normativa, das ações e seus produtos e resultados e para o gerenciamento de risco operacional inerente a fatores contingenciais que afetam sobremaneira as organizações públicas, a exemplo dos contingenciamentos orçamentários. Finalmente, consta que além dos órgãos de controle da estrutura do legislativo, configura-se como cada vez mais necessária, no próprio executivo, a realização de atividades do ciclo de gestão referentes ao acompanhamento, avaliação e controle da execução. Para que sejam viabilizadas corretivas imediatas e transparentes para sociedade, os sistemas de informação e comunicação – TICs têm se mostrado como imprescindíveis. Controle pela Sociedade e pelo Estado e a prestação de contas da administração pública. A gestão de processos e projetos e os dispositivos normativos dos sistemas estruturadores das áreas de apoio à execução. Gestão de Demanda e de Capacidade instalada na prestação de serviços públicos. Gestão de conformidade e de riscos operacionais face às restrições de recursos. Controladoria e Sistemas de Informações – o uso intensivo de soluções de TIC internamente e nas relações com agentes, intervenientes e sociedade em geral.

Referências Básicas

ROBBINS, Stephen P. **O processo administrativo**: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. **Gerência em projetos**. São Paulo: Makron Books, 1998.

Referências Complementares

MAXIMIANO Antonio César Amaru. **Administração de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. **Controladoria**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. **Administração de Serviços**. Bookman. Porto Alegre. 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informações**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. **Controladoria**: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. **Controladoria**: conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.



Gestão Logística

Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.

Referências Básicas

- ARNOLD, J. R. Tony. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.
- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. **Logística Empresarial**: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.
- CHRISTOPHER, Martin. **O Marketing da Logística**. São Paulo: Futura, 1999.
- DIAS, Marcos Aurélio P. **Administração de Materiais**. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. **Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- NOVAES, Antônio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- VIANA, João José. **Administração de Materiais** : um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

- ARAÚJO, J. S. de. **Almoxarifados**: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.
- _____. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. **Administração de compras e armazenamento**. São Paulo: Atlas, 1998.
- BALLOU, Ronald H. **Logística Empresarial**. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88)**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. **Lei de Licitações nº 8.666/93**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. **Lei nº 101/2000**, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- DIAS, M. A. P. **Administração de materiais** : uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. **Administração de materiais** : uma abordagem logística. São Paulo: Atlas 1998.
- GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Lino Martins da. **Manual de Contabilidade Pública**: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VIANA, João José. **Administração de materiais**. São Paulo: Atlas, 2002.

Plano Plurianual e Orçamento Público

Uma das tarefas mais importantes de um gerenciamento operacional alinhado às orientações políticas de governo é cuidar do financiamento do plano estratégico de ações, considerando um conjunto de instrumentos definidos em arcabouço legal normativo integrado. Um dos instrumentos é um plano operacional, derivado do plano estratégico, com abrangência para o mandato do gestor do executivo. O controle desse plano não deve somente retroalimentar o plano estratégico, mas também embasar a definição dos recursos orçamentários necessários ao âmbito público. O orçamento público, sua elaboração, aprovação e gestão, exigem conhecimentos bastante aprofundados do ciclo orçamentário e também a implementação de um sistema de informações que o integre às etapas financeira e contábil, do ciclo de gestão das receitas e despesas. Por estar sustentado em arcabouço legal formado pelas leis orçamentárias, esse instrumento está sujeito à gestão



compartilhada de poderes distintos – Legislativo e Executivo – o que faz do orçamento um instrumento de sinalização concreta da capacidade governativa dos órgãos públicos. Por fim, convém destacar que o embate político mencionado anteriormente deve ser acompanhado, se necessário, por revisão das políticas públicas vigentes e ampla disseminação de informações aos demais atores, em particular, à sociedade, para que o controle a ser exercido por ela esteja sustentado em definições atualizadas das prioridades do governo. Instrumentos de Gestão do Estado: PPA, LDO, LOA e LRF. Definições conceituais, lógica de interação entre os instrumentos, visão sistêmica externa e governabilidade. PPA: função e componentes, gestão do plano, o uso de indicadores de resultados e suportes de sistemas informacionais. Orçamentos públicos: evolução histórica e tendências futuras de inovação e sistemas informacionais de apoio à gestão. A LDO e LOA a base legal do orçamento público: princípios orçamentários, vedações constitucionais. O orçamento no legislativo e as ementas parlamentares; o orçamento no executivo e os contingenciamentos orçamentários; impactos na capacidade governativa e nas políticas públicas.

Referência Básica

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

ARRETCHE, Marta. **Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo : Perspectiva, 2004.

BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório : estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: **Revista de Administração**

Contemporânea, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p. 35-56.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 26, jun/dez, 2003.

SIQUEIRA, Thales R. **O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais**: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.

SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

Metodologia de Pesquisa

Métodos de Abordagem de Pesquisa e Modelos. A construção de temas de pesquisa. A proposição do objeto de pesquisa. O estabelecimento do problema. Tipos de projetos de pesquisa. Modelo de Pesquisa Qualitativo e seus Projetos: estudos de caso; pesquisa ação. Tipos de Pesquisa. Discussão Metodológica: finalidade e aplicabilidade. Principais Dificuldades dos Modelos.

Referências Básicas

ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. Tradução de Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. 6. ed. Porto Alegre: Globo, 1980. 223 p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 249 p.

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. rev. e ampl. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 293 p.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.



OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

Referências Complementares

INÁCIO FILHO, Geraldo. A monografia na universidade. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 200 p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.

_____. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.

_____. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.

MALANGA, Eliana Branco. A metodologia como episteme e a pesquisa em psicopedagogia. In: ANDRADE, Márcia Siqueira; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra (orgs.). A produção de conhecimento: métodos e técnicas de pesquisa em psicopedagogia. São Paulo: Memnon, 2002, p. 66-78. (Coleção Temas de Psicopedagogia, 4).

OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio P. F. de. Referências bibliográficas: um guia para documentar suas pesquisas. 4. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2003. 124 p.

_____. Trabalho acadêmico - o que é? como fazer?: um guia para suas apresentações. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

_____. Projeto de pesquisa - o que é? como fazer?: um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'Água, 2005a. 96 p.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 412 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. 1. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p. VOLPATO, Gilson Luiz.

Pérolas da redação científica. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 189 p.

ZAMBONI, Silvio. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 124 p. (Coleção polêmicas de nosso tempo, 59)

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Componentes Curriculares

NOME DO CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PNPAP				
CATEGORIA DO CURSO	(X) ESPECIALIZAÇÃO () FORMAÇÃO PEDAGÓGICA () LICENCIATURA				
PÚBLICO-ALVO	() PROFESSORES	(X) DEMANDA SOCIAL	FORMAS DE INGRESSO () VESTIBULAR/ENEM (X) ANÁLISE CURRICULAR () OUTROS		
TIPO DE CURSO	(X) MODULAR	() SEMESTRAL	DURAÇÃO DO CURSO	18 meses	
CARGA-HORÁRIA	480h	NÚMERO DE PERÍODOS	3	DURAÇÃO/PERÍODO (MÊS)	0

Período	Componente Curricular (Disciplina / Módulo)	Carga Horária			Categoria (obrigatória/ Optativa/Eletiva)	Pré-requisito (indicar o(s) pré-requisito(s) da disciplina)	
		Teoria	Prática	Total			
1	1	Estado, Governo e Mercado	30h	-	30h	Obrigatória	-
	2	O Público e o Privado na Gestão Pública	30h	-	30h	Obrigatória	-
	3	Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro	30h	-	30h	Obrigatória	-
	4	Políticas Públicas	30h	-	30h	Obrigatória	-
	5	Planejamento Estratégico Governamental	30h	-	30h	Obrigatória	-
	6	O Estado e os Problemas Contemporâneos	30h	-	30h	Obrigatória	-
	7	Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30h	-	30h	Obrigatória	-



2	1	Cultura e Mudança Organizacional	30h	-	30	Obrigatória	-
	2	Comportamento Organizacional	30h	-	30h	Obrigatória	-
	3	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30h	-	30h	Obrigatória	-
	4	Gestão Operacional	45h	-	45h	Obrigatória	-
	5	Gestão Logística	30h	-	30h	Obrigatória	-
	6	Plano Plurianual e Orçamento Público	45h	-	45h	Obrigatória	-

3	1	Metodologia da Pesquisa	30h	-	30h	Obrigatória	-
	2	Trabalho de Conclusão de Curso	30h	-	30h	Obrigatória	-



FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE CORPO DOCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO-UFES

Especialização em Gestão Pública-PNAP

CORPO DOCENTE

ITEM	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DO CONHECIMENTO DA TITULAÇÃO MÁXIMA	LINK PARA O CURRÍCULO LATTES (CNPQ)
1.	Ricardo Roberto Behr	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/7568741336273253
2.	Adriana Fiorotti Campos	Doutora	Planejamento energético	http://lattes.cnpq.br/8272405462162388
3.	Gelson Silva Junqueira	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/1351545617497389
4.	Glicia Vieira dos Santos	Doutora	Ciências Sociais	http://lattes.cnpq.br/3331091276265413
5.	Alexandre Reis Rosa	Doutor	Administração Pública	http://lattes.cnpq.br/0211829376571921
6.	Anderson Soncini Pelissari	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/9845095021629659
7.	Susane Petinelli Souza	Doutora	Educação	http://lattes.cnpq.br/1918347901202858
8.	Lucilaine Maria Pascuci	Doutora	Administração	http://lattes.cnpq.br/5674113274785826
9.	Letícia Fantinel	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/8188708807795008
10.	Rubens de Araújo Amaro	Doutor	Administração Pública	http://lattes.cnpq.br/0211829376571921
11.	Alexandre Wernersbach Neves	Mestre	Administração	http://lattes.cnpq.br/4745274742701325



12.	Duarte de Souza Rosa Filho	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/8236063570229386
13.	Helio Zanquetto Filho	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/7267023450920621
14.	Janyluce Rezende Gama	Mestre	Ciência da Informação	http://lattes.cnpq.br/8879398103246967
15.	Mariene Olivier Ferreira de Oliveira	Doutora	Administração	http://lattes.cnpq.br/2578930962539204





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

projeto

FORMULÁRIO DE PROPOSIÇÃO DE
CURSO NOVO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA-
PNAP

VITÓRIA-09, FEVEREIRO/2015



CONSIDERANDO:

1. O pleno conhecimento e a irrestrita concordância com os termos e condições da Chamada UAB nº 01/2013, de 14 de fevereiro de 2013;
2. O compromisso de que as informações prestadas neste Formulário de Proposição de Curso Novo são verdadeiras e, no que cabe, correspondentes ao conteúdo dos respectivos projetos pedagógicos dos cursos propostos;
3. A ciência de que a submissão de proposta nos termos da Chamada UAB nº 01/2013, de 14 de fevereiro de 2013 não implica obrigatoriamente em sua aprovação; e
4. A ciência de que a aprovação de curso nos termos da Chamada UAB nº 01/2013, de 14 de fevereiro de 2013 não implica em aprovação de oferta para fomento;

Vimos apresentar à CAPES a proposta desta instituição à Chamada UAB nº 01/2013, de 14 de fevereiro de 2013, nos termos a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

Proposta do curso de Especialização em Gestão Pública-PNAP

1. DADOS GERAIS

NOME DA IES (Por extenso)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO		UFES
PORTARIA DE RECRENCIAMENTO PARA OFERTA DE CURSO EM EAD (exclusivamente para os casos contemplados no item 4.1.1.1.)			
Portaria nº _____ de [dia] de [mês] de [ano] - DOU Seção _____, página _____, de [dia] de [mês] de [ano].			
NOME DO CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA-PNAP		
MODALIDADE DO CURSO (item 4.1.2., I, II e III)	Especialização	CURSO EM ÁREA PREVISTA? (item 4.1.3, I e II)	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
ÁREA DO CURSO (preencher apenas uma das colunas de acordo com a categoria indicada)			
EXCLUSIVO PARA LICENCIATURA		EXCLUSIVO PARA ESPECIALIZAÇÃO	
		Curso em área não prevista	
EM CASO DE CURSO EM ÁREA NÃO PREVISTA, INFORMAR: (exclusivamente para os casos contemplados no item 4.2)			
NOME DA ÁREA (para os casos contemplados nos itens 4.2.1 e 4.2.2)	Gestão Pública - PNAP		
DISCIPLINA(S) QUE O CURSO HABILITA A MINISTRAR E LEGISLAÇÃO CORRELATA (exclusivamente para licenciaturas contempladas no item 4.2.1. Informar até três disciplinas)			
DISCIPLINA	LEGISLAÇÃO CORRELATA		



CURSO DESTINA-SE À FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA? (exclusivamente para especializações contempladas no item 4.2.2.)		<input type="checkbox"/> SIM	<input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
PÚBLICO-ALVO	<input type="checkbox"/> PROFESSORES <input checked="" type="checkbox"/> DEMANDA SOCIAL				
FORMAS DE INGRESSO	<input type="checkbox"/> VESTIBULAR / ENEM <input checked="" type="checkbox"/> ANÁLISE CURRICULAR <input type="checkbox"/> OUTROS				
TIPO DE CURSO	<input checked="" type="checkbox"/> MODULAR <input type="checkbox"/> SEMESTRAL	DURAÇÃO DO CURSO	03 / MÓDULO(S)		
CARGA-HORÁRIA	480h	NÚMERO DE PERÍODOS	03	DURAÇÃO DO PERÍODO (meses)	6

2. RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

NOME	RICARDO ROBERTO BEHR		
FUNÇÃO	PROFESSOR / OUVIDOR DA IES		
TELEFONE COMERCIAL	(27) 4009-2209 / () -	TELEFONE CELULAR	(27) 8809-0151 / () -
E-MAIL	ouvidoria@reitoria.ufes.br	E-MAIL	

3. COORDENADOR DO CURSO

NOME	RICARDO ROBERTO BEHR		
ÁREA DE FORMAÇÃO	PROFESSOR / OUVIDOR DA IES	FORMAÇÃO (MÁXIMA)	
LATTES (ENDEREÇO)	http://lattes.cnpq.br/7568741336273253		
TELEFONE COMERCIAL	(27) 4009-2209 / () -	TELEFONE CELULAR	(27) 8809-0151 / () -
E-MAIL	ouvidoria@reitoria.ufes.br	E-MAIL	

4. INTRODUÇÃO/APRESENTAÇÃO

HISTÓRICO DA IES	Indicar o histórico resumido da IES referente ao conjunto de cursos afetados, nas modalidades presencial e a distância, apontando a conexão da proposta com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), bem como as diretrizes pedagógicas da IES.
-------------------------	--

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) teve suas origens na década de 50, a partir de Faculdades e Escolas Superiores que existiam em Vitória, capital do Estado. A Ufes conta com 91 cursos de graduação, 47 programas de pós-graduação, sendo 47 cursos de mestrado e 17 de doutorado. A UFES tem como objetivo fundamental, a educação, o ensino, a pesquisa e a formação profissional, bem como o desenvolvimento científico, tecnológico, filosófico e artístico, estruturando-se de modo a manter a sua natureza orgânica, social e comunitária. A formação artística está presente desde o início, com a antiga Escola de Belas Artes, atualmente Centro de Artes.

O Centro de Artes da UFES, como unidade acadêmica voltada para a formação de profissionais das Artes e a produção e divulgação dos eventos artísticos, nos seus cinquenta anos de funcionamento, tem contribuído decisivamente para capacitar quadros, produzir e expor objetos artísticos locais e nacionais, incluindo o estado no circuito nacional das artes e dos debates em torno dos seus procedimentos de ensino, e desta forma, participar do esforço coletivo de gerar um desenvolvimento pleno que não se restrinja apenas à ampliação das riquezas materiais, mas que invista na inclusão estética compreendida como preservação e expansão dos produtos culturais, imprescindíveis a qualquer projeto local de inserção ativa no processo crescente de globalização econômica e simbólica.

Atualmente, o Centro de Artes/UFES oferece seis cursos presenciais de graduação, sendo quatro bacharelados: Artes Plásticas, Comunicação Social, Arquitetura e Urbanismo, e Desenho Industrial e duas licenciaturas: Artes Visuais e Música; totalizando nestes cursos cerca de 2000 estudantes matriculados regularmente. Oferece também dois cursos de mestrado (Artes e Arquitetura). Por meio de Núcleos e Laboratórios de Ensino, da Pesquisa e da Extensão, o Centro de Artes tem atuado elaborando projetos, realizando estudos e eventos, que mesmo limitados pela distorção dos critérios de distribuição dos investimentos de pesquisa, os quais são direcionados prioritariamente para áreas de ciência e tecnologia, demonstram e expõem demandas sociais e produtivas crescentes, cujo

enfrentamento exige cada vez mais a inventividade e a inovação criativas, além de profissionais de competências múltiplas e diversificadas. Esse enfrentamento se faz emergencial no que se refere à responsabilidade do CAR/UFES quanto à formação dos agentes fomentadores da percepção sensível e da inclusão estética. Mesmo com duas licenciaturas presenciais, Artes Visuais e Música, a primeira atuando há mais de vinte anos, ainda não foi possível atender à demanda crescente de professores de artes no Estado do Espírito Santo.

Isso torna relevante a preocupação quanto às possibilidades de garantir uma formação adequada àqueles que atuam como professores de arte na rede regular de ensino público, e que não possuem formação acadêmica necessária para o pleno desenvolvimento dessas atividades vitais para a consolidação dos sujeitos, entendidos na plenitude de seu papel como cidadãos. Essa é uma responsabilidade do Centro de Artes, juntamente com a Coordenação do Curso de Artes Visuais. O Curso de Licenciatura em Artes Visuais, na modalidade presencial, da UFES oferece 80 vagas anuais através do processo seletivo do vestibular; a maior parte das disciplinas do curso é oferecida pelo Centro de Artes, que apresenta um quadro de mais 95 docentes, sendo 37 doutores e 32 mestres, os demais são especialistas (11) ou graduados.

Em 2006, atendendo ao Decreto nº 5.800 e ao Edital 01 SEED/MEC-UAB, de 20 de dezembro de 2005; à regulamentação de EAD (Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005), foi implantado o Curso de Artes Visuais Licenciatura, modalidade EAD. Teve seu projeto aprovado no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão em 04 de abril 2007 (Resolução CEPE/UFES nº 09/2007) e no Conselho Universitário em 19 de abril de 2007 (Resolução CUn/UFES nº 10/2007).

O curso ofertado em vestibular realizado em 2008 teve sua primeira turma iniciada em novembro de 2008 com 660 vagas em 22 municípios, sendo 50 por cento das vagas reservadas aos professores em exercício e o restante ao público em geral. A primeira turma do Curso está em fase de integralização, tendo 263 alunos colado grau até janeiro de 2013.

A EAD tem se constituído em um importante e eficaz instrumento de democratização do acesso à educação e uma opção de qualidade para atender àqueles que lutam por uma habilitação em nível superior, população considerável e historicamente desassistida.

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DO CURSO PROPOSTO	Indicar as unidades da federação, as respectivas mesorregiões e os municípios em que se pretende ofertar o curso.
---	---

VITÓRIA, VILA VELHA, PIÚMA, SÃO MATEUS, ALEGRE E SANTA TERESA - ES

5. JUSTIFICATIVA

Apresentar a relevância social e acadêmica da oferta do curso proposto na área de abrangência informada. Nesta justificativa deverão figurar, por exemplo, dados comprobatórios provenientes de censos e levantamentos realizados pelos próprios municípios que demonstrem a efetiva necessidade da oferta.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados membros e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Com a introdução de um Estado mais forte, porém menor, este reduz seu papel nacionaldesenvolvimentista, que vigorou por meio século (ABRUCIO; COUTO, 1996; PINHO; SANTANA, 2001). Dentro da concepção neoliberal, a partir de 1990, a União passa a exercer as "verdadeiras" funções de Estado: regulação e indução.

Nesse sentido, os dois níveis governo subnacionais passam a assumir papéis complexos (antes exercido pela União), que exigem competências específicas de regulação e uma nova gestão de atividades essenciais, competências essas colocadas em segundo plano durante a fase desenvolvimentista. Segundo Pinho e Santana (2001), o esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e extensos levou o governo central a transferir esses problemas para estados e municípios, sobretudo para os últimos, que adota o welfarismo municipal.

Na Constituição Federal (CF), há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas tal como. Além disso novas leis foram promulgadas, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei da Transparência, Lei de Acesso às Informações, etc. Nesse sentido, os Trabalhadores em Educação da Universidade e servidores federais, estaduais e municipais, poderão por meio dester curso tornarem-se capazes de interferir na organização dos processos de gestão, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades. União, estados e municípios necessitam de profissionais capacitados em gestão. Na União, essa tarefa já se acha mais bem desenvolvida, com a (re)estruturação e (re)valorização de diversas carreiras típicas de Estado (planejamento, fiscalização tributária, auditoria etc.), porém há carência nas universidades e nos âmbitos: estadual e municipal, muito trabalho ainda precisa ser feito para que as instituições públicas possam exercer, satisfatoriamente, seus papéis constitucionais.

6. OBJETIVOS

Apresentar objetivos gerais e específicos a serem atingidos com a implementação do curso proposto.



Capacitar quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo) e micro (unidades organizacionais) sistemas públicos;
Capacitar profissionais com formação adequada a intervirem na realidade social, política e econômica;
Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
Contribuir para que o gestor público desenvolva visão estratégica dos negócios públicos, a partir do estudo sistemático e aprofundado da realidade administrativa do governo ou de suas unidades produtivas;
Proporcionar aos participantes formação complementar e de recapacitação técnica, desenvolvendo habilidades mais adequadas à sua realidade;
Intensificar a cooperação entre a UFES, estado e prefeituras.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	Descrever as principais competências que a formação do curso oferece e as habilidades gerais e específicas que se objetiva desenvolver e aprimorar no aluno.
-----------------------------------	--

O curso propiciará a formação para servidores técnicos-administrativos, trabalhadores da educação, que poderão contribuir para universidade com melhora qualidade na prestação dos serviços, além do que, as monografias serão direcionadas para a prática administrativa buscando resoluções teórico/práticas no sentido da melhoria dos procedimentos e da melhoria da qualidade das decisões gerenciais/administrativas, além de atender os anseios e demandas da comunidade espiritosantense, principalmente no atendimento à funcionários de prefeituras e do estado do Espírito Santo.

Para o Departamento de Administração a execução do curso ampliará as competências do departamento no que diz respeito à graduação e a pós-graduação stricto sensu, capaz de possibilitar, num futuro próximo respectivamente a construção de um curso de graduação em Administração Pública ou Políticas Públicas e linhas de pesquisa em gestão pública/políticas públicas.

PERFIL DO EGRESSO	Incluir o perfil do egresso do curso proposto associado às áreas de atuação que possa assumir.
--------------------------	--

Trabalhadores em educação da UFES e funcionários públicos de outras instituições, estaduais e municipais, bem como a interessados da demanda social, envolvidos em atividades de caráter público, todos possuidores de graduação em nível superior, em qualquer área de estudo, atendida a Resolução 13/91 do Conselho Universitário/UFES

7. CONCEPÇÕES DO CURSO

Estruturação acadêmica do curso: sucinta descrição das linhas teóricas e metodológicas centrais do curso e sua aplicação na modalidade de Educação a Distância (EaD).

O módulo básico é composto por sete disciplinas, de 30 horas, perfazendo um total de 210 horas:

A função do módulo básico é propiciar ao estudante uma tomada de consciência sobre a atual política do governo, situando-a na passagem que vem se dando, ao longo destes últimos anos, de um Estado Gerencial para um Estado Necessário. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, as diferentes ações e programas implementados pela atual administração pública. O módulo específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas e o Módulo Complementar que será de 60 horas, sendo 30 para metodologia de Pesquisa e 30 para o TCC.

8. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

METODOLOGIA DE EAD	Apresentar, de forma integrada ao item que trata das concepções teóricas e metodológicas, as estratégias por meio das quais o curso será viabilizado na modalidade a distância. Neste item, é preciso que seja detalhada a dinâmica de ensino-aprendizagem prevista no modelo EaD do curso.
---------------------------	---

Para o desenvolvimento dos conteúdos serão organizados, dentre outros, os seguintes recursos didáticos:

Textos impressos de apoio ao estudo, por disciplina;

Ambiente virtual de aprendizagem (AVA) para comunicação entre os sujeitos e a disponibilização de textos complementares;

Encontros presenciais.

Sistema de acompanhamento (tutoria) com disponibilização aos estudantes a estrutura existente nos Pólos, com infra-estrutura técnica e pedagógica, laboratório de computação, biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentações de monografias. Os encontros presenciais serão realizados no início e no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da

modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário;

Ao longo do semestre, seria interessante propiciar encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizara a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem, apresentação de trabalhos;

O Curso terá 1 (hum) tutor presencial por pólo e tutores à distância em número proporcional ao número de alunos conforme critérios do ne@ad. A seleção do tutores será por meio de chamadas públicas de acordo com critérios já definidos pelo ne@ad para todos os cursos à distância do núcleo.

O aluno concluirá o curso com a apresentação de monografia, elaborada individualmente, tendo acompanhamento de um professor orientador, devidamente designado pelo Colegiado do Curso, sendo que cada orientador ficará responsável no máximo por 15 trabalhos. O TCC(s) serão apresentados em forma de pôster em encontros nos respectivos pólos.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Indicar todas as referências que subsidiaram a elaboração da proposta.

1. Estado, governo e mercado.

Referências Básicas

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir (Org.) Pósneoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

_____. Qual socialismo? São Paulo: Paz e Terra, 1983. 'Quais as alternativas à democracia representativa?', p. 55-74.

GIDDENS, Anthony. Para além de esquerda e direita. São Paulo: UNESP, 1996. "Introdução", p. 9-30.

HAM, Christopher; HILL, Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp). Capítulos 2 e 3 (p. 39-91)

O'DONNELL, Guillermo. Anotações para uma teoria do Estado. In: Revista de Cultura e Política, n. 4, 1981.

OSZLAK, Oscar. Estado y sociedad: ¿nuevas reglas de juego? Reforma Y Democracia. Revista del CLAD, n. 9 (Oct. 1997), p. 7-61

PRZWORKSKY, Adam. Estado e economia no capitalismo. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Parte 3. 'O governo do capital', p. 87-115

SARTORI, Giovanni. A teoria da democracia revisitada. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 5, "A democracia vertical", p. 181-245.

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; BOVERO, Michelangelo. Sociedade e Estado na filosofia política moderna. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DAHL, Robert. Um prefácio à teoria democrática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989. Cap. 3 – A democracia poliárquica.

GIDDENS, Anthony. O Mundo na Era da Globalização. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

OFFÉ, Claus. Problemas estruturais do Estado capitalista. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

SANTOS, Wanderley G. Ordem burguesa e liberalismo político. São Paulo: Duas Cidades, 1978. "A práxis liberal no Brasil: propostas para reflexão e pesquisa", pp. 67- 117.

SARTORI, Giovanni. Teoria democrática. São Paulo: Fundo de Cultura, 1965. Cap. XV. 'Liberalismo e democracia', p. 366-393.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1984.

WEBER, Max. Economia e Sociedade. Rio de Janeiro, LCT, 1998.

2. O Público e o Privado na Gestão Pública

Referências Básicas

BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade : por uma teoria geral da política. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 1, "A grande dicotomia: público/privado", p. 13-31

CARVALHO, Iuri M. O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado: parâmetros para uma reconstrução. In: Revista Diálogo Jurídico, n. 16, Salvador, 2007. Disponível: <http://www.direitopublico.com.br/pdf/PrincipiodaSupremacia_ULTIMAVERSAO.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MEIRELLES, Helly Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 14. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

NASCIMENTO, Márcio G. O controle da administração pública no Estado de Direito. *Direitonet*, 2005. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/x/20/23/2023/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

PÓ, Marcos V.; ABRUCIO, Fernando L. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. In: *RAP*, n° 40, vol. 4, jul/ago 2008. p. 679-98.

Referências Complementares

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UnB, 1986.

BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marcó Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Cap. 3, "Estado, poder e governo". p. 53-133.

BORÓN, Atilo. Las 'reformas del estado' en América Latina: sus negativas consecuencias sobre la inclusión social y la participación democrática. In: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2004.

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. A reforma do Estado nos anos 90: lógicas e mecanismos de controle. Brasília: Mare, 1997.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*. Brasília: ENAP. Volume 120, n. 1, jan-abr, 1996.

DINIZ, Paulo. *Responsabilidade social empresarial e sociedade política: elementos para um debate acerca da questão social no neoliberalismo*. Monografia apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de bacharel em Ciências Sociais, Uberlândia, 2007.

Capítulos 1 e 2. Disponível em: <<http://www.cadtm.org/IMG/pdf/031227boron.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

FIORI, José Luis. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. *InterfaceEHS – Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*. 2006. Disponível em: <http://www.interfacehs.sp.senac.br/images/artigos/74_pdf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat. *Do espírito das leis*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

PAES DE PAULA, Ana. Administração Pública Brasileira entre o Gerencialismo e a Gestão Social. In: *RAE*, FGV, Volume 45, Número 1, Jan/Mar 2005.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. 4. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. SAES, Décio. A política neoliberal e o campo político conservador no Brasil atual. In: *República do capital – capitalismo e processo político no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 1998.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1994.

3. Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro

Referências Básicas

ABRUCIO, Fernando L. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: HUCITEC, 1998. Cap. 2. "A passagem do modelo unionista-autoritário para o federalismo estadualista: a origem do novo poder dos governadores", p.59-108.

BRESSER-PEREIRA Luiz C. Do estado patrimonial ao gerencial. In: Pinheiro, Wilhelm e Sachs (Org.). *Brasil: Um Século de transformações*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2001. p. 222-259.

DINIZ, Eli. Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil dos anos 90. In: DINIZ, Eli; AZEVEDO, Sérgio de: (Org.). *Reforma do Estado e democracia no Brasil*. Brasília: UnB, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados, 1989-1994. In: *DADOS*, vol. 38, n. 3, 1995.

LESSA, Carlos. *Quinze anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARTINS, Luciano. *Estado capitalista e burocracia no Brasil pós-64*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista e o omitorrinco*. S. Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. I e II.

SOARES, Cláudio Ary Dillon. *Sociedade e política no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

SOUZA, Maria C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil, 1930-1964*. São Paulo: AlfaÔmega, 1976. Cap. IV, "Os mecanismos da centralização" p. 83-104.

Referências Complementares

ALMEIDA, Maria H. T. Federalismo e políticas sociais. In: *Rev. bras. Ci. Soc.*, 1995, vol.10, n. 28, p. 88-108.

FLEURY, Maria T. Leme, FISCHER, Rosa M. *Cultura e poder nas organizações*. São Paulo: Atlas, 1997.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. In: *Revista de Cultura e Política*, 2006, vol., n. 69.

LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury de. Democracia e reforma institucional no Brasil: uma cultura política em mudança. In: *Dados*, v. 34, n.3, 1991, p.311-348.

LAVINAS, Lena; MAGINA, Manoel A.; COUTO E SILVA, Mônica. *Federalismo e regionalização dos recursos públicos*. Rio de Janeiro:



IPEA, 1995. [Textos para discussão n. 369]

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil. Os partidos políticos brasileiros : a experiência federal e regional, 1945-1964. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

QUEIRÓS, Maria Isaura Pereira de. O Coronelismo numa interpretação sociológica. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo: DIFEL, 1975. Tomo III – O Brasil Republicano, Livro 1, 1975. Cap. 3.

REIS, Fábio Wanderley (Org.). Os partidos e o regime : a lógica do processo eleitoral brasileiro. São Paulo: Símbolo, 1978.

VELLOSO, João Paulo dos Reis (Org.). Governabilidade, sistema político e violência urbana. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

4: Políticas Públicas

Referências Básicas

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. In: Rev. bras. Ci. Soc., Jun. 1999, vol.14, n. 40, p.111-141.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas e projetos sociais: análise de resultados e de impacto. In: Revista do Serviço Público, n. 2, abr-jun 1998.

COUTINHO, Luciano. Coréia do Sul e Brasil: paralelos, sucessos e desastres. In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999.

DEMO, Pedro. Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus, 1996. DERLIEN, Hans Ulrich. Una comparación internacional en la evaluación de las políticas públicas. In: Revista do Serviço Público, n. 1, jan-mar, 2001.

DRAIBE, Sônia Miriam. Qualidade de Vida e Reformas Sociais: O Brasil no Cenário Latino-Americano. Lua Nova, n. 31, 1993, p. 5-46.

_____. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da experiência latino-americana recente de reformas e programas sociais. In: São Paulo em Perspectiva. Vol. 11, n. 4, out-dez 1997, p. 3-15.

DUNN, William N. Public policy analysis: An introduction. 3. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2004.

DYE, Thomas R. Understanding public policy. 11. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 2005.

ELIAS, Paulo Eduardo. Reforma ou Contra-Reforma na Proteção Social à Saúde. Lua Nova, n. 40/41, 1997, p. 193-215.

FAGNANI, Eduardo. Política Social e Pactos Conservadores no Brasil: 1964-1992. In: Cadernos FUNDAP – Desafios da Gestão Pública Paulista. São Paulo: Fundap, set-dez, 1996, p. 59-102.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. In: Revista Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, n. 23, jun., 2001.

LAURELL, Ana Cristina. Para um novo Estado de Bem- Estar na América Latina. Lua Nova, n. 45, 1998, p. 187-204.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos. Reforma do Estado no Setor de Saúde no Reino Unido e nos Estados Unidos. In: Cadernos ENAP, n. 13, 1997, p. 79-112.

MELLO, Guiomar Namó. Políticas Públicas de Educação. In: Estudos Avançados (USP), vol. 5, n. 13, 1991, p. 7-47.

MENY, Yves; THOENIG, Jean-Claude. Las políticas públicas. Madrid: Ariel, 1992.

MESA LAGO, Carmelo. Desarrollo social, reforma del Estado y de la seguridad social, al umbral del siglo XXI. In: Revista del CLAD : Reforma y Democracia. n. 15, outubro de 1999, p. 7 – 70.

MILANI, Carlos R. S. Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política. In: Sociologias, ano 8, n. 16, jul/dez 2006, p. 180-214.

MISHRA, Ramesh. O Estado-providência na sociedade capitalista. Portugal: Celta Editora, 1995.

NUNES, Edson. A gramática política do Brasil: Clientelismo e Insulamento Burocrático. Brasília: ENAP, 1997.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação: Um caminhar para o mesmo lugar. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 133-152.

PATTON, Carl V.; SAWICKI, David S. Basic methods of policy analysis and planning. 2. ed. Upper Saddle River, New Jersey: Prentice-Hall, 1993.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais. São Paulo: Cortez, 1999.

SAMPAIO Jr., Plínio de Arruda. O impasse da "formação nacional". In: FIORI, José Luís (Org.). Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 1 "Teoria social e análise de políticas públicas", pp. 11-14, e Cap. 2 "Legislação, instituições e recursos da política social brasileira", p. 15-44.

SUBIRATS, Joan. Análisis de políticas públicas y eficacia de la Administración. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. In: Revista de Administração Pública, vol. 30, n. 2, mar-abr 1996, p. 5-43.

Referências Complementares

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. Sistematizando e comparando os Enfoques de Avaliação e Análise de Políticas Públicas: uma contribuição para a área educacional. Tese de Doutorado defendida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de



Campinas, 2007.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Revista de Sociologia e Política, v.17, n.15, nov. 2000.

HAM, Christopher; HILL Michael. O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno. Campinas, 1996. (tradução para o português de The policy process in the modern capitalist state. Londres, 1993, sob a responsabilidade de Renato Dagnino para uso exclusivo dos alunos do Departamento de Política Científica e Tecnológica da Unicamp).

ROTH, André-Noël. Políticas públicas : formulación, implementación y evaluación. Bogotá: Ediciones Aurora, 2006.

SANTOS, Wanderley G. Cidadania e justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Cap. 4 "Teoria do laissez-faire repressivo à cidadania em recesso", p. 71-82, e Cap. 5 "Acumulação e equidade na ordem autoritária brasileira", p. 83-123.

5. Planejamento Estratégico Governamental

Referências Básicas

ALMEIDA Paulo R. A experiência brasileira em planejamento econômico: uma síntese histórica, 2004. (Mimeo).

CRISTO, Carlos Manuel Pedrosa Neves. Prospectiva estratégica: instrumento para a construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas. Revista do Serviço Público, Ano 54, n.1, jan/mar, 2003.

ETKIN, Jorge. Política, Gobierno y Gerencia de las Organizaciones. Buenos Aires: Prentice Hall, 2000.

FISCHMANN, Adalberto A.; ALMEIDA, Martinho I. R. de. Planejamento estratégico na prática. São Paulo: Atlas, 1995.

LIMA, Blanca Ollas de (Coord). La Nueva Gestión Pública. Madrid: Pearson Educación S.A., 2001.

MATUS Carlos. O método PES. São Paulo: Fundap, p. 51-100, 1995.

_____. Adeus senhor presidente : governantes governados. São Paulo: Fundap, p. 19-70, 1996.

MINTZEMBERG, Henry. Safári de estratégia. São Paulo: Bookman, 1999.

_____. Ascensão e queda do planejamento estratégico. São Paulo: Bookman, p. 183-256, 2004.

MINTZEMBERG, Henry; JORGENSE, Jan. Uma estratégia Emergente para la Política Pública. In: Gestión y Política Pública, v. 4, n. 1, México, primer semestre de 1995.

OLIVEIRA, Djalma de P. R. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia, práticas. São Paulo: Atlas, 1988.

Referências Complementares

MATUS, Carlos. Política planejamento e governo. Brasília: IPEA, 1996.

OLIVEIRA, José A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: RAP, Rio de Janeiro, n. 40, v. 1, p. 273-88, mar/abr, 2006.

6. O Estado e os Problemas Contemporâneos

Referências Básicas

KLIKSBERG, Bernardo. Falácias e mitos do desenvolvimento social. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2001. Cap. 3 "Como reformar o estado para enfrentar os desafios sociais do século XXI?", p. 69-103.

ITUASSU Arthur; ALMEIDA Rodrigo (Org.) O Brasil tem jeito? Vol. 2: educação, saúde, justiça e segurança. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Referências Complementares

INSTITUTO DNA BRASIL. 50 brasileiros para pensar a vocação do país.

São Paulo: Instituto DNA Brasil, 2005.

7. Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública

Referências Básicas

FEIJÓ, C. et al. Para entender a conjuntura econômica. Barueri, Manole, 2008, p. 1-

GUIMARÃES, J. R. S.; JANNUZZI, P. M. IDH – Indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. Revista Brasileira, Est. Urbanos e Regionais, Salvador, 7 (1):73-89, 2005.

JANNUZZI, Paulo M. Indicadores Sociais: conceitos básicos para uso na avaliação e formulação de políticas. Campinas: Alínea 2001, p.11-63.

_____. CAVATI SOBRINHO, H. Informação econômica no Sistema Estatístico Brasileiro. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 15, n. 1, p. 75-90, 2005.

SANTAGADA, S. Indicadores sociais: uma primeira abordagem histórica. Pensamento Plural, Pelotas [01]: 113-142, julho/dezembro, 2007.

Referências Complementares

CARDOSO, Regina L. S. Elaboração de indicadores de desempenho institucional e organizacional no setor público. São Paulo: CEPAM, 1999.



- CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- CASTRO, M. H. Sistemas nacionais de avaliação e informações educacionais. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 121-128, 2000.
- DEDECA, Cláudio. Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: Oliveira, C. A. B. et al. Economia & Trabalho: textos básicos. Campinas, Ed. Inst. Economia/UNICAMP, 1998.
- GARCIA, R. C. Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, 23-7:70, 2001.
- HAKKERT, Raiph. Fontes de dados demográficos. Belo Horizonte, ABEP, 1996. Disponível em: <www.abep.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IBGE. Indicadores sociais municipais. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. Síntese de Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- _____. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- IPEA. Boletim de Políticas Sociais. Brasília, 2006.
- _____. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, 2005. Disponível em: <www.ipea.gov.br>. Acesso: 22 jun. 2009.
- JANNUZZI, P. M.; GRACIOSO, L. A produção e a disseminação da informação estatística pelas agências estaduais no Brasil. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 92-103, 2002.
- JANNUZZI, P. M. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160, abr/jun 2005.
- MENDONÇA, L. E.; SOUTO DE OLIVEIRA, J. Pobreza e desigualdade: repensando pressupostos. Observatório da Cidadania. Rio de Janeiro, n. 5, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Indicadores de atenção básica à Saúde. Brasília: RIPS, 2002.
- NAHAS, M. I. P. et al. Metodologia de construção do Índice de Qualidade urbana dos municípios brasileiros. Anais do XV ENEP. Caxambu, set/2006. Disponível: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docs/pdf/ABEP2006_420.pdf. Acesso: 22 jun. 2009.
- PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa, 2007. Disponível em: <www.pnud.org.br>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- RATTNER, H. Indicadores sociais e planificação do desenvolvimento. 2007. Disponível em: <www.abdi.org.br/rattner>. Acesso em: 22 jun. 2009.
- ROCHA, S. Pobreza: do que se trata afinal. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 43-76.
- SCANDAR, W. J.; JANNUZZI, P. M.; SILVA, P. L. N. Sistemas de indicadores ou indicadores sintéticos: do que precisam os gestores de programas sociais? Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 17, n. 4, p. 1191-1201, 2008.
- TORRES, H. G. Demografia urbana e políticas sociais. Rev. Bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 1, p. 27-42, jan./jun. 2006.

8. Cultura e Mudança Organizacional

Referência Básica

LIMA, Suzana Maria Valle (Org.). Mudança Organizacional: teoria e gestão. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

Referências Complementares

- CLEGG, Stewart R. Tecnologia, instrumentalidade e poder nas organizações. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 32, n. 5, nov/dez. 1992.
- FREITAS, Maria E. Cultura organizacional: formação, tipologias e impactos. São Paulo; Makron, McGraw-Hill, 1991.
- _____. Cultura organizacional: grandes temas em debate. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, jul/set. 1991.
- FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria. Cultura e poder nas organizações. Rio de Janeiro: Atlas, 1991.
- _____. Estória, mitos heróis: cultura organizacional e relações de trabalho. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, out/dez. 1987.
- HANDY, Charles. Deuses da administração: como enfrentar as constantes mudanças da cultura organizacional. São Paulo, Vértice, 1987.
- KRAUSZ, Rosa R. Compartilhando o poder nas organizações. São Paulo: Nobel, 1991.
- MORGAN, Gareth. Imagens da organização. São Paulo: Atlas, 1996.
- OLIVEIRA, Marco Antônio G. Como entender a cultura organizacional. São Paulo: Nobel, 1988.
- THEVENET, Maurice. Cultura de empresa, auditoria e mudança. Tradução de Lemos Azevedo. Lisboa: Monitor, 1989.
- TAVARES, Maria das Graças de Pinho. Cultura organizacional: uma abordagem antropológica da mudança. São Paulo. Qualitymark, 1991.
- WOOD JR., Thomaz. Mudança organizacional: uma abordagem preliminar. In: Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 32(3), jul/ago. 1992, p. 74.

9. Comportamento Organizacional



Referência Básica

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Referências Complementares

BOWDITCH, James L.; BUONO Anthony F. Elementos de Comportamento

Organizacional. São Paulo: Pioneira, 1992.

DAFT, Richard L. Organizações Teorias e Projetos. São Paulo: Pioneira, Thomson Learning, 2002.

MORGAN, Gareth. Imagens da Organização. Atlas. São Paulo, 1996.

NADLER, David A.; GERSTEIN, Marc; SHAW, Robert B. Arquitetura Organizacional. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

10. Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos.

Referências Básicas

BAKER, Wayne. The network organization in theory and practice. In: NOHRIA, Nitin; ECCLES, Robert G. (Ed.) Networks and organizations : structure, form, and action Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1992. p. 397-429

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. (Coords.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.

MEYER-STAMER, Jörg. Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, políticas de localização e competitividade sistêmica. Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Policy Paper n. 28, setembro de 2001. São Paulo, 2001.

MILES, Raymond E.; SNOW, Charles C. Network organizations: new concepts for new forms. In: California management review. California, vol. XXVIII, n. 3, p. 62-73, spring 1986.

TEIXEIRA, Francisco (Org.). Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais. São Paulo: Casa da Qualidade, 2004.

11. Gestão Operacional

Referências Básicas

ROBBINS, Stephen P. O processo administrativo: integrando a teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1980.

VALERIANO, Dalton L. Gerência em projetos. São Paulo: Makron Books, 1998.

Referências Complementares

MAXIMIANO Antonio César Amaru. Administração de Projetos. São Paulo: Atlas, 2002.

BEUREN, Ilse Maria. O Papel da controladoria no processo de gestão. In: SCHMIDT, Paulo. Controladoria: agregando valor para a empresa. Porto Alegre: Bookman, 2002.

Cap. 1, p. 15-38.

FIGUEIREDO, Sandra; CAGGIANO, Paulo César. Controladoria : teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1993.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de Serviços. Bookman. Porto Alegre, 2000.

LAUDON, Kenneth C; LAUDON, Jane Price. Sistemas de informações. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MIRANDA, Luiz Carlos; SILVA, José Dionísio Gomes da. Medição de desempenho. In: SCHMIDT, Paulo. Controladoria: uma abordagem da gestão econômica. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Luis Martins de. Controladoria: conceitos e aplicações. São Paulo: Futura, 1998.

11. Gestão Logística

Referências Básicas

ARNOLD, J. R. Tony. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: planejamento, organização e logística empresarial. Porto Alegre: Bookman, 2001.

BOWERSOX, D. J.; CLOSS, D. J. Logística Empresarial: o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.

CHRISTOPHER, Martin. O Marketing da Logística. São Paulo: Futura, 1999.

DIAS, Marcos Aurélio P. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2002.

NOVAES, Antônio Galvão. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição: estratégia, operação e avaliação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

VIANA, João José. Administração de Materiais : um enfoque. São Paulo: Atlas, 2001.

Referências Complementares

ARAÚJO, J. S. de. Almoxarifados: administração e organização. São Paulo: Atlas, 1981.



- _____. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 1997.
- _____. Administração de compras e armazenamento. São Paulo: Atlas, 1998.
- BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial. São Paulo: Atlas, 1993.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. Lei de Licitações nº 8.666/93. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- _____. Lei nº 101/2000, de Responsabilidade Fiscal (CF/88). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.
- DIAS, M. A. P. Administração de materiais : uma edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. Administração de materiais : uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1998.
- GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2003.
- KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.
- SILVA, Lino Martins da. Manual de Contabilidade Pública: um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.
- ROSA, Márcio Fernando Elias. Direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2006.
- VIANA, João José. Administração de materiais. São Paulo: Atlas, 2002.

12. Plano Plurianual e Orçamento Público

Referência Básica

- GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo: Atlas, 2005.

Referências Complementares

- ARRETCHE, Marta. Federalismo e Políticas Fiscais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BIN, D.; CASTOR, B. V. J. Racionalidade e Política no Processo Decisório : estudo sobre orçamento em uma Organização Estatal. In: Revista de Administração Contemporânea, v. 11, n. 3, jul/set. 2007 p: 35-56.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas, n. 26, jun/dez, 2003.
- SIQUEIRA, Thales R. O Modelo de Gestão dos Planos Plurianuais: um estudo de caso. Dissertação de mestrado apresentada no Instituto de Ciência Política da UNB. 2006.
- SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. In: Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, julho/dezembro, 2006. p. 20-45.
- SOUZA, Celina. Construção e Consolidação de Instituições Democráticas: papel do orçamento participativo. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 15, n. 4, p. 84-97, dezembro de 2001.

13. Metodologia de Pesquisa

Referências Básicas

- ASTI VERA, Armando. Metodologia da pesquisa científica. Tradução de Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. 8. ed. Porto Alegre: Globo, 1980. 223 p.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 249 p.
- DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3. ed. rev. e ampl. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 293 p.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. 12. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 175 p.
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

Referências Complementares

- INÁCIO FILHO, Geraldo. A monografia na universidade. Campinas, SP: Papirus, 1995. 200 p.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. 7. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009. 315 p.
- _____. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 1992.
- _____. Metodologia científica. São Paulo: Atlas, 1991.
- MALANGA, Eliana Branco. A metodologia como episteme e a pesquisa em psicopedagogia. In: ANDRADE, Márcia Siqueira; CAPOVILLA, Alessandra Gotuzo Seabra (orgs.). A produção de conhecimento: métodos e técnicas de pesquisa em psicopedagogia. São Paulo: Memnon, 2002, p. 66-78. (Coleção Temas de Psicopedagogia, 4).
- OLIVEIRA, Silvio Luiz. Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses. 2. ed. São



Paulo. Pioneira, 1999. 320 p.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio P. F. de. Referências bibliográficas: um guia para documentar suas pesquisas. 4. ed. São Paulo: Olho d'Água, 2003. 124 p.

_____. Trabalho acadêmico - o que é? como fazer?: um guia para suas apresentações. São Paulo: Olho d'Água, 2005.

_____. Projeto de pesquisa - o que é? como fazer?: um guia para sua elaboração. São Paulo: Olho d'Água, 2005a. 96 p.

SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. 10. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 412 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atualiz. São Paulo: Cortez, 2007. 304 p.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em

educação. 1. ed. 14. reimp. São Paulo: Atlas, 2006. 175 p. VOLPATO, Gilson Luiz. Pérolas da redação científica. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 189 p.

ZAMBONI, Silvio. A pesquisa em arte: um paralelo entre arte e ciência. 3. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. 124 p. (Coleção polêmicas de nosso tempo, 59)

VITÓRIA-ES, 26 DE JANEIRO DE 2015.

TERESA CRISTINA JANES CARNEIRO
Coordenador(a) UAB

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE COMPONENTES CURRICULARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES

Componentes Curriculares

NOME DO CURSO	ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PNPAP			
CATEGORIA DO CURSO	(X) ESPECIALIZAÇÃO () FORMAÇÃO PEDAGÓGICA () LICENCIATURA			
PÚBLICO-ALVO	() PROFESSORES (X) DEMANDA SOCIAL	FORMAS DE INGRESSO	() VESTIBULAR/ENEM (X) ANÁLISE CURRICULAR () OUTROS	
TIPO DE CURSO	(X) MODULAR () SEMESTRAL	DURAÇÃO DO CURSO	18 meses	
CARGA-HORÁRIA	480h	NÚMERO DE PERÍODOS	3	DURAÇÃO/PERÍODO (MÊS)

Período	Componente Curricular (Disciplina/Módulo)	Carga Horária		Categoria (obrigatória/ Optativa/Eletiva)	Pré-requisito (indicar o(s) pré-requisito(s) da disciplina)
		Teoria	Total		
1	1 Estado, Governo e Mercado	30h	-	Obrigatória	-
	2 O Público e o Privado na Gestão Pública	30h	-	Obrigatória	-
	3 Desenvolvimento e Mudanças no Estado brasileiro	30h	-	Obrigatória	-
	4 Políticas Públicas	30h	-	Obrigatória	-
	5 Planejamento Estratégico Governamental	30h	-	Obrigatória	-
	6 O Estado e os Problemas Contemporâneos	30h	-	Obrigatória	-
	7 Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública	30h	-	Obrigatória	-



2	1	Cultura e Mudança Organizacional	30h	-	30	Obrigatória	-
	2	Comportamento Organizacional	30h	-	30h	Obrigatória	-
	3	Redes Públicas de Cooperação em Ambientes Federativos	30h	-	30h	Obrigatória	-
	4	Gestão Operacional	45h	-	45h	Obrigatória	-
	5	Gestão Logística	30h	-	30h	Obrigatória	-
	6	Plano Plurianual e Orçamento Público	45h	-	45h	Obrigatória	-

3	1	Metodologia da Pesquisa	30h	-	30h	Obrigatória	-
	2	Trabalho de Conclusão de Curso	30h	-	30h	Obrigatória	-

FORMULÁRIO DE APRESENTAÇÃO DE CORPO DOCENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO-UFES

Especialização em Gestão Pública-PNAP

CORPO DOCENTE

ITEM	NOME DO DOCENTE	TITULAÇÃO MÁXIMA	ÁREA DO CONHECIMENTO DA TITULAÇÃO MÁXIMA	LINK PARA O CURRÍCULO LATTES (CNPQ)
1.	Ricardo Roberto Behr	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/7568741336273253
2.	Adriana Fiorotti Campos	Doutora	Planejamento energético	http://lattes.cnpq.br/8272405462162388
3.	Gelson Silva Junqueira	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/1351545617497389
4.	Glicia Vieira dos Santos	Doutora	Ciências Sociais	http://lattes.cnpq.br/3331091276265413
5.	Alexandre Reis Rosa	Doutor	Administração Pública	http://lattes.cnpq.br/0211829376571921
6.	Anderson Soncini Pelissari	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/9845095021629659
7.	Susane Petinelli Souza	Doutora	Educação	http://lattes.cnpq.br/1918347901202858
8.	Lucilaine Maria Pascucci	Doutora	Administração	http://lattes.cnpq.br/5674113274785826
9.	Leícia Fantinel	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/8188708807795008
10.	Rubens de Araújo Amaro	Doutor	Administração Pública	http://lattes.cnpq.br/0211829376571921
11.	Alexandre Wernersbach Neves	Mestre	Administração	http://lattes.cnpq.br/4745274742701325



12.	Duarte de Souza Rosa Filho	Doutor	Administração	http://lattes.cnpq.br/8236063570229386
13.	Helio Zanquetto Filho	Doutor	Engenharia de Produção	http://lattes.cnpq.br/7267023450920621
14.	Janyluce Rezende Gama	Mestre	Ciência da Informação	http://lattes.cnpq.br/8879398103246967
15.	Marlene Olivier Ferreira de Oliveira	Doutora	Administração	http://lattes.cnpq.br/2578930962539204





UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA

Projeto

Projeto

ESPECIALIZAÇÃO
ORATÓRIA, TRANVERSALIDADE E DIDÁTICA
DA FALA PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Pós-Graduação *lato sensu*

2013



SUMÁRIO

	Página
1. Identificação do Projeto	01
2. Caracterização do Curso	01
3. Dados de identificação	01
4. Justificativa	02
5. Organização do curso	05
5.1 Objetivos	05
5.2 Clientela	05
5.3 Período de realização	05
6. Número de vagas	06
7. Processo seletivo	06
7.1 Requisitos para inscrição	06
7.2 Processo de seleção	06
7.3 Banca examinadora	06
7.4 Datas para inscrição e seleção	07
8. Recursos Físicos e Materiais	07
8.1 Instalações	07
8.2 Especificação das fontes para o custeio das despesas do curso	07
9. Administração do curso	09
10. Calendário	11
10.1 Descrição da Carga Horária	12
11. Metodologia	13
12. Conteúdos programáticos, disciplinas e ementário	14
13. Dados referentes ao corpo docente	21
14. Critérios de avaliação e rendimento	27
15. <i>Curriculum vitae</i> dos professores	29
16. Bibliografia	

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO

1.1 **Instituição:** UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

1.2 **Curso - Oratória, transversalidade e didática da fala** para formação de professores

1.3 **Tipo:** Especialização

1.4 **Grande Área e Área de Conhecimento:**

Grande Área – Ciências Humanas

Áreas de Conhecimento – Artes; Educação; Ensino Interdisciplinar; História; Literatura; Metodologia, Métodos e Técnicas de Ensino; Tecnologia da Informação e da Comunicação

1.5 **Unidade responsável:** Departamento de História

1.6 **Coordenador:** Prof. Dr. Carlos Vinicius Costa de Mendonça
(Departamento de História - UFES)

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1 **Período de realização:**

a) Início: março de 2014

b) Término: março de 2016

2.2 **Carga Horária:** 360 horas

2.3 **Tipo:** Especialização – Pós-graduação *Lato sensu*

2.4 **Modalidade do curso:** Semipresencial

2.5 **Número de vagas:** 500 vagas.

2.6 **Público Alvo:** Professores atuantes em todas as áreas, sobretudo, nas ciências humanas.

3. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

O Curso de especialização em **oratória, transversalidade e didática da fala** será realizado na modalidade semipresencial com o objetivo de qualificar professores para exercerem com competência comunicativa a atividade de ensino e pesquisa na sua área específica.

4. JUSTIFICATIVA

Ao implantar a sua Rede de Ensino Aberto a Distância ofertando uma diversidade de cursos, a UFES assumiu a iniciativa nesse setor no Estado do Espírito Santo, ao mesmo tempo em que se inseriu no universo das Instituições de Ensino Superior do país, como referência dentre as mais avançadas em EAD.

Com base em vários aspectos da interação e da cooperação importantes para a educação, em geral não contemplados pelas ferramentas convencionais de comunicação, a Rede de EAD da UFES – **ne@ad** - trabalha com um ambiente na Internet, **moodle**, para apoiar diferentes cursos. Esse ambiente é dotado de ferramentas de suporte ao trabalho cooperativo e de ferramentas inteligentes para apoio à recuperação e filtragem de informação. Assim, *Técnicas de Recuperação de Informação e Inteligência Artificial e Metodologias de Trabalho Cooperativo* contribuem para agilizar o processo de interação, para individualizar o atendimento ao estudante, intensificar a cooperação e facilitar o acesso à informação através da integração via ferramentas conceituais.

Nessa linha, o Curso de pós-graduação (lato sensu) em oratória, *transversalidade e didática da fala* surge com o propósito de oferecer aos professores - técnicas, posturas e comportamentos da competência comunicativa visando uma relação de mais interação da razão e da sensibilidade com suas audiências. Essa proposta visa, por um lado, preencher uma lacuna e uma deficiência da relação ensino-aprendizagem, que acreditamos, tem historicidade nas realidades das escolas públicas espalhadas pela região; e por outro, exercitar a interdisciplinaridade e a transversalidade como forma de ultrapassar a fragmentação dos conteúdos e disciplinas, como recomenda os *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCNs) enfatizados pelo Ministério da Educação(MEC).

O tema do projeto "*oratória, transversalidade e didática da fala*", nos conduz a reflexão de três conceitos fundamentais e compreende abordagens e objetos que fazem interface com as ciências humanas e propõe ser relevante para todas as áreas de conhecimento; a *oratória* como competência comunicativa essencial, resgata as técnicas e segredos da arte de transmitir conteúdos que informem, persuadam, divirtam, motivem e inspirem num mundo globalizado, tecnológico e marcado pela nova e devastadora concorrência, onde todos, sem exceção, precisam falar cada vez mais e melhor. Além dos desafios das salas de aula, os professores estão sempre às voltas com reuniões, seminários, congressos, defesas, negociações, entrevistas, palestras e representando as suas instituições em todos os lugares com seus pleitos, projetos e planos estratégicos.

Nesse sentido, contribuindo para que os professores possam fazer apresentações e ministrar aulas com sensibilidade, eficiência e clareza é importante considerar as disciplinas como meios e a *transversalidade* como fim, apresentando temas que ultrapassem as diferentes áreas de conhecimento, estimulando a criação de uma nova concepção das disciplinas dentro da escola e restituindo aos professores e alunos valores positivos¹. Não se trata de extinguir ou criar novas disciplinas, mas de mudar as abordagens sobre as atuais.

¹ Por temas da transversalidade entendemos aqueles da contemporaneidade e do presente que estão associados à ética, saúde, cidadania, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo. Ver a propósito MORENO, Montserrat et al. (1997): **Temas transversais em Educação: bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática.



Estas deixarão de buscar objetivos em si mesmas para se mostrarem como meios necessários para realização dos objetivos expressos através dos temas transversais e dos PCN. A construção e valorização da cidadania, por exemplo, expressa nos objetivos da educação brasileira não pode ser contemplada como algo abstrato e distante, nem tampouco abordada por uma única disciplina, mas proposta que supera a particularidade de cada uma das áreas do conhecimento.

Assim, o debate sobre os valores que norteiam a formação dos estudantes muitas vezes é acompanhado de um discurso cético das tendências conteudistas, que acreditam apenas na autoridade e validade do conhecimento formulado por grandes pensadores e inventores, independente da temporalidade e das pessoas que lidam com os clássicos. Desse modo, vêem as grandes figuras da História, das ciências e das artes, como seres "extraordinários", em detrimento dos alunos e seu mundo "ordinário".

Os temas transversais não devem ser vistos como opositores dos saberes clássicos, mas necessidades e questões do presente, de grande importância, que não podem ser ignorados pelos educadores. Se o mundo, a família e os modelos mudaram, faz-se necessário uma nova prática escolar, que atualize e valorize a própria escola e os que nela estão. Considerar as questões trazidas pelas crianças e jovens, como questões menores, significa reduzir suas preocupações e sua própria existência. O mundo deles e o nosso têm questões e desafios que não são menores dos que os apresentados em outras épocas por outros pensadores. São diferentes. Não permitir que os temas do cotidiano se façam presentes em sala de aula em função dos feitos do passado, é ignorar a angústia dos alunos e educar com os olhos voltados para trás, com um saudosismo injustificável que significa dizer que o pensar, sentir e agir de outras gerações foi mais importante que os da atualidade.

Nessa direção, investindo na mudança da prática escolar no sentido da sintonia produtiva entre os saberes tradicionais e a transversalidade, o curso também investe e considera o professor como um profissional orador, independentemente dos recursos midiáticos a sua disposição. Isso sugere destacar a relevância da *didática da fala* enquanto conjunto de teorias e técnicas relativas à transmissão do conhecimento.

As orientações da organização didática da fala de temas da transversalidade, associadas à verbalização com emoção e eficiência ajudam e devem ser observadas como ferramenta essencial para construção de um saber consciente e interativo em sala de aula e na escola. Não se trata de substituir um discurso caracterizado pela função emotiva por um lógico, racionalista, frio e pragmático. Mas de possibilitar uma aproximação persuasiva em que todos os pontos de vista, contraditórios, mas, convergentes, estejam presentes, formando o que Edgard Morin chama de "representação do pensamento integral".² Através da aproximação persuasiva da leitura de um bom romance ou filme, por exemplo, podemos acessar esferas da complexa subjetividade humana que jamais seriam conhecidas em nossa vida concreta. A existência na maioria das vezes, não nos permite diferenciar aquilo que é aparente daquilo que é essencial e profundo. Precisamos da ficção para compreender melhor o real que permanece invisível e dissimulado pelas representações dominantes.

² MORIN, Edgar (2006). **A cabeça bem feita: repensar a reforma reformar o pensamento**. 12.ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil. (La cabeza bien puesta, 1988).



Dessa forma, a temática do curso em tela pretende ainda, contribuir para resgatar a sedução do discurso do professor³, porque até pouco tempo, as apresentações orais, se limitavam a algumas atividades específicas. De maneira destacada, falam em público os profissionais da área do Direito, nos julgamentos, especialmente nas sustentações orais; os políticos, durante as campanhas e nas suas lides frequentes em seus respectivos parlamentos; os pregadores religiosos; os locutores de rádio e os apresentadores de televisão. Afora esses, os professores, que nem sempre primam pelas orientações da didática da fala, parecendo acreditar na suposta negligência salutar de audiências e salas de aula indiferentes.

Desse modo, visando contribuir para superação do desprestígio da boa verbalização através da organização didática da fala, podemos dividir as partes da apresentação dos temas da transversalidade, que nortearão as dinâmicas individuais e coletivas do nosso curso em: *introdução; preparação; assunto central e conclusão*.

A *Introdução* é o início da fala, o momento em que o professor orador deve se dedicar a conquista dos ouvintes, cativando sua simpatia, despertando-lhes o interesse, atenção e reduzindo suas possíveis resistências. Já a *Preparação* é a parte em que o professor orador deve se dedicar a facilitar o entendimento dos ouvintes, para que possam compreender bem a mensagem que será transmitida. Nessa etapa, revelará qual é o assunto que pretende desenvolver, o problema que será analisado e as partes que irá cumprir ao longo da exposição⁴. O *Assunto Central*, é o momento em que o professor orador vai desenvolver todos os elementos da preparação, ao mesmo tempo em que são apresentados a divisão dos argumentos que expressarão sua razão e sensibilidade, na relação de interação com a audiência. Após ter cumprido todas as etapas da apresentação, o professor orador se aplicará na *Conclusão*, recapitulando brevemente os argumentos essenciais para que a audiência reflita, colocando-se a disposição dos ouvintes, escutando e apreciando seus interesses, inquietações e emoções.

Com efeito, explicitada a justificativa, passemos à organização propriamente do curso.

³ É prioritário esclarecer que ao enfatizar a essencialidade da emoção e da sedução no conjunto da verbalização das ideias, não se está aqui a legitimar estratégias que possam transmitir qualquer conotação própria de manipulação. Por isso, julgamos oportuno registrar o nosso posicionamento com relação à ética que deverá nortear sempre as ações do professor orador. Consideramos também que, em qualquer situação, o procedimento dele deverá respeitar a inteligência e a capacidade de interpretação dos ouvintes.

⁴ Polito, Reinaldo. *Como falar corretamente sem inibições*. São Paulo: Saraiva, 2006, p124.



5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

5.1 Objetivos

Objetivos Gerais

- Qualificar professores dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas oferecendo técnicas, posturas e comportamentos da competência comunicativa que viabilize uma maior interação entre os saberes tradicionais e os temas da transversalidade;
- Estimular pesquisadores e gestores do ensino, extensão e pós-graduação da UFES a considerar nos seus programas e projetos a competência comunicativa, transversalidade e organização didática da fala como ferramentas e instrumentos insubstituíveis na formação e ampliação de horizontes das gerações do mundo virtual e globalizado.

Objetivos específicos

- Desenvolver habilidade e competência comunicativa no ensino a distância e no ensino presencial;
- Contribuir para superação da inibição e o medo de falar com emoção, desembaraço e sem constrangimento;
- Desenvolver a postura e gesticulação com harmonia e naturalidade;
- Usar o humor e a presença de espírito para dar brilho às apresentações;
- Fornecer ferramentas para controle comunicativo em situações de stress;
- Transmitir técnicas vocais e de fala para eficiência comunicativa;
- Enfatizar problematizando a importância da introdução, preparação, assunto central e conclusão nas apresentações orais que os professores necessitam fazer.

5.2 Clientela

Professores atuantes em todas as áreas, sobretudo, nas humanidades.

5.3 Período de realização

- O Curso será desenvolvido em 10 módulos, perfazendo um total de 360 horas.
- Os módulos estão previstos para iniciar no mês de julho de 2014 e serem concluídos em fins de abril de 2015. Os alunos terão um prazo para elaboração e redação da monografia final do Curso, de até seis (6) meses após o término da conclusão dos módulos, período no qual se providenciará o recebimento das monografias e o fechamento do Curso.

6. NÚMERO DE VAGAS/PÓLOS

CURSOS	Pólos	VAGAS
Especialização Oratória, Transversalidade e Didática da Fala TOTAL GERAL: 500 VAGAS	Afonso Cláudio	35
	Aracruz	30
	Baixo Guandu	30
	Cachoeiro de Itapemirim	35
	Colatina	35
	Domingos Martins	30
	Ecoporanga	30
	Iúna	30
	Linhares	35
	Mantenópolis	30
	Pinheiros	30
	Plúma	30
	Santa Leopoldina	30
	Santa Teresa	30
	Vargem Alta	30
	Venda Nova do Imigrante	30

7. PROCESSO SELETIVO

7.1 Requisitos para inscrição.

As exigências mínimas são:

- o Graduação Plena.
- o Apresentação do Curriculum Vitae devidamente comprovado.

Documentação:

- o Fotocópia do Diploma de Graduação Registrado ou Declaração de Colação de Grau.
- o Fotocópia do Histórico Escolar de Graduação.
- o Fotocópia da Carteira de Identidade ou documento equivalente (para estrangeiros).
- o Comprovante de quitação com o Serviço Militar.
- o Fotocópia do Título de Eleitor.

7.2 Processo de seleção

- o Análise do Curriculum Vitae:
 - o Tempo de serviço nas áreas previstas - 2 pontos por ano, até 12 pontos.
 - o Outro diploma em áreas afins do curso de especialização - 8 pontos.
- Total: 20 pontos

7.3 Banca Examinadora

Uma vez homologadas as inscrições dos candidatos aptos a concorrer às vagas oferecidas, a seleção ficará a cargo de uma Banca Examinadora constituída pelos professores pertencentes ao quadro do curso de especialização e sob a presidência do coordenador.

8. RECURSOS FÍSICOS E MATERIAIS

8.1 Instalações:

O curso será oferecido nos centros regionais de educação aberta e a distância da UFES. Sua estrutura será baseada em uma combinação das modalidades de Ensino a Distância e Presencial, numa prática semipresencial.

São disponibilizados nos pólos da UFES, auditório com 80 lugares em média, sistema de projeção multimídia, sistema de videoconferência, laboratório de informática com 20 microcomputadores, biblioteca virtual com 4 microcomputadores em média, todos com acesso a internet através da rede UFES e backbone da Rede Nacional de Pesquisa – RNP. No Núcleo de Educação aberta e a Distância -ne@ad, existe infra-estrutura de edição de multimeios, estúdio de videoconferência, suporte logístico e de manutenção do sistema de rede e equipamentos, além de gerência e desenvolvimento dos sistemas corporativos e intranet do ne@ad. Os Pólos Municipais são integrados a rede da UFES, com o acesso as mesmas facilidades de TI&C dos pólos.

Parte das atividades acadêmicas serão realizadas a partir de estudo dirigido via material didático lançados na plataforma **moodle** e por atividades acadêmicas que serão realizadas presencialmente, por encontros de vivência, discussão em grupos usando a infra-estrutura do ne@ad e dos pólos municipais,

A UFES sediará por meio do ne@ad ambientes para os professores do programa, responsáveis pelas disciplinas e pela orientação dos alunos. Esses ambientes são equipados com toda a infra-estrutura computacional e de telecomunicações necessárias ao acompanhamento dos alunos nos pólos. Os alunos encontrarão à sua disposição nos pólos e no ne@ad um ambiente de apoio pedagógico e técnico que garantirá o pleno funcionamento do curso proposto. Para tal, os pólos têm infra-estrutura computacional de telecomunicações equivalente às existentes na Universidade para as atividades de coordenação do pólo e de orientação acadêmica.

A metodologia empregada no Programa de Interiorização da UFES envolve as mais avançadas tecnologias de informação e comunicação, cujo domínio se torna indispensável na sociedade contemporânea. A organização curricular inovadora do ne@ad utiliza várias modalidades que se articulam entre si. Dentre elas a videoconferência, modalidade ministrada por docentes mestres ou doutores indicados pela Universidade. A videoconferência é gerada a partir de um estúdio localizado na sede do ne@ad, no Campus de Goiabeiras, e transmitida para até quatorze salas ligadas ao circuito de forma simultânea, possibilitando a interação entre os grupos e, principalmente, entre o conferencista e as audiências. A dinâmica da videoconferência traz uma aproximação exclusiva com os municípios capixabas possibilitando a disseminação do conhecimento para um público que ainda não se havia atingido.



Arquitetura do Ambiente

O ambiente utilizado para dar suporte aos cursos do ne@ad é dotado de ferramentas de apoio ao trabalho cooperativo e de ferramentas inteligentes para apoio à recuperação e filtragem de informação. Do ponto de vista da organização dos atores do processo educativo, são providas as facilidades necessárias para a coexistência de múltiplas comunidades que possam ir além da clássica divisão de turmas sob a coordenação de um Orientador de Aprendizagem. Para cada afazer acadêmico será possível reconfigurar essas comunidades e até mesmo inserir novos atores.

Para reduzir as barreiras de comunicação impostas pelas limitações no manuseio de grande volume de mensagens, o sistema usa o perfil dinâmico dos aprendizes e dos docentes (em vários níveis), facilitando a chegada das mensagens (perguntas/ respostas/ notícias) ao interlocutor mais apropriado.

Ambiente Cooperativo de Aprendizagem moodle. Trata-se de um sistema de gerenciamento de grupos de estudo, para acompanhamento e ajuda do aluno, foi desenvolvido pelo MEC e disponibilizado para a UFES, acessível via interface WEB.

As seguintes facilidades, entre outras, são encontradas no sistema:

- Criação e gerenciamento de grupos de estudo;
- Criação de fóruns;
- Perfis de usuários e/ou grupos configuráveis;
- Utilização de ferramentas tais como: Chat, Fórum, Biblioteca, para disponibilização de material de estudo ou entrega de trabalhos, Quadro de Avisos, Trocas de Mensagens, Correspondência para o Grupo, etc;
- Possibilidade de interação dos usuários.

8.2 Especificação das fontes para o custeio das despesas do curso.

- O curso será oferecido gratuitamente;
- Os docentes e os tutores receberão bolsas financiadas pelo MEC.
- Os materiais didáticos serão produzidos pelos professores do curso sob a orientação da equipe técnica e pedagógica do ne@ad.

9. ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

- O Curso de Especialização em oratória, transversalidade e didática da fala será administrado pelo Coordenador do Curso com o apoio do ne@ad - UFES e da Secretaria de Gestão do CCHN.
- O ne@ad - UFES vai oferecer o acompanhamento e suporte das condições de aprendizagem na modalidade EAD.
- É prevista, além do sistema de videoconferência do ne@ad, suas instalações físicas com salas de estudos e laboratórios de computação e, também, a utilização da plataforma moodle.

As equipes multidisciplinares para a produção de material didático e gerenciamento das técnicas de informação e de inteligência artificial de trabalho cooperativo (TIC) são formadas pelos:

Professores especialistas de conteúdo do colegiado do curso; pelo coordenador do curso e por membros da equipe técnica de produção de material didático em multimídia para adaptação à linguagem EAD. O coordenador de tecnologia da informação do ne@ad e sua equipe de estagiários farão o gerenciamento das TIC a serem aplicadas no curso. O material produzido será avaliado quanto aos aspectos científico, cultural, ético e estético, didático-pedagógico, motivacional, sua adequação ergonômica e às tecnologias utilizadas. Esse material será apreciado por um comitê editorial composto pelo coordenador do curso, por um professor do curso, pelo diretor pedagógico do ne@ad, pelo coordenador de tecnologia da informação do ne@ad, pelo coordenador de pesquisa do ne@ad, por um representante dos alunos, por um representante dos tutores e pela Secretaria do curso.

Cronograma de produção de material didático

Encontro do especialista com a equipe de linguagem EAD	Um dia
Treinamento do especialista na linguagem EAD	Uma semana
Elaboração do conteúdo do material didático	Um mês
Encontro do especialista com a equipe técnica de produção de matérias	Um dia
Editoração do material produzido	Um mês
Envio ao Comitê editorial do curso para a apreciação com vistas à aprovação do material produzido	Uma semana
Edição final do material a ser entregue aos alunos	Uma semana
Total em dias para a produção do material didático	90 dias



- A equipe técnico/administrativa de apoio à gestão do curso é formada por:

Equipe pedagógica: esta será formada por professores especialistas de conteúdo com larga experiência no campo da Educação e no seu ensino; tutores – com experiência e titulação na área da Educação e seu ensino; coordenador de curso; coordenador de pesquisa e avaliação; diretor pedagógico, que zelarão pelo pleno desenvolvimento do projeto do curso de modo a assegurar a plenitude da formação do aluno.

Equipe técnica: esta é formada pela direção administrativa (ne@ad); diretor de tecnologia da informação; coordenadores dos pólos envolvidos no curso; secretária executiva; estagiários de colegiado; técnicos de informática; monitores de disciplinas; técnicos de laboratório; secretárias de apoio – para os pólos; secretárias de colegiado (para garantirem o atendimento integral ao aluno junto à coordenação do curso, além de dar suporte administrativo e técnico ao coordenador do curso).



10. CALENDÁRIO

Cronograma		
	Total	Data
Divulgação do curso	-	Mar/14
Lançamento do Edital de contratação de tutores	-	Mar/14
Lançamento de Edital de seleção de alunos	-	
Feitura das seleções e divulgação do resultado	-	Abr e Maio/14
Organização da secretaria do curso para o início das atividades	-	Jun/14
Início do curso – Disciplina: Metodologia do Ensino em EAD	30	Jul/14
Disciplina: A conquista pelo discurso: ciência, fato e ficção.	30	Agos/14
Disciplina: Voz e competência comunicativa de professores.	30	Set/14
Disciplina: Transversalidade e Comunicação: o texto da imagem e da fotografia.	30	Out/14
Disciplina: Brasil no Oitocentos: história, memória e representações da retórica.	30	Nov/14
Disciplina: Territorialidade, identidades e o desafio da transversalidade nas representações culturais e sociais capixabas.	30	Dez/14
Disciplina: A transversalidade como chave para a abertura da didática e formação contemporâneas.	30	Jan/15
Disciplina: Razão, sensibilidade e mediação como fundamentos da Didática.	30	Fev/15
Disciplina: Transversalidade e retórica clássica e medieval.	30	Mar/15
Disciplina: Discurso e Leitura: a consciência das palavras.	30	Abr/15
Disciplina: Elaboração da monografia final	---	Maio - Agosto/15
Entrega de monografia e fechamento administrativo do curso		Set/15 - Fev/16

10.1 Descrição da Carga Horária

A carga horária de cada disciplina será aplicada de forma semipresencial, sendo:

- $\frac{3}{4}$ da carga horária aplicado sob a forma de estudo dirigido a distância;
- $\frac{1}{4}$ da carga horária aplicado sob a forma presencial.

A carga horária presencial será desenvolvida para os pólos municipais constando de encontro de vivência com os tutores e discussão das questões abordadas por meio de videoconferência em *multicast*.

Comunicação entre Alunos e Tutores

A comunicação entre alunos, tutores e professores especialistas se dará por meio de momentos presenciais e não-presenciais, fundamentais para a formação do aluno.

- **Momentos presenciais:**

Com os especialistas: os encontros entre os especialistas, os tutores e os alunos ocorrerão, através de videoconferência, entre ne@ad e pólos municipais, principalmente no que concerne aos conteúdos teóricos e de caráter experimental.

Com os tutores: O atendimento presencial se dará em contatos semanais de duas horas com grupos de 05 a 10 alunos por vez. Os tutores terão carga horária semanal de 20 horas de atuação nos pólos municipais, distribuídas em atendimento presencial semanal, nas aulas teóricas e grupos de estudo, além de disponibilizar-se para atendimento por telefone, fax ou Internet.

- **Momentos não-presenciais:**

Os momentos não presenciais ocorrerão por meio do auto-estudo do material didático disponibilizado por meio da internet via plataforma moodle e, também, por meio de um Livro distribuído para os alunos com, pelo menos, um mês de antecedência ao início de cada disciplina.

O curso prevê um Guia Metodológico do Estudante onde serão discriminadas normas acadêmicas em diversas seções ou capítulos. Em primeiro lugar, aluno receberá orientações práticas, para um melhor aproveitamento de seus estudos e será instado a planejar seu tempo e a cultivar o hábito do estudo em pequenos grupos e aprenderá técnicas de como fazer anotações. Em segundo lugar, serão apresentadas algumas orientações básicas e fundamentais para a técnica de leitura, sendo o aluno convidado a fazer alguns exercícios para que avalie melhor o método utilizado na leitura de um texto acadêmico. Em terceiro lugar, será introduzido no campo da ciência, percorrerá os caminhos da investigação científica para que se dê conta da importância da pesquisa em suas atividades docentes e na sua formação acadêmica. Por fim, o guia acadêmico será como uma auto-educação, no sentido de propiciar e estimular a auto-aprendizagem e o autodidatismo. As condições de aprendizagem requerem um percurso reflexivo e responsável: de um lado, interroga-se sobre seus hábitos de estudo para identificar seus vícios, lacunas e aspectos positivos; por outro lado, estimula-se a prática contínua dos exercícios sugeridos.

ACESSIBILIDADE ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Com base na legislação em vigor, Decreto Presidencial de 19 de dezembro de 2005 (e ao disposto no **Capítulo V** sobre a oferta de cursos e programas de pós-graduação a distância - **Art. 30º Parágrafo Único**, - para os casos de alunos com necessidades especiais) a UFES está desenvolvendo um projeto específico de acessibilidade plena, o qual prevê adequações em todas as suas instalações; inclusive nos pólos.

Este projeto prevê ainda acesso às pessoas com outras necessidades específicas, garantindo a inclusão dos interessados no curso, por meio de iniciativas que permitam o pleno desenvolvimento das atividades propostas, na comunicação e na utilização do material didático-pedagógico. Estas iniciativas serão implementadas uma vez que seja detectada a demanda .

11. METODOLOGIA

O curso consta de nove disciplinas e um trabalho final. Será realizado na forma semipresencial, utilizando os seguintes recursos:

- Rede do ne@ad da UFES;
- Para cada disciplina será elaborado um guia didático, para leituras e estudos com propostas de atividades;
- Indicações de livros e textos complementares sobre universo teórico e estudo de casos sobre o tema de cada disciplina;
- Cada disciplina terá um momento presencial, onde serão discutidas coletivamente as dúvidas sobre os temas e apresentação dos trabalhos exigidos da disciplina.

Os encontros presenciais serão divididos entre aulas ministradas pelos professores responsáveis pelas disciplinas e encontro com tutores.

- O curso possui um limite máximo de 500 vagas divididas em turmas a serem distribuídas pelos pólos.

A avaliação será realizada por meio de:

- Trabalhos realizados e apresentados ao término de cada disciplina. Esses trabalhos serão propostos através do guia didático.
- Trabalho final de curso em formato de monografia com defesa presencial. Esse trabalho é condição exigida para o estudante obter o título de especialista.



12. CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS, DISCIPLINAS E EMENTÁRIOS

12.1 Metodologia do Ensino em EAD

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Profª Drª Cláudia Pereira do Carmo Murta

Ementa: A estrutura da Rede UFES e as ferramentas de utilização através da Tecnologia da Informação. Contextualização do ensino-aprendizagem na modalidade EAD; A orientação em EAD; Utilização e produção de materiais didáticos.

Bibliografia:

LIBÂNEO, J.C. Democratização da escola pública. São Paulo, Loyola, 1987.
SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1984.
GADOTI, Moacir. Pensamento pedagógico brasileiro. São Paulo, Ática, 1987.
LUCKESI, C.C. et al. Fazer Universidade: uma proposta metodológica. São Paulo, Cortez, 1989.

12.2 – A conquista pelo discurso: ciência, fato e ficção.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof. Dr. Carlos Vinícius C. de Mendonça

Ementa: Sintonia entre conhecimento científico, literatura e oratória; a sedução do discurso; utilização produtiva de filmes, romances, contos e crônicas; a organização didática das apresentações orais; o professor orador e sua audiência escolar, pública e institucional.

Bibliografia:

Aristóteles. **Arte retórica e arte poética**. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. Rio de Janeiro: Tecnoprint. s/d.
Esteves, Antônio. **Estudos e pesquisas: fronteiras do literário**. Niterói: Eduff, 1997.
Fletcher, Leon. **Como falar como um profissional**. Rio de Janeiro: Record 1998.
MORENO, Montserrat et al. (1997): **Temas transversais em Educação: bases para uma formação integral**. São Paulo: Ática.
Nora, Pierre. "O retorno do fato" In: Le Goff, Jaques e Nora, Pierre. **História: Novos Problemas**. São Paulo: Francisco Alves Editora, 1979.
Perelman, Chaim; Olbrechts – Tyteca, Lucie. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
Polito, Reinaldo. **A influência da emoção do orador no processo de conquista dos ouvintes**. São Paulo: Saraiva, 2001.
----- **Como falar corretamente sem inibições**. São Paulo: Saraiva, 2006.
----- **Seja um ótimo orador**. São Paulo: Saraiva, 2005.



12.3 – Voz e competência comunicativa de professores.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof^a. Dr^a. Carolina Fiorin Anhoque

Ementa: Competência comunicativa; fatores de riscos para distúrbios vocais relacionados ao trabalho (DVRT); voz e fala como ferramenta de trabalho; formação de formadores em exercício; impacto da saúde comunicativa nos escolares; estratégias de flexibilização do recurso vocal; capacitação de professores em saúde vocal.

Bibliografia:

- Barbeiro H. Falar para liderar. Saraiva, São Paulo, 2011.
- Behlau M, Pontes P. Higiene vocal: cuidando da voz. Rio de Janeiro: Revinter, 2009.
- Gonçalves, N. A Importância do Falar Bem Ed. Lovise, 2000.
- Martin S, Darnley L. The teaching voice. Singular Publishing Group, INC, London, 1996.
- Ministério da saúde. Protocolo Distúrbio vocal relacionado ao trabalho. 2011.
- Polito R. Como Falar Corretamente e Sem Inibições. 22^aed. Ed Saraiva, 1989.

12.4 – Transversalidade e comunicação: o texto da imagem e da fotografia

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof^a Dr^a Gabriela Santos Alves

Ementa: Relação da comunicação com a transversalidade; imagem e fotografia; charges políticas; revistas de quadrinho; a publicidade dos PCN na escola; mercado escolar e publicidade.

Bibliografia:

- HOHLFELDT, Antonio, MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (orgs.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001
- WEIL, P. E TOMPAKOW, R. *O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal*. São Paulo: Vozes, 1986.
- SONTAG, Susan. *Ensaio sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Arbor, 1983
- PETERMANN, j. *Imagens na publicidade: significações e persuasão*. São Leopoldo: UNirevista, v.1, n. 3, p. 1-8, jul. 2006. Disponível em <http://www.unirevista.unisinos.br>
- POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993;
- ROJO, M. E. (org.) *A prática da linguagem em sala de aula: praticando os PCN*. São Paulo: EDUC, 2000



12.5 – Brasil no Oitocentos: história, memória e representação da retórica

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof. Dr. Júlio Bentivoglio

Ementa: Debates políticos no século XIX; retórica como chave para a abertura do entendimento das práticas políticas nas tribunas da Corte; análise de discursos, panfletos, jornais sobre os temas essenciais da época; a retórica literária dos personagens e narradores das obras de Machado de Assis, José de Alencar e Aluisio de Azevedo; temas transversais do século XXI x temas do XIX.

Bibliografia:

CARVALHO, José Murilo. A história intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*, 1, p.125-152.

FERREIRA, Silvestre Pinheiro. Preleções philosophicas sobre a theórica do discurso e da linguagem, a esthética, a diceósyna, e a cosmologia. Rio de Janeiro: Na Imprensa Régia, 1813-1820.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. Lições de eloquência nacional. Rio de Janeiro: Paula Brito, 1846.

GUIMARÃES, Manoel Luiz S. Nação e civilização nos trópicos: O IHGB e o projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro, *Estudos Históricos* 1(1) 1988, 5-27.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

MOTA, Carlos Guilherme Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Atica, 1978.

NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1975.

PERELMAN, Chaïm. Retóricas. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SOUZA, Roberto Acízelo de. O Império da Eloquência. Retórica e Poética no Brasil Oitocentista. Rio de Janeiro: EdUERJ/EdUFF, 1999.

VERNEY, Luís Antônio. Verdadeiro método de estudar (Cartas sobre retórica e poética). Introdução e notas de Maria Lucília Gonçalves Pires. Lisboa: Editorial Presença, 1991.

12.6 – Territorialidade, identidades e o desafio da transversalidade nas representações culturais e sociais capixabas

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof Dr Luiz Cláudio M. Ribeiro

Ementa: Diagnóstico do ensino das humanidades no Espírito Santo; livros didáticos, ideologia e imaginário: cultura e territorialidade; espaço e região; transversalidade e identidade capixaba.

Bibliografia:

BARRETO, Luiz Antonio. *Um novo entendimento do Folclore e outras abordagens*. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1997.

BITTENCOURT, G. e RIBEIRO, Luiz Cláudio. *Espírito Santo um painel da nossa história*. Vitória: Biblioteca Pública Estadual, 2012.

BURKE, Peter. *Linguagens e comunidades nos primórdios da Europa Moderna*. São Paulo: Unesp, 2010.

_____. *A cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

CHAUVEAU, Agnès. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

REVEL, J. *A Invenção da Sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

REVEL, J. *Proposições: ensaios de história e historiografia*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2009.

RÉMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2003. 472p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1999.

THOMAZ, Rosalind. *Letramento e oralidade na Grécia Antiga*. São Paulo: Odysseus, 2005.

12.7 – A transversalidade como chave para abertura da didática e formação contemporâneas.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof^{ra}. Dr^a. Maria Eneida F. Cevidanes

Ementa: Análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais; importância dos temas da transversalidade; impacto no cotidiano da escola e da sala de aula; planejamento da ação didática; relação entre educação e sociedade; tradição pedagógica e a transversalidade.

Bibliografia:

ANTUNES, Celso. **Manual de Técnicas de Dinâmica de grupo de sensibilização de ludopedagogia**. 13. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

CARVALHO, Janete Magalhães. **O cotidiano escolar como comunidade compartilhada**. Cadernos de pesquisa em educação, PPGE-UFES, v.12, n.23, jan/jun 2006.

CEVIDANES, Maria Eneida Furtado. **Realização curricular cotidiana: uma ecologia de saberes-fazeres-poderes na formação de pedagogos**. Tese de Doutorado. PPGE/UFES (Programa de Pós-Graduação em Educação/Universidade Federal do Espírito Santo), 2009.

_____. **Formação de professores: uma pedagogia do cuidado**. <http://lab-eduimagem.pro.br/jornal/>

ELLSWORTH, Elizabeth. **Modo de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

GONÇALVES, Ana Maria; PERPÉTUO, Susan Chiode. **Dinâmica de grupos na formação de lideranças**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1998, 3. Ed.

HAYDT, Regina Cazaux. **Curso de didática geral**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Avaliação do processo ensino-aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1992.

LARROSA, Jorge. **Pedagogia profana: danças, piruetas e mascaradas**. 4. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAIS, Regis de (org.). **Sala de aula: que espaço é esse?** 9. Ed. Campinas: Papirus, 1995.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. Campinas, SP: Papirus, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. São Paulo: Libertad, 1995.

TURRA, Clódia Maria Godoy et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11^a Ed. Porto Alegre: Sagra-DC Luzzato, 1995.

SILVA, Maria Cecília P. da. **A Paixão de formar: da psicanálise à educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

12.8 – Razão, sensibilidade e mediação como fundamentos da Didática.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Profª Drª Patricia Merlo

Ementa: A mediação enquanto categoria ontológica. Mediação, dialética e processo; Mediação e ensino: perspectiva tradicional x contemporânea; a mediação na relação ensino – aprendizagem: reflexões sobre vínculo que se estabelece entre o professor e o aluno.

Bibliografia:

DUARTE, Newton. Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. Concepção dialética da educação: um estudo introdutório. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 2002.

LUKÁCS, György. Ontologia do Ser Social: A falsa e a verdadeira ontologia de Hegel. [Trad. Carlos Nelson Coutinho] São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979a.

SAVIANI, Dermeval. Do senso comum à consciência filosófica. 8. ed. São Paulo: Cortez - Autores Associados, 2006.

WARDE, Mirian Jorge. O Estatuto epistemológico da didática. *Idéias*, nº 11, p 48 - 55, 1991.

12.9 – Transversalidade e retórica clássica e medieval.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof. Dr. Ricardo Luiz S. da Costa

Ementa: Sintonia entre teoria e prática da oratória clássica e medieval; representações no mundo clássico e no medievo; ética, moral e o sagrado; Aristóteles e Ramon Llull; sintonias do pensar, sentir e agir do clássico e do medieval com a contemporaneidade.

Bibliografia

ARISTÓTELES. Obras completas. Retórica. Volume VIII. Tomo I. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

COSTA, Ricardo da. A Educação na Idade Média: a Retórica Nova (1301) de Ramon Llull. In: LAUAND, Luiz Jean (coord.). *Revista NOTANDUM*, 16, Ano XI, 2008, p. 29-38. Editora Mandruvá - Univ. do Porto. Disponível em: <http://www.ricardocosta.com/artigo/educacao-na-idade-media-retorica-nova-1301-de-ramon-llull>. Acesso em: 12 de março de 2013.

GARCÍA, Francisco García. Una aproximación a la historia de la retórica. *ICONO 14: Revista de Comunicación y Nuevas Tecnologías*, Madrid, n. 5, 2005. Disponível em: <http://www.icono14.net/revista/num5/articulo1.htm>. Acesso em: 12 de março de 2013.

GIL, Isabel Teresa Moraes. Retórica e argumentação: continuidade e rupturas. *Mathesis*, n. 14, 2005, p. 69-80. Disponível em: http://z3950.crb.ucp.pt/biblioteca/Mathesis/Mat14/Mathesis14_69.pdf. Acesso em: 12 de março de 2013.



12.10 – Discurso e leitura: a consciência das palavras.

Carga Horária: 30 horas

Docente Responsável: Prof. Dr. Santinho Ferreira de Souza

Ementa: A força das palavras; argumentação e linguagem; discurso e leitura; como ler um romance, um conto e uma crônica; a escola vai ao cinema; transversalidade e leitura.

Bibliografia

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco. **A força das palavras – dizer e argumentar**. São Paulo : Contexto, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1985.

JOUVE, Vincent. **A leitura**. Trad. Brigitte Hervor. São Paulo : UNESP, 2002.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem**. 13ª ed. São Paulo : Cortez, 2011.

MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. 5ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1982.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Discurso e leitura**. São Paulo : Cortez, Ed. UNICAMP, 1988.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo : Ed. 34, 2005.

SANT'ANNA, Afonso Romano de. **Ler o mundo**. São Paulo : Global, 2011.

YUNES, Eliana. **Pensando a leitura: complexidade**. Rio de Janeiro : PUC/Rio; São Paulo : Loyola, 2002.

_____. **Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados**. Curitiba : Aymarã, 2009.



13. DADOS REFERENTES AO CORPO DOCENTE (Síntese)

Informações gerais:

- o Número total de docentes que ministrarão o curso: 10.
- o Número de docentes pertencentes ao quadro permanente da IES que oferece o curso: 10.
- o Número de docentes externos: 0
- o Número de doutores: 10.
- o Coordenador vinculado ao Colegiado Proponente: 1
- o Número de tutores presenciais: 20
- o Número de tutores a distância: 16

O corpo docente do curso será composto:

Coordenador do Curso: Carlos Vinícius Costa de Mendonça:

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP-2002); Ouvidor Geral da UFES (2004-2012); Presidente da Comissão Própria de Avaliação da UFES (2004-2012); Conferencista da Ouvidoria Geral da União e Professor do Departamento de História da UFES. Desenvolve pesquisa em História, Literatura e Biografias. Coordenador de Curso de Especialização presencial em Ensino e Interdisciplinaridade, História e Literatura – Texto e Contexto. Atua como Coordenador de Pesquisa de Iniciação Científica em História Cultural e Política no período republicano brasileiro entre a era Vargas e a Terceira República(1964 – 1985).

Docentes	Titulação e atividade de ensino-pesquisa
1 – Carlos Vinícius Costa de Mendonça	1 – Doutor em História Social pela USP (2002). Professor do Departamento de História da UFES. Desenvolve pesquisa na área de História, Literatura e Biografias. Coordenador do Curso Ensino e Interdisciplinaridade, História e Literatura – Texto e Contexto. Atua como coordenador de projetos de pesquisa em História Cultural e Política entre a era Vargas (1930-1954) e a Terceira República(1964-1985)
2-Carolina Fiorin Anhoque	2 – Fonoaudióloga, doutora em Neurociências pela UFMG (2012), Professora e Coordenadora do Curso de Graduação de Fonoaudiologia da UFES. Membro da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia e Articuladora Nacional do Departamento de Voz (SBFa). Membro da Sociedade Luso-Brasileira da Fala (LBASS) e da Associação Intensiva Brasileira(AMIB). Coordenadora do Núcleo da Voz do Estado do Espírito Santo (VOZES), vinculado ao Centro de Ciências da Saúde(CCS-UFES), realizando atividades de ensino, pesquisa e extensão na área de voz e competência comunicativa.

<p>3 – Gabriela Santos Alves</p>	<p>3 - Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ(2010). Professora e Coordenadora do Curso de Comunicação da UFES. Atua como pesquisadora da Fundação de Apoio à Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (FAPES) e desenvolve pesquisas nas áreas de Comunicação, História e Literatura, principalmente nos seguintes temas: imagens, símbolos, temas transversais, modernidade e memória.</p>
<p>4 – Julio Bentivoglio</p>	<p>4 - Doutor em História Econômica pela USP, professor do Departamento de História e do programa de pós-graduação de História da UFES, desenvolve pesquisa sob a coordenação de José Murilo de Carvalho no Centro de Estudos Oitocentistas (CEO – PRONEX), atua em projetos de pesquisa de iniciação científica associados as representações de textos de revistas e jornais no Oitocentos.</p>
<p>5 – Luiz Cláudio Ribeiro</p>	<p>5 - Doutor em História (UFF/ RJ) professor do Departamento de História e do programa de pós-graduação em história da UFES. Publica e pesquisa com ênfase em história do Brasil e história colonial do Espírito Santo. É coordenador do laboratório de história das relações políticas institucionais do PPGHIS; Coordenador do laboratório de história ambiental da UFES e pesquisador do projeto de pesquisa internacional "Modelos de Gestion de Puertos y la Comunidad Portuaria em el Ambito Atlantico (siglos XIX y XX)". Membro do IHGES e da Comissão Espírito Santense de folclore e Presidente da entidade ambientalista Associação Amigos do Piraque-açú, Aracruz – ES. Membro da Comissão da Verdade da UFES.</p>
<p>6 – Maria Eneida Furtado Cevidanes</p>	<p>6 – Doutora em Educação pela UFES, especialista em Educação a distância e em ensino das séries iniciais. Membro da Comissão de Diretrizes Curriculares para a formação de Professores da UFES; Membro da Comissão para seleção de curso de especialização lato sensu em " formação de especialista em educação para o exercício nas escolas de ensino fundamental e médio". Desenvolve pesquisa em formação continuada nas diversas fases do processo de construção da carreira profissional de professores das séries iniciais do ensino fundamental.</p>



7 – Patricia Merlo	7 - Doutora em História Social pela UFRJ, professora do Departamento de História da UFES, vinculada à graduação de História e ao Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em História. É membro do Laboratório Poder, Cotidiano e Linguagens - LPCL (UFES). Tem experiência na área de História, com interesse em História Cultural Ibérica na Modernidade; Memória, Representações e Identidades Sociais; Ideias Políticas na Modernidade. Desenvolve pesquisa de história cultural com ênfase em história da alimentação no Brasil e no Ocidente.
8 – Ricardo da Costa	8 – Doutor em História Medieval pela UFRJ, professor do Departamento de Artes da UFES. Professor dos programas de pós-graduação de Filosofia e Artes. Desenvolve pesquisa sobre horizonte cultural, mentalidades, ideologias, religião, retórica, símbolo e poder no mundo medieval.
9 – Santinho Ferreira de Souza	9 - Doutor em Letras pela PUC do Rio de Janeiro. Professor de Graduação e Pós-Graduação de Linguística da UFES; Coordenador da RELer&fazer – Rede de Experiências em Leitura PROEX; Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Leitura – NPL UFES/CNPq.

13.1 - Tutores do Curso: Os Tutores devem ser profissionais com licenciatura plena na área das Ciências Humanas e área afim que estarão à disposição dos Centros Regionais de Educação Aberta e a Distância e dos Pólos municipais envolvidos no projeto. Os Tutores serão escolhidos através de um processo de seleção que levará em conta alguns critérios estabelecidos para o exercício de sua função, os quais estão apresentados a seguir.

Sua carga horária semanal será de 20 horas de atuação distribuídas em atendimento presencial e grupos de estudo, além de disponibilizar-se para atendimento por telefone, fax ou Internet. O atendimento presencial se dará em contatos semanais de 02 (duas) horas com grupos de 05 alunos de cada vez, totalizando uma relação semanal de atendimento a 20/25 alunos por orientador acadêmico. Esses encontros semanais são práticos e teóricos, conforme discriminado acima, sendo que nos laboratórios os orientadores contarão com o apoio de técnicos e monitores.

13.1.1. Funções

O Orientador/tutor desempenhará funções inerentes ao processo de ensino-aprendizagem e à avaliação curricular. Com relação ao processo de ensino-aprendizagem o orientador acadêmico/tutor terá como funções:

- a) Auxiliar os alunos na análise e entendimento dos objetivos do curso possibilitando que os mesmos adquiram hábitos e técnicas de estudo adaptados ao sistema de educação aberta e a distância;
- b) Orientar os alunos individualmente ou em pequenos grupos, identificando as suas dificuldades de aprendizagem e ajudando-os na superação das mesmas;
- c) Orientar os alunos na utilização da biblioteca do Centro de Apoio: Incentivando-os a consultar bibliografia complementar aos textos didáticos de base, bem como outras fontes e referências da área das humanidades e as que fazem interface com as temáticas do Curso;
- d) Motivar os alunos para a continuidade do curso, ajudando-os a superar as possíveis dificuldades surgidas;
- e) Realizar, em conjunto com seus pares, atividades que contribuam para o desenvolvimento do curso;
- f) Contatar os especialistas e Técnicos acadêmicos dos Centros regionais, quando necessitarem de orientações de ordem pedagógica ou administrativo-acadêmica dos pólos municipais envolvidos no curso;
- g) Auxiliar os alunos em sua auto-avaliação;



- h) Participar do processo de avaliação de desempenho dos alunos; em conjunto com seus pares, organizar e manter em ordem os registros acadêmicos, o patrimônio e a biblioteca dos pólos municipais;
- j) Avaliar, com base nas dificuldades dos alunos, os materiais instrucionais utilizados no curso;
- k) Indicar falhas na orientação acadêmica e na orientação dos especialistas, sugerindo estratégias para a melhoria de sua eficácia;
- l) Sugerir apoio complementar não previsto no projeto;
- m) Participar do processo de avaliação do curso.

13.1.2. Seleção de Tutores

O Processo Seletivo destina-se aos candidatos que concluíram graduação em História, Filosofia, Psicologia, Letras, Direito, Educação, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais, Serviço Social, Educação Física, Comunicação, Artes, Fonoaudiologia, Administração, Biblioteconomia e Arquivologia

1. Inscrições

1.1. As inscrições deverão ser feitas pela Internet.

a) Para efetuar a inscrição o candidato deverá:

i. acessar a página <http://www.neaad.ufes.br> e preencher o requerimento de inscrição, conforme instruções contidas na página;

ii. anexar o currículo em documento formato WORD conforme instruções contidas na página.

iii. imprimir o requerimento de inscrição.

iv. entregar, obrigatoriamente o requerimento, datado e assinado, junto com o restante da documentação necessária (ver item 1.3) no pólo onde o candidato escolheu atuar. O requerimento e a cópia dos documentos não poderão ser enviados pelo correio.

1.1.1. O Departamento e o ne@ad não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via INTERNET não efetivada por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitarem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos.

1.2. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato o completo e correto preenchimento do formulário de inscrição e a sua entrega no pólo, mesmo quando feito por representante legal. O Departamento de



Administração e o ne@ad não assumirão responsabilidade por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto do mesmo.

1.3. Documentos necessários à inscrição

a) Requerimento de inscrição obtido no cadastramento via internet.

b) Fotocópia nítida do documento de identidade, frente e verso, quando for o caso, e seu original para conferência. Serão aceitos para inscrição apenas os seguintes documentos válidos à data das provas:

- cédula de identidade, emitida por Secretaria de Segurança Pública ou Polícia Militar dos Estados, ou pelas Forças Armadas da União;
- cédula de identidade para estrangeiros, emitida por autoridade brasileira;
- cédula de registro de classe/categoria que, por lei federal, tenham validade como documento de identidade;
- carteira nacional de habilitação, com foto.
- carteira de trabalho, com foto.

c) Fotocópia nítida do diploma de graduação, frente e verso, e seu original para conferência. A fotocópia do diploma poderá ser substituída pela fotocópia da certidão de conclusão de curso em vigor e seu original para conferência.

1.4. Será recusado documento de identificação adulterado, danificado, rasurado, com prazo de validade vencido, ou cuja fotografia não permita identificar claramente o seu portador.

Carga horária: uma (1) bolsa equivale a 20 (vinte) horas semanais de dedicação ao curso. O período de atuação do orientador acadêmico será de acordo com as especificidades de cada pólo.

2. Resultados:

2.1. A relação dos candidatos classificados na Primeira Etapa será divulgada via Internet (<http://www.neaad.ufes.br>).

3. Disposições Finais

3.1. O ne@ad divulgará avisos complementares sobre o Processo Seletivo, quando necessário, ressalvando-se o direito de alteração por fato superveniente declarado pela Administração.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos pela comissão responsável pelo processo seletivo.

3.3. Não caberão recursos por parte dos candidatos.

13.2 Capacitação dos profissionais envolvidos no curso

Todos os professores, especialistas de conteúdo e tutores, que atuarão no curso participarão do Curso de Formação de professores em EAD, cujo conteúdo abordará a metodologia EAD com uma carga horária de 180hs por ano.

14. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E RENDIMENTO

- A frequência será obrigatória em pelo menos 85% das atividades presenciais propostas em cada disciplina, o que significa não aprovar o cursista com mais de 15% de faltas em cada disciplina.
- A média de aprovação será 6,0
- A conclusão do curso dependerá de aprovação por nota 6,0 na monografia apresentada no final do curso, tendo o aluno um prazo de seis meses para apresentá-lo.
- O trabalho final será produzido segundo as normas técnicas adotadas nos meios acadêmicos, a ser orientado por um professor e avaliado, com nota de 0.0 (zero) a 10.0 (dez), por uma banca constituída por três professores, sendo um deles o orientador.
- O cumprimento dos critérios acima estabelecidos dará ao aluno direito ao Certificado de Conclusão do Curso.
- O Certificado será emitido pela PRPPG desta Universidade (Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação).

14.1 - Avaliação Institucional

A avaliação no contexto dos cursos na modalidade EAD é entendida como uma atividade político-pedagógica, que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, o processo de avaliação desse projeto pressupõe não só análises e reflexões relativas às dimensões estruturais e organizacionais, numa abordagem didático-pedagógica, como também as dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação.

14.2 - PIP – PROJETO INTEGRADO DE PESQUISA

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao Curso, destacam-se: avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação e coordenação acadêmica; a avaliação do sistema comunicacional da EAD. O Projeto Integrado de Pesquisa, do ne@ad, que pretende avaliar e acompanhar os cursos oferecidos na modalidade EAD pela UFES.

Durante a implementação desse processo avaliativo acontecerá conjuntamente à produção de informações relacionadas ao próprio curso, à produção de materiais didáticos, à execução do curso e à própria avaliação. Tal processo de avaliação é contínuo, e é de fundamental importância que essa produção de informações esteja constantemente sendo refeita.

Na metodologia dessa avaliação utilizaremos o sistema Web com tecnologias de aglomeração de dados on-line como ferramenta de pesquisa tipo survey – levantamento de informações. A equipe do ne@ad estará coletando determinados perfis dos participantes, verificando, assim, em cada curso a caracterização dessa clientela.

Elegemos como passo inicial metodológico a elaboração de um perfil dos alunos para distribuir para os professores Especialistas a fim de que eles tenham desde o início um conhecimento dos alunos com os quais estarão trabalhando. Um segundo passo a ser implementado é a estruturação dos questionários a serem aplicados. Esses questionários deverão contemplar a experiência didática dos professores especialistas de conteúdo, tutores e dos alunos. Deve-se fazer também a avaliação do uso das tecnologias utilizadas, como as videoconferências; além de avaliar o material didático em uso e a infra-estrutura.

Após a estruturação dos questionários faz-se necessário a aplicação dos mesmos e posteriormente uma análise minuciosa dos dados coletados. Com essas informações organizadas será possível iniciar avaliação do curso. Sabemos do compromisso que o pesquisador deve ter para com a comunidade, por tal motivo pretendemos fazer a devolução dos dados coletados e interpretados para aqueles que fazem parte do processo de pesquisa.

Fazer a avaliação do curso oferece condições para aprofundar, de acordo com o SINAES, a idéia de responsabilidade social da UFES, operando como processo de construção, com participação acadêmica e social. Dentro da equipe de avaliadores será incluído um grupo de avaliadores externos à instituição. A avaliação segue a proposta do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e oferece à comunidade acadêmica uma possibilidade de reflexão sobre os objetivos, metodologias e resultados alcançados nas coletas de dados com diversos segmentos e atores envolvidos e afetados por esta implantação.

14.3 - Orientação, acompanhamento dos alunos e monografia final

O processo de orientação e acompanhamento do aluno dar-se-á ao longo do curso. Ele é parte integrante e constante de todo o processo de formação. Para isso todos os professores, tutores, alunos, coordenação e serviços de apoio poderão ser contatados através dos recursos anteriormente mencionados neste projeto de modo que, desde o início do curso, os meios de comunicação serão disponibilizados e conhecidos para facilitar os processos comunicativos interacionais entre: alunos, tutores e docentes.

O aluno que iniciar sua monografia antes de concluir os módulos formativos deverá fazê-lo sob o conhecimento do coordenador assim como do orientador.

Antes do término dos módulos o aluno deverá definir o tema e o esboço de projeto de monografia. Deverá ainda definir o orientador e comunicar ao coordenador.

A monografia final é aqui considerada um momento acadêmico importante de interesse da instituição formadora e também dos concludentes do curso. Ela será apresentada publicamente em data e horário marcados pela Coordenação do Curso. A banca examinadora será constituída por dois membros: o professor titular do curso e um outro professor com no mínimo a titulação de mestre como segundo membro.

O tempo destinado para a apresentação da monografia será de no máximo 20 minutos com mais 30 minutos para a discussão e apreciações não ultrapassando o tempo total de 50 minutos.



15. CURRICULUM VITAE DOS PROFESSORES

Todos os currículos dos professores estão disponíveis na Plataforma Lattes.



Bibliografia

- BRASIL (1996): Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n.º 9394 de 20/12/1996.
- BRASIL. MEC (1995): Parâmetros Curriculares Nacionais – Documento Introdutório. Versão Preliminar. Brasília: MEC/SEF.
- (1997): Parâmetros Curriculares Nacionais (1.ª a 4.ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes. In: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> [Consulta: fev. 2008]
- (1998): Parâmetros Curriculares Nacionais (5.ª a 8.ª séries). Brasília: MEC/SEF.
- DELEUZE, Gilles (1992): "Post-scriptum sobre as sociedades de controle". In: Conversações 1972-1990. Trad. P. Pál Pelbart. Rio de Janeiro, Ed. 34.
- (1995): Mil platôs : capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro : Ed. 34.
- EDUCAÇÃO, Um Tesouro A Descobrir (1996): Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI coord J. Delors. São Paulo, Unesco/MEC/Cortez.
- FREIRE, Paulo (1996): Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente. R. Janeiro: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir et al. (1996): Paulo Freire: uma bibliografia. São Paulo: Cortez/IPF.
- GOMEZ, Margarita V. (2005): Educación en red: una visión emancipadora para la formación. México: UdG.
- (2008): "Dispositivos de la educación en red que se procesan en subjetividades democráticas". In: Paulo Freire: contribuciones para la pedagogía. Buenos Aires: CLACSO.
- GUATTARI, Félix (1976): "La transversalidad (1964)". In: Psicoanálisis y transversalidad. Buenos Aires: SXXI.
- (1986): "Notas descartáveis sobre alguns conceitos". In: GUATTARI, F., e ROLNIK, S. Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- GUATTARI, Félix, e ROLNIK, Suely (1986): Micropolítica: Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes.
- MORENO, Montserrat et al . (1997): Temas transversais em Educação: bases para uma formação integral. São Paulo: Ática.
- HOUAISS, Antônio (2001): Dicionário eletrônico. Rio de Janeiro: Objetiva.
- MORIN, Edgar (2006): A cabeça bem feita: repensar a reforma reformar o pensamento. 12.ª ed. São Paulo: Bertrand Brasil. (La cabeza bien puesta, 1988).
- (1999): Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental. Natal: EDUFRRN.
- (2004): Os sete saberes necessários à educação do futuro. 9.ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. (1.ª ed. 1999).
- PIMENTA, Selma G., e ANASTASIOU, Léa (2002): Docência no ensino superior. São Paulo: Cortez.
- SOUZA, Maria Auxiliadora de Miranda (2006): Formação pedagógica do professor da educação superior universitária.



Projeto de Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática

Vitória
2017



Sumário

I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	3
II. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS	3
Objetivos	3
III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	4
a. Público-alvo	4
b. Calendário, incluindo período de inscrições, seleção e previsão de início e término	4
c. Número de vagas.....	5
d. Requisitos para inscrição.....	5
e. Processo de seleção.....	5
IV. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA	6
a. Listagem das disciplinas, incluindo nome da disciplina, carga horária, ementa e docente(s) responsável(is).....	6
b. Informações gerais sobre a Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso	9
c. Critérios de avaliação das disciplinas e da Monografia ou Trabalho de Conclusão.....	10
V. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE	11
VI. TERMOS DE CONCORDÂNCIA ASSINADOS PELOS DOCENTES DO CURSO	15
VII. "CURRICULUM VITAE"	15
VIII. CÓPIA DOS DIPLOMAS/CERTIFICADOS	15
IX. PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DO CURSO.....	15
X. ORÇAMENTO DETALHADO, COM PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS	15



I. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Reoferta do curso de Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática.

II. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

O Curso de Especialização está organizado e se desenvolverá orientado pelos seguintes princípios formativos:

- Garantia do direito de todos e de cada um de aprender como dimensão estruturante do direito à educação.
- Sólida formação teórica e interdisciplinar que contemple diferentes dimensões do fazer educativo escolar.
- Articulação teoria e prática no processo de formação a partir da reflexão da realidade da escola.
- Valorização da escola como espaço formativo, realidade em permanente processo de construção, e dos profissionais que nela atuam.
- Visão articulada do trabalho da sala de aula com o ambiente escolar, o funcionamento da escola e a relação desta com um projeto de sociedade.

Objetivos

- Formar profissionais, em nível de especialização, no ensino de matemática para o ensino médio, com vistas a assegurar o direito à aprendizagem e a realização do projeto político-pedagógico da escola, a partir de um ambiente escolar que favoreça ao desenvolvimento do conhecimento, da ética e da cidadania.
- Contribuir na qualificação do professor de matemática do ensino médio na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito de aprender com qualidade social.

- Contribuir para a efetiva mudança da dinâmica da sala de aula de matemática do ensino médio, na perspectiva de que a busca, socialização e (re)construção do conhecimento sejam garantidas por meio de um processo de ensino e aprendizagem participativo e significativo.
- Implementar o diálogo permanente com a sala de aula, com os conhecimentos que os professores das nossas escolas públicas estarão adquirindo/apreendendo e construindo nas nossas Universidades, conhecimentos tanto no que diz respeito à metodologia quanto aos conteúdos específicos de sua área.
- Garantir a articulação entre os conhecimentos, metodologias e conteúdos acadêmicos, e os conhecimentos e práticas detidos pelos professores de nossas escolas.

III. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

a. Público-alvo

Professores graduados em matemática e áreas afins que estão atuando nos sistemas públicos de ensino e ministram aulas de matemática no ensino médio. Caso não ocorra o preenchimento das vagas ofertadas, e seguindo os mesmos critérios, poderão participar do processo de seleção os professores dos anos finais do ensino fundamental.

b. Calendário, incluindo período de inscrições, seleção e previsão de início e término

Tabela 1: Cronograma

Processo de inscrição/seleção	Até 30/06/2017
Previsão de Início dos módulos	10/08/2017
Fim dos módulos	28/12/2018



c. Número de vagas

Serão ofertadas 240 (duzentas e quarenta) vagas, conforme a Tabela 2.

Tabela 2: Distribuição de vagas por polo

Polo	Vagas
Alegre	30
Baixo Guandu	30
Bom Jesus do Norte	30
Conceição da Barra	30
Nova Venécia	30
São Mateus	30
Vila Velha	30
Vitória	30
Total	240

d. Requisitos para inscrição

1. Requisitos:

1.1. Certificado de Licenciatura em Matemática ou área afim;

1.2. Comprovante de que ministra aula em séries do ensino médio ou nos anos finais do ensino fundamental, quando couber, no sistema público de ensino, por meio de declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria do órgão público ao qual se vincula.

2. Documentos:

2.1. A documentação estará especificada no Edital a ser publicado.

e. Processo de seleção

1. Período: Até 30/06/2017

2. A Banca, responsável pela seleção, será composta pelos coordenadores e tutores a distância do Curso de Especialização em Ensino de Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática.



3 Caberá à Banca a análise da documentação dos candidatos e a formalização da lista dos classificados, para a divulgação dos resultados, que se dará a partir do dia 30/06/2017, no site www.neaad.ufes.br e a disponibilizará, também, nas dependências dos polos da Universidade Aberta do Brasil, nos quais o Curso será ofertado.

4. A pontuação será atribuída de acordo com Edital a ser publicado.

IV. ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

a. Listagem das disciplinas, incluindo nome da disciplina, carga horária, ementa e docente(s) responsável(is)

MÓDULO I (120 horas): Seduzidos pela matemática

Disciplina	Conteúdo	Carga horária	Professor
Disciplina 1	Capacitação nas habilidades essenciais necessárias à aprendizagem a distância	30 horas	A definir
Disciplina 2	Ciclo 1: Fazer diferente, com a mão na massa.	30 horas	A definir
	Ciclo 2: Descobrimos os conceitos envolvidos.	30 horas	A definir
	Ciclo 3: Aula inédita.	30 horas	A definir
Total		120 horas	

MÓDULO II (160 horas): Envolvimento com o conhecimento científico

Disciplina	Conteúdo	Carga horária	Professor(a)
1. Funções Elementares	Etapa 1: conceito de função a partir da concepção espontânea de relação; representações de funções e mobilidade de uma representação para outra.	10 horas	A definir

	Etapa 2: funções polinomiais; propriedades e aplicações: máximos e mínimos, ajuste de curvas e algoritmos para encontrar raízes.	10 horas	A definir
	Etapa 3: funções exponenciais e logarítmicas: propriedades e aplicações; a constante de Euler e o logaritmo natural.	10 horas	A definir
	Etapa 4: funções trigonométricas: exploração através de recursos computacionais.	10 horas	A definir
Total disciplina		40 horas	
2. Geometria Espacial	Etapa 1: Poliedros e a Fórmula de Euler. Introdução histórica. Definições básicas: poliedros de Platão e poliedros semirregulares. Listagem dos poliedros de Platão. Fórmula de Euler e aplicações.	10 horas	A definir
	Etapa 2: Poliedros semirregulares. Classificação dos poliedros semirregulares (arquimedianos e não arquimedianos).	10 horas	A definir
	Etapa 3: Volumes. Formulação do conceito de volume. Volume do paralelepípedo.	10 horas	A definir
	Etapa 4: O Princípio de Cavalieri. Princípio de Cavalieri e aplicações. Volumes: prismas, cilindros, pirâmides, cones, esferas, segmentos esféricos.	10 horas	A definir
Total disciplina		40 horas	
3. Matemática Discreta	Etapa 1: Criptografia de substituição e permutações. Construção de kits pedagógicos para envio de mensagens secretas.	10 horas	A definir

	Etapa 2: O código Braille, combinações simples e o sistema de numeração decimal. Divulgação do sistema Braille. A linguagem das máquinas.	10 horas	A definir
	Etapa 3: Aritmética Modular e criptografia RSA. Segurança e funcionamento de sistemas de chave pública.	10 horas	A definir
	Etapa 4: Atividades e problemas envolvendo combinatória e probabilidade.	10 horas	A definir
Total disciplina		40 horas	
4. Conteúdo e prática: olhar conceitual na sala de aula	Etapa 1: Conteúdo e prática: funções elementares.	10 horas	A definir
	Etapa 2: Conteúdo e prática: geometria.	10 horas	A definir
	Etapa 3: Conteúdo e prática: matemática discreta.	10 horas	A definir
	Etapa 4: Conteúdo e prática: fechamento.	10 horas	A definir
Total disciplina		40 horas	
Total do módulo		160 horas	

MÓDULO III (80 horas): Completude

Disciplina	Conteúdo	Carga horária	Professor
Completude	Escolha, planejamento, desenho metodológico e aplicação em sala de aula de uma unidade didática inovadora, focada nos conteúdos e práticas apresentados durante o curso	80 horas	Todos
Total do módulo		80 horas	

Obs.: Como 80% do quadro docente deve ser composto por professores(as) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), e a professores(as) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e levando-se em consideração que temos onze professores(as) dispostos a atuar no projeto e não querendo desestimular os



professores que se interessaram, apesar de não pertencerem ao quadro efetivo da Ufes/lfes estabelecemos o seguinte critério para distribuição das disciplinas, não excluindo a busca de novos parceiros para o projeto:

Módulo I – dois professores(as);

Modulo II – cinco professores(as), sendo que dois podem ser os mesmos do primeiro módulo;

Módulo III – todos os professores(as);.

Assim, para atendermos as normas do MEC, num primeiro momento, precisamos de cinco professores(as) pertencentes aos quadros da Ufes/lfes e dois professores pertencentes a outras instituições de Ensino. Condição esta atendida no Anexo I

b. Informações gerais sobre a Monografia ou Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) atenderá ao princípio da reflexão sobre a formação do professor-cursista, a partir da mobilização dos conteúdos aprendidos e das experiências vivenciadas neste curso de especialização, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da formação e prática docente. Portanto, deve sedimentar nos professores a sistematização das inovações pedagógicas vivenciadas, consolidando os conhecimentos teóricos da área educacional e dos conteúdos específicos e suas implicações para o pensar e repensar de sua prática docente.

O TCC deverá ser desenvolvido na forma de uma monografia descrevendo o planejamento, desenho metodológico e aplicação em sala de aula de uma unidade didática inovadora, focada nos conteúdos e práticas apresentados durante o curso. O planejamento desta unidade didática deverá ser formatado nos moldes de uma aula do Portal do Professor do MEC, visando a sua publicação.



O prazo de entrega do TCC deve constar do calendário do curso e a aprovação do professor-cursista no TCC é condição necessária para obtenção da titulação proporcionada pelo curso.

É importante ressaltar, por último, que na definição da avaliação da aprendizagem deverão ser observadas, além das normas internas de cada instituição, também as normas específicas da legislação educacional brasileira, inclusive aquela relativa à educação na modalidade a distância.

c. Critérios de avaliação das disciplinas e da Monografia ou Trabalho de Conclusão

O processo de avaliação ao longo do curso deverá observar as normas de cada instituição, devendo assegurar as diretrizes e os princípios básicos orientadores do curso.

Durante as etapas da disciplina de conteúdo e prática, serão propostas diferentes formas de avaliação, tais como:

- participação em fóruns de discussão sobre as abordagens pedagógicas propostas;
- elaboração de planos de aula;
- relatórios sobre a aplicação de atividades em salas de aula.
- Provas objetivas

A avaliação a ser realizada ao longo do curso terá um caráter processual e integrador, de modo que o cursista possa, ao mesmo tempo, problematizar e refletir seu trabalho e a escola onde se insere. A avaliação também deve criar condições para que, ao final do curso, por meio de um TCC, o cursista possa apresentar uma síntese propositiva sobre sua prática como docente.



V. RELAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Christiane Milagre da Silva Rodrigues

Possui graduação em matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2004). Atualmente é professor - EMEF Jonas Farias e professor - EMEF Éber Louzada Zippinotti. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Matemática. Mestranda em Educação na linha de pesquisa Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Circe Mary Silva da Silva Dynnikov

Possui graduação em matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1974), mestrado em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (1979) e doutorado em Pedagogia - Universitat Bielefeld (1991). Atua no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, e desenvolve pesquisas principalmente nos seguintes temas: história da matemática, ensino de matemática no Brasil, formação de professores, história da educação no Brasil e livro didático.

Eliane Oliveira Lorete

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (1999) e mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (2003). Atualmente é estatístico - Saúde Suplementar Soluções em Gestão. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: educação matemática, matemática, formação de professores, concepções e história da matemática.



Jaqueline Magalhães Brum

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (1984), mestrado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2003) e doutorado em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo - UFES (2010). Professora das Faculdades Integradas São Pedro (FISP/FAESA). Professora Adjunta (Nível I), da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Trabalhou de 2007 a 2009 no Núcleo Avaliação, Planejamento e Desenvolvimento Institucional (NAPDI) e coordenou a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da FISP/FAESA. É membro do Núcleo de Pesquisa em Currículos, Culturas e Cotidianos (NUPEC3/UFES) e do Grupo de Estudos em Educação Matemática do Espírito Santo (GEEM/UFES). Temas de estudo: currículo, culturas, formação de professores, práticas pedagógicas, práticas discursivas, cotidiano escolar, educação matemática e matemática.

Julia Schaetzle Wrobel

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1998), mestrado em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2001) e doutorado em Matemática pela Associação Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (2005). Atualmente é professora adjunta IV da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Matemática, concentrando seus estudos atualmente em metodologias de ensino de matemática e ensino de Cálculo.

Karlo Fernandes Rocha

Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2007), Mestrado em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2012). Atualmente é professor do Instituto Federal do Espírito Santo.





Maico Felipe Silva Ribeiro

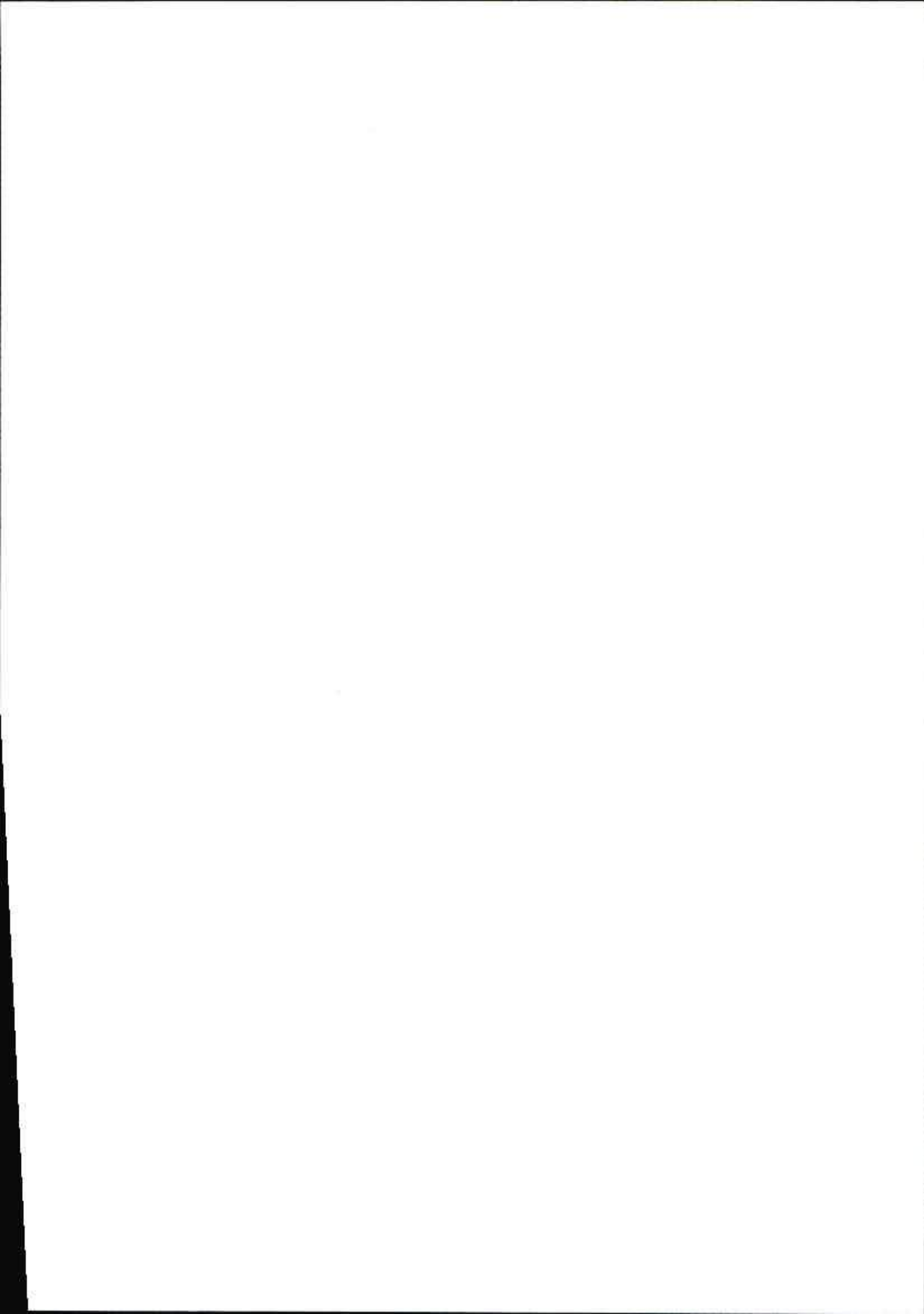
Possui graduação em Matemática pelo Centro Universitário de Sete Lagoas (2006), mestrado em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2010). Atualmente é Professor Assistente do Departamento de Matemática da Universidade Federal do Espírito Santo.

Maria Alice Veiga Ferreira de Souza

Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES (1995), mestrado em Educação Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo-UFES (2001) e doutorado em Psicologia da Educação Matemática pela Universidade Estadual de Campinas-UNICAMP (2007). Atualmente é professora de Matemática das graduações do Instituto Federal do Espírito Santo-IFES, coordenadora da Pós-Graduação em Engenharia de Produção do IFES, docente do Mestrado em Ciências e Educação Matemática (EDUCIMAT) do IFES e pesquisadora bolsista da FUNADESP. Tem experiência na área de Matemática, atuando principalmente nos seguintes temas: produção de significados, matemática, linguagem matemática, habilidade matemática, educação matemática, aplicações estatísticas e matemáticas na área das Engenharias. Atua principalmente na área de Cálculo Diferencial e Integral, Álgebra Linear e Probabilidade e Estatística nas Engenharias e Cursos das Ciências Exatas, além das Pós-graduações nesse mesmo âmbito. Atuou como consultora ad hoc da FAPES. É consultora do periódico científico Boletim GEPEM da UFRRJ, Sala de Aula em Foco do IFES e Debates em Educação Científica e Tecnológica do IFES.

Paulo Wander Barbosa

Possui Graduação em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (1996) e Mestrado em Matemática pela Universidade Federal Fluminense (2000). Atualmente é professor da Universidade Federal do Espírito Santo - Ufes. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Análise Funcional.





Tharso Dominisini Fernandes

Possui graduação em Matemática pela Universidade Federal do Espírito Santo (2005), graduação em Ciência da Computação pela Fundação de Assistência e Educação (2005) e mestrado em Modelagem Computacional - Laboratório Nacional de Computação Científica (2008). Atualmente é professor assistente da Universidade Federal do Espírito Santo no Departamento de Engenharia Rural. Tem experiência na área de Matemática, com ênfase em Álgebra.

Vânia Maria Pereira dos Santos-Wagner

Possui graduação em Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), graduação em Bacharelado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1976), mestrado em Matemática pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1980) e doutorado em Educação Matemática - Indiana University (1993). Atualmente é professor colaborador da Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Educação Matemática, com ênfase em Ensino Aprendizagem e Avaliação, atuando principalmente nos seguintes temas: metacognição, formação continuada de professores, concepções, avaliação, investigação da prática, frações e números.



VI. TERMOS DE CONCORDÂNCIA ASSINADOS PELOS DOCENTES DO CURSO

Ver anexos I e II.

VII. "CURRICULUM VITAE"

Os currículos dos docentes listados estão disponíveis na Plataforma Lattes:

VIII. CÓPIA DOS DIPLOMAS/CERTIFICADOS

Como o quadro docente é composto por professores que não estão em seu local de residência, a documentação será anexada posteriormente.

IX. PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA QUALIDADE DO CURSO

Serão criadas enquetes que serão aplicadas ao fim de cada disciplina para avaliar o curso, professores e tutores envolvidos. Os resultados das enquetes servirão de subsídio para ajustes e implementação de melhorias necessárias. Ao final de cada módulo também será feita uma enquete para avaliá-lo globalmente, assim como será feita uma avaliação ao final do curso de especialização.

X. ORÇAMENTO DETALHADO, COM PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS

Não se aplica no momento.

XI. BIBLIOGRAFIA

ALAVA, Séraphin. et ali. **Ciberespaço e formações abertas**: rumo a novas práticas educacionais. Porto alegre: Artmed, 2002.



DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem**: a dinâmica não linear do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>> Acesso em 31/08/2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Projeto Básico do Curso de Especialização para professores do Ensino Médio de Matemática**: Matemática na prática. <<http://www.dm.ufscar.br/~sampaio/ProjetoBasicoDoCurso.pdf>> Acesso em 31/08/2013.

FAGUNDES L., L. SATO, D. MAÇADA. **Aprendizes do Futuro**: as Inovações Começaram! Coleção: Informática para a mudança na Educação. MEC/PROINFO, Brasília, 1999. Disponível em: <<http://mathematikos.psico.ufrgs.br/textos/aprender.pdf>> Acesso em 07/12/2008.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reforma o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

NEVADO, Rosane, CARVALHO, Marie Jane Soares MENEZES, Crediné Silva de (Organizadores) **Aprendizagem em rede na educação a distância**: estudos e recursos para a formação de professores. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2007.

PAPERT, Seymour. **A máquina das crianças**: repensando a sala de aula na era da informática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.




UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Ensino a Distância

Universidade Federal do Espírito Santo

SEAD

Termo de Encerramento de Volume

De ordem, em 06/06/2017, procedemos o encerramento deste volume nº I (um) do processo nº 23068.009327/2017-14, que se finda com a folha nº 164.


Juliano Pereira Bossato
Assistente em Administração
SIAPE: 2072045
SEAD/UFES

1874

1874



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PLANO DE TRABALHO

Edital 75 - 2014

*parte do
prefeito
principal*

**OFERTA DE CURSOS NO ÂMBITO DO SISTEMA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**

MODALIDADE DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

gp
if



Reinaldo Centoducatte
REITOR

Ethel Leonor Noia Maciel
VICE-REITORA

Zenólia Christina Campos Figueiredo
PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO

Maria José Campos Rodrigues
COORDENADOR(a) UAB

2017

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'M'.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'P'.



SUMÁRIO

- 1 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO
- 2 CONSIDERAÇÕES GERAIS
- 3 PÚBLICO ALVO
- 4 DESCRIÇÃO COMPLETA DO OBJETO A SER EXECUTADO
- 5 JUSTIFICATIVA PARA A CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO
- 6 DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS
- 7 DEFINIÇÃO DAS ETAPAS/FORMA DE EXECUÇÃO
- 8 PRAZO DE EXECUÇÃO
- 9 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 10 ORÇAMENTO DETALHADO/BASE DE CÁLCULO (Observando custo/aluno/ano UAB)



1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Órgão/Entidade Proponente Universidade Federal do Espírito Santo – UFES	CNPJ/MF. 32.479.123/0001-43
--	--------------------------------

Endereço Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras

Cidade Vitória	U.F. ES	C.E.P. 29.075-910	DDD/Telefone 27/4009-2093	E.A.
-------------------	------------	----------------------	------------------------------	------

Nome do Responsável Reinaldo Centoducatte	C.P.F. 616.086.107-06
--	--------------------------

C.I./Órgão Exped. 244.493	Cargo Professor	Função Reitor(a)	Matrícula 0
------------------------------	--------------------	---------------------	----------------

Endereço Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras	C.E.P. 29.075-910
---	----------------------

2 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Há um clamor na sociedade para que a universidade brasileira e o conhecimento que ela processa se tornem mais acessíveis para as parcelas da sociedade que se encontram em consideráveis dificuldades de participação neste ambiente formativo. A relação da universidade com a sociedade tem adquirido novos contornos que suplantam a mera formação acadêmica e caminha a passos largos para uma redefinição do seu papel na construção de padrões sociais mais justos.

A história do ensino superior no país registra a significativa dificuldade que os setores populares e as camadas mais distantes dos grandes centros urbanos têm encontrado para ingressar nas instituições públicas de ensino superior. O desenvolvimento tecnológico que marcou o final do século XX e o início deste tem possibilitado a disseminação da informação e a diminuição das distâncias entre as diferentes comunidades.

Nada mais natural, pois, que estas duas realidades se fundem para propiciar uma investida da universidade pública para a superação desta sua dificuldade de alcance. A educação a distância (EAD) se apresenta, então, como um espaço privilegiado para o encontro destas demandas populares, bem como o cumprimento da necessidade da universalização do conhecimento, cuja tarefa é destinada à universidade brasileira.

Além disto, as novas ferramentas da informação abrem um universo de possibilidades de contatos dos aprendizes com o conhecimento que a humanidade produz e reproduz, qualificando ainda mais as relações que se estabelecem no processo ensino - aprendizagem que o ambiente formativo acolhe. Com tudo isso, a proposta de uma

educação mediada pelo ensino a distância altera o paradigma que conduzia a formação acadêmica até então.

O ambiente colaborativo que compromete o aprendiz e o envolve com a sua própria dinâmica e autonomia, aliam uma perspectiva mais solidária da construção coletiva com as potencialidades individuais. A responsabilidade com o seu próprio desenvolvimento intelectual necessita, no ambiente de EAD, de um compromisso com o crescimento de seus pares - professores e alunos - consumando uma tarefa que deve responder contrariamente à perspectiva individualista e solitária.

Outro salto qualitativo que a EAD propicia encontra ressonância na qualidade das informações que a modalidade processa, haja vista a diversidade de possibilidades de contato com as mais variadas fontes de conhecimento, além da inserção daquelas que o sistema presencial já consolidou. Formas interativas como debates e seminários presenciais e on-line e alternativas por meio do uso democrático de recentes ferramentas tecnológicas, garantem um universo de possibilidades que qualificam o processo em EAD.

Neste contexto, a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) tem apostado no desenvolvimento desta modalidade educacional, já tendo contribuído com a formação, em Pedagogia, de significativo número de professores que já atuavam profissionalmente em quase todos os municípios do Estado. Vale ressaltar que o sistema adotado pela UFES é bimodal, no qual se combina atividades presenciais e a distância.

Nele, os aprendizes assumem responsabilidades que desenvolvem de acordo com as suas disponibilidades e que tomam corpo no ambiente colaborativo. Os equipamentos que possibilitam o desenvolvimento desta modalidade estão entre os mais avançados que uma instituição necessita para desenvolver videoconferências, fóruns, chats, e outros ambientes virtuais.

Há, neste contexto, uma permanente preocupação da gestão da Secretaria de Ensino a Distância (SEAD) da UFES, em acompanhar o uso destas tecnologias com a aquisição de novidades interativas. Junto a isto, os profissionais da universidade capixaba têm se dedicado ao desenvolvimento de mídias diversas em CDs ROM; DVDs; além de fascículos temáticos das disciplinas, para atender à tríade ensino, pesquisa e extensão, cujo resultado apresenta uma qualidade com a chancela dos profissionais da UFES envolvidos no processo.

São doutores, mestres e especialistas; todos atores deste conjunto de responsabilidades que vem formatando a EAD no Espírito Santo. Isto instiga a UFES a ser o grande polo empreendedor do ensino a distância no Estado e qualificada para tornar-se uma referência nacional. Assim, novas tecnologias e novos cursos estão na pauta deste projeto de expansão da EAD na UFES. Como resultado imediato está a abertura do processo seletivo, via vestibular, que deverá oferecer um número de vagas significativamente superior ao que hoje oferece a universidade.

Contudo, há obstáculos inevitáveis, ainda. O principal deles é que este processo enfrenta a falta de credibilidade da comunidade nesta modalidade, o que se justifica pela curta experiência desta cultura formativa, apesar de o ensino a distância já ser uma realidade consolidada em países com elevados índices educacionais. O que se espera, pois, é que o desenvolvimento inexorável desta modalidade vá,

progressivamente, alterando esta imagem para se tornar uma sólida perspectiva para a população. Isto porque, o que se espera é que a universidade cumpra o seu papel de agente propulsora na direção de uma sociedade calçada em um saber construído socialmente e, definitivamente ao alcance de todos.

3 - PÚBLICO ALVO

Licenciatura em Letras Italiano

Professores que ministram a disciplina "Italiano" na rede pública (municipal ou estadual), sem formação na área, bem como percentagem das vagas destinadas à comunidade capixaba em geral.

CURSO	POLOS	VAGAS POR POLO	TOTAL DE VAGAS
Letras Italiano - Licenciatura	Afonso Cláudio	30	240
	Alegre	30	
	Colatina	30	
	Domingos Martins	30	
	Iúna	30	
	Santa Teresa	30	
	Vargem Alta	30	
	Venda Nova do Imigrante	30	

Especialização no Ensino da Matemática no Ensino Médio

Professores graduados em matemática e áreas afins que estão atuando nos sistemas públicos de ensino e ministram aulas de matemática no Ensino Médio e nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

CURSO	POLOS	VAGAS POR POLO	TOTAL DE VAGAS
Ensino da Matemática no Ensino Médio	Alegre	30	240
	Baixo Guandu	30	
	Bom Jesus do Norte	30	
	Conceição da Barra	30	
	Nova Venécia	30	
	São Mateus	30	
	Vila Velha	30	
	Vitória	30	



Especialização em Oratória, Transversalidade e Didática da Fala

Professores atuantes em todas as áreas, sobretudo, nas ciências humanas.

CURSO	POLOS	VAGAS POR POLO	TOTAL DE VAGAS
Oratória, Transversalidade e Didática da Fala	Afonso Cláudio	35	500
	Aracruz	30	
	Baixo Guandu	30	
	Cachoeiro de Itapemirim	35	
	Colatina	35	
	Domingos Martins	30	
	Ecoporanga	30	
	Iúna	30	
	Linhares	35	
	Pinheiros	30	
	Piúma	30	
	Santa Teresa	30	
	São Mateus	30	
	Vargem Alta	30	
Venda Nova do Imigrante	30		
Vila Velha	30		

Especialização em Gestão Pública – PNAP

Trabalhadores em educação da UFES e funcionários públicos de outras instituições, estaduais e municipais, bem como a interessados da demanda social, envolvidos em atividades de caráter público, todos possuidores de graduação em nível superior, em qualquer área de estudo, atendida a Resolução 13/91 do Conselho Universitário/UFES.

CURSO	POLOS	VAGAS POR POLO	TOTAL DE VAGAS
Gestão Pública	Alegre	50	300
	Piúma	50	
	Santa Teresa	50	
	São Mateus	50	
	Vila Velha	50	
	Vitória	50	

4 - OBJETO

Implantação, oferta e reoferta de Cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil.

4.1- Quadro de vagas a serem Ofertadas em 2017/1 :

Curso (s)	Vagas	Previsão de início (mês)	Previsão de encerramento (incluindo 01 ano de repercursão para bacharelados e licenciaturas)
Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores	500	maio/2017	Dezembro/2018
Licenciatura em Letras Italiano	240	maio/2017	Maió/2022
Especialização em Gestão Pública - PNAP	300	maio/2017	Dezembro/2018
Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio	240	maio/2017	Dezembro/2018
Total	1.280		

5 - JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A implantação dos cursos deste projeto responde ao Edital nº 075/2014, de 18 de dezembro de 2014, prevendo a oferta do curso Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores [500 vagas], Licenciatura em Letras Italiano [240 vagas], Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio [240 vagas] e Especialização em Gestão Pública – PNAP [300 vagas], no âmbito do "Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB", no semestre 2017/1, totalizando 1.280 vagas a serem ofertadas.

Os cursos aqui apresentados fazem parte do Programa de Interiorização da UFES, na modalidade aberta e a distância e conta com a estrutura da Secretaria de Ensino a Distância (SEAD) e mais 27 Polos Municipais, que são: Afonso Cláudio, Alegre, Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Itapemirim, Iúna,

Linhares, Mantenópolis, Mimoso do Sul, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Mateus, Vargem Alta, Venda Nova, Vila Velha e Vitória, para viabilização técnica e metodológica.

A organização estrutural do Sistema UAB na UFES inclui polos de apoio presencial com laboratórios específicos de cada área, biblioteca, envolvendo tutores presenciais e coordenadores dos Polos e a UFES por meio da SEAD e Unidades Acadêmicas, com tutores a distância e coordenadores acadêmicos, além de contar com plataforma interativa e utilização dos demais recursos das tecnologias de informação e comunicação.

A oferta destes cursos é de fundamental importância ao desenvolvimento da modalidade de educação a distância no país, contribuindo, assim, para a descentralização da oferta de vagas na educação superior pública brasileira, ampliando o acesso das populações mais necessitadas à educação pública, gratuita e de qualidade.

6 - DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

Meta 1 – Acompanhamento de Polos e Cursos: essa meta visa o provimento de recursos para visita dos professores e coordenadores dos cursos aos polos onde esses cursos são ofertados, incluindo diárias para o professor e motorista, aluguel de veículo, seguro viagem, pedágio e combustível.

Meta 2 – Implementação de Cursos: essa meta contempla os gastos decorrentes da contratação de pessoa física e as obrigações tributárias e contributivas incidentes, para atuar na equipe de apoio acadêmico.

Meta 3 – Despesas com a oferta do curso: essa meta contempla os gastos decorrentes da oferta dos cursos, como: diárias, postagem, combustível para professor, material de expediente, reprografia, aluguel de veículo, seguro viagem e pedágio.

Meta 4 – Produção e reprodução do material didático: essa meta contempla os gastos decorrentes da produção e reprodução de todo material didático que será utilizado pelos estudantes nos cursos, como: material de expediente, elaboração e impressão de material pedagógico, reprodução de mídias e produção de vídeo aula.

7 - DEFINIÇÃO DAS ETAPAS/FORMA DE EXECUÇÃO

META 1 - Implementação dos cursos

1.1 Diárias para encontros pedagógicos: para professor, motorista, coordenador de tutoria e coordenador do curso que se deslocam de sua sede por motivo de serviço para encontros presenciais de orientação aos alunos e em visitas técnicas de avaliação do curso nos polos, fazendo jus à percepção de diária de viagem para arcar com as despesas de alimentação e pousada.



1.2 Passagens/combustível para encontros pedagógicos: despesa com deslocamento para acompanhamento de polos e acompanhamento e oferta dos cursos.

1.3 Seguro de viagem: despesa com contratação de seguro de viagem para atender aos Professores e Coordenadores do Curso que se deslocam de sua sede, por motivo de serviço, para encontros presenciais de orientação aos alunos e em visitas técnicas de avaliação do curso nos polos.

1.4 Aluguel de veículo: despesa com contratação locação de veículo para atender aos Professores e Coordenadores do Curso que se deslocam de sua sede, por motivo de serviço, para encontros presenciais de orientação aos alunos e em visitas técnicas de avaliação do curso nos polos.

1.5 Material de expediente: despesa com aquisição de material de expediente para dar suporte à execução das atividades acadêmicas e administrativas do Curso.

1.6 Manutenção do ambiente virtual de aprendizagem: despesa com a contratação de profissionais especializados para a gestão e a manutenção do AVA da UFES.

1.7 Equipe de Apoio Acadêmico: contratação de profissionais especializados para a gestão da oferta dos cursos atendendo as demandas afetas a sua especialidade (Apoio Administrativo), bem como obrigações tributárias e contributivas, para o custeio de encargos sociais referentes a essa contratação.

META 2 - Produção e reprodução do material didático para os cursos

2.1 Aquisição material de consumo: despesa com aquisição de material de consumo para dar suporte ao expediente de execução das atividades acadêmicas e administrativas do Curso.

2.2 Contratação de equipe para produção de material didático: contratação de profissionais especializados – professor da área de conhecimento diretamente relacionado à disciplina – para pesquisar, elaborar, testar e responsabilizar-se por todo material didático específico para cada disciplina da organização curricular do Curso.

2.3 Impressão e distribuição do material didático: despesa com serviços de impressão e distribuição de material utilizado nas atividades acadêmicas.

2.4 Produção e reprodução de CDs, e reprografia: despesa com serviços de fotocópias de material utilizado nas atividades acadêmicas e administrativas do Curso, bem como produção e reprodução de mídias.

META 3 - Capacitação de tutores

3.1 Diárias: para professor que se desloca de sua sede em razão do curso de capacitação de tutores, fazendo jus à percepção de diária de viagem para arcar com as despesas de alimentação e pousada.



3.2 Passagens/combustível: despesa com deslocamento o curso de capacitação.

META 4 - Estruturação e manutenção dos polos.

- 4.1 Aquisição de equipamentos
- 4.2 Aquisição de material de consumo
- 4.2 Aquisição de material de consumo para laboratórios pedagógicos

8 - PRAZO DE EXECUÇÃO

Período completo do(s) curso(s), sendo que, nos casos de bacharelados e licenciaturas de 04 quatro anos, o quinto ano refere-se ao repercurso.

(O prazo de vigência do Convenio/Termo de Execução Descentralizada será de 05 anos a contar data de sua publicação).

02/05/14 a 31/12/2021

Curso (s)	Período Completo
Licenciatura em Letras Italiano	5 anos
Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio	18 meses
Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores	18 meses
Especialização em Gestão Pública - PNAP	18 meses

9 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para a consecução deste projeto, serão executados os seguintes serviços referentes:

Gestão do Projeto

Prover a integração entre organização, processos e recursos. Administrar tempo, custos, riscos e conflitos. Providenciar a aquisição de bens e serviços. Mensurar e avaliar os resultados do empreendimento.

Coordenação do Curso

Planejar e organizar as atividades das etapas de preparação, oferta e avaliação. Conduzir e acompanhar as oficinas pedagógicas para programação do curso e preparação dos conteúdos e atividades didáticas. Acompanhar e ajustar a execução da programação. Planejar e promover a avaliação do desempenho dos participantes e resultados.

Design Instrucional

Planejar e projetar o material didático e instrucional. Produzir modelos e roteiros para orientação das equipes multidisciplinares de especialistas na produção do material pedagógico. Validar a funcionalidade dos recursos, produtos e serviços desenvolvidos.

Produção de Conteúdo Didático

Elaborar os planos de ensino, os conteúdos e atividades didáticas. Definir formas de interatividade com os estudantes, a orientação para tutoria, a avaliação formativa e somativa.

Revisão Pedagógica e de Linguagem

Organizar e acompanhar a produção do conteúdo didático. Orientar os professores para correção ou ajuste da linguagem, e na técnica ou método pedagógico no conteúdo didático. Validar a produção do conteúdo da disciplina.

Produção Gráfica

Editar os componentes gráficos (texto, gráfico e imagem), diagramar e arte finalizar os materiais didáticos para a mídia impressa em conjunto com os professores e conforme modelos definidos pelo design instrucional. Especificar os termos técnicos para a reprodução do material. Homologar a reprodução do material didático quanto às especificações técnicas.

Produção de Vídeo

Planejar e organizar cenários, gravar e editar os materiais didáticos para a mídia audiovisual em conjunto com os professores e conforme modelos definidos pelo design instrucional. Especificar os termos técnicos para a reprodução do material. Homologar a reprodução do material didático quanto às especificações técnicas.

Produção Multimídia (CD/DVD/ WEB)

Editar os componentes de conteúdos para mídia digital (texto, gráfico, imagem, animação, som e vídeo), programar a interatividade, diagramar e arte finalizar os materiais didáticos para a mídia digital em conjunto com os professores e conforme modelos definidos pelo design instrucional. Especificar os termos técnicos para a reprodução do material. Homologar a reprodução do material didático quanto às especificações técnicas.

Publicação do Material Didático



Reproduzir o material didático conforme as especificações técnicas. Providenciar o empacotamento para distribuição do material didático. Disponibilizar ao público as mídias digitais.

Administração de Ambiente Virtual de Aprendizagem

Providenciar a instalação dos sistemas computacionais para um ambiente virtual de aprendizagem – AVA. Implementar, no AVA, tecnologias que atendam às necessidades do processo de ensino e aprendizagem. Implementar a identidade visual para o AVA. Configurar e manter o site funcional e atualizado. Promover e providenciar a segurança de dados do AVA. Estabelecer e implementar a autenticação e gerência de usuários. Disponibilizar orientações e normas de conduta e de utilização dos recursos do ambiente. Capacitar os professores e tutores para a gerência das salas virtuais e das tecnologias instaladas. Assessorar a mediação pedagógica e o processo de avaliação de desempenho e resultados.

Mediação pedagógica

Orientar, incentivar, motivar e desvelar a compreensão dos estudantes sobre o objeto de conhecimento, auxiliando-os a sistematizar os processos de produção e assimilação de conhecimento, atuando em ambientes presenciais e virtuais, utilizando os recursos e estratégias didáticas e comunicacionais planejados e produzidos.

Neste processo cabe avaliar os desempenhos dos estudantes de maneira formativa e somativa. Como também, orientar os tutores em suas funções na disciplina e relatar o desempenho dos mesmos.

Avaliação de desempenhos e resultados

Planejar, organizar e implementar os instrumentos de avaliação dos desempenhos e resultados. Providenciar a coleta, processamento e análise do dados da avaliação. Divulgar os resultados. Propor melhorias ou ajustes.

10 - ORÇAMENTO DETALHADO

De acordo com os parâmetros atuais da UAB (fevereiro/2017) para custeio das despesas de implantação e manutenção dos cursos

10.1 - Caso a IES disponha de recursos de custeio já descentralizados ou conveniados em 2016, deverá informar neste item, os valores já repassados pela DED/CAPES.

10.2 - As bolsas serão calculadas de acordo com os parâmetros atuais registrados no SISUAB, considerando total de vagas a serem ofertadas no(s) curso(s).




10.3 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ANUAL – CUSTEIO DOS CURSOS

ATIVIDADE	ANO 01 (R\$)	ANO 02 (R\$)	ANO 03 (R\$)	ANO 04 (R\$)	ANO 05 (R\$)
Licenciatura em Letras Italiano (Ano 01 = 2017)	243.264,00	243.264,00	243.264,00	243.264,00	
Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio (Ano 01 = 2017)	170.284,80	85.142,40			
Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores (Ano 01 = 2017)	354.760,00	177.380,00			
Especialização em Gestão Pública – PNAP (Ano 01 = 2017)	212.856,00	106.428,00			

Obs. As despesas de repasse são atendidas por meio de bolsas, calculadas de acordo com os parâmetros atuais. Portanto, não atendidas por meio do custeio.

Vitória/ES, 06 de abril de 2017.

Maria José Campos Rodrigues
Secretária de Ensino a Distância SEAD/UFES
Coordenadora UAB/UFES



Reinaldo Centoducatte
Reitor da UFES



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto deste Termo de Referência a Implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB: Licenciatura em Letras Italiano, Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores, Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio e Especialização em Gestão Pública – PNAP, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, conforme Edital nº 075/2014, de 18 de dezembro de 2014, e aprovados pelo Parecer nº. 02/2016/CGPC/DED/CAPES, de 05 de outubro de 2016.

2. ITENS E QUANTITATIVOS

O presente Termo de Referência tem como objeto a solicitação de recursos para expansão do ensino superior no âmbito da UAB, com implantação e oferta do cursos acima descritos, objeto deste termo de referência. Os itens a serem adquiridos bem como os serviços a serem prestados seguirão o disposto na lei 8.666/93, no qual institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Item	Bens e Serviços	Descrição
1	Diárias	Para atender ao professor e ao motorista que se deslocam de sua sede para visitas técnicas de avaliação do curso nos polos, fazendo jus à percepção de diária de viagem para arcar com as despesas de alimentação e pousada.
2	Reprodução de Material didático	Impressão dos fascículos das disciplinas a serem utilizados na oferta dos cursos.
3	Aluguel de Veículo	Despesa com contratação locação de veículo para atender aos Professores que se deslocam de sua sede, por motivo de serviço, em visitas técnicas de avaliação do curso nos polos.
4	Vídeo Aula	Produção de vídeo para possibilitar processos interativos entre os sujeitos envolvidos no curso através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle/AVA).
5	Material de Expediente	Despesa com aquisição de material de expediente para dar suporte à execução das atividades acadêmicas e administrativas do Curso.
6	Combustível	Despesa com deslocamento para acompanhamento de polos e acompanhamento e oferta dos cursos.
7	Reprografia	Para Atender aos Tutores, Professores e Coordenadores do Curso quando necessário for realizar a reprografia (fotocópias ou afins) de

		material utilizado nas atividades acadêmicas e administrativas do Curso.
8	Postagens	Para Atender aos Tutores, Professores e Coordenadores do Curso quando necessário for realizar o encaminhamento de documentos, provas, e comunicação oficial em meio físico por meio de serviço postal.
9	Passagens	Para acompanhamento de polos e acompanhamento e oferta cursos, atendendo às demandas por deslocamento do representante institucional do curso.
10	Obrigações Tributárias e Contributivas	Custeio de encargos sociais referentes à contratação de mão de obra: profissionais especializados para a gestão da oferta dos cursos atendendo as demandas afetas a sua especialidade (Apoio Administrativo).
11	Equipe de Apoio	contratação de profissionais especializados para a gestão da oferta dos cursos atendendo as demandas afetas a sua especialidade (Apoio Administrativo)
12	Seguro de Viagem	despesa com contratação de seguro de viagem para atender aos Professores e Coordenadores do Curso que se deslocam de sua sede, por motivo de serviço, para encontros presenciais de orientação aos alunos e em visitas técnicas de avaliação do curso nos polos.

3 - JUSTIFICATIVA

A Universidade Aberta do Brasil – UAB é um projeto construído pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio do Fórum das Estatais pela Educação e da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino (ANDIFES), com objetivo de ofertar cursos e programas de Educação Superior a Distância, prioritariamente na área de formação inicial e continuada de professores, em parceria com as Universidades Públicas, prefeituras municipais e governos estaduais.

O Projeto, atualmente gerenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), faz parte das atuais políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal para a área de Educação, especialmente, a de programas voltados para a expansão da Educação Superior com qualidade e promoção de inclusão social. Assim, o projeto reafirma o caráter estratégico da Educação Superior e do desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação para o crescimento sustentado do País. A UAB proporciona uma alternativa para atender as demandas por educação superior, as quais geram o cenário nacional de assimetrias educacionais em relação à oferta de formação inicial e continuada, já que, no Brasil, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apenas 12,7% dos jovens entre 18 e 24 anos têm acesso ao ensino superior. Sensível a isso o Ministério da Educação vem estabelecendo políticas estratégicas para universalizar o acesso ao ensino superior e desconcentrar a oferta nos grandes centros urbanos.

A Universidade Federal do Espírito Santo participa do Sistema Universidade Aberta do Brasil atendendo a 27 (vinte e sete) polos de apoio presencial ofertando: 07 (sete) cursos de graduação (Licenciaturas em Artes Visuais, Biologia, Filosofia, Física, História, Pedagogia e Química) atendendo a cerca de 1.799 (mil setecentos e noventa e nove) alunos, e 01 (um) curso de especialização (Ensino da Matemática no Ensino Médio), atendendo a cerca de 134 (cento e

trinta e quatro) alunos; totalizando cerca de 1933 (mil novecentos e trinta e três) alunos atendidos pelos cursos ofertados no exercício de 2016.

A implantação dos cursos deste projeto responde ao Edital nº 075/2014, de 18 de dezembro de 2014, prevendo a oferta do curso Especialização em Oratória, transversalidade e didática da fala para formação de professores [500 vagas], Licenciatura em Letras Italiano [240 vagas], Especialização em Ensino da Matemática no Ensino Médio [240 vagas] e Especialização em Gestão Pública – PNAP [300 vagas], no âmbito do “Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB”, no semestre 2017/1, totalizando 1.280 vagas a serem ofertadas.

O Projeto visa à democratização do acesso ao Ensino Superior público, gratuito e de qualidade, utilizando a metodologia à distância. A modalidade de educação a distância contribui para a formação de profissionais sem deslocá-los de seus municípios. Tendo em vista que entre os objetivos principais do MEC, estão a melhoria da qualidade da educação, a universalização e a democratização do acesso à informação e ao conhecimento, e considerando que além desses, o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, pretende ampliar a oferta do ensino superior, reduzindo as desigualdades regionais e favorecendo o desenvolvimento das áreas distantes dos centros urbanos, conclui-se que a implantação e desenvolvimento de cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB, objeto do presente Termo de Referência, fomenta a continuação da ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Os cursos aqui apresentados fazem parte do Programa de Interiorização da UFES, na modalidade aberta e a distância e conta com a estrutura da Secretaria de Ensino a Distância (SEAD) e mais 27 Polos Municipais, que são: Afonso Cláudio, Alegre, Aracruz, Baixo Guandu, Bom Jesus do Norte, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina, Conceição da Barra, Domingos Martins, Ecoporanga, Itapemirim, Iúna, Linhares, Mantenedópolis, Mimoso do Sul, Montanha, Nova Venécia, Pinheiros, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Mateus, Vargem Alta, Venda Nova, Vila Velha e Vitória, para viabilização técnica e metodológica.

A organização estrutural do Sistema UAB na UFES inclui polos de apoio presencial com laboratórios específicos de cada área, biblioteca, envolvendo tutores presenciais e coordenadores dos Polos e a UFES por meio da SEAD e Unidades Acadêmicas, com tutores a distância e coordenadores acadêmicos, além de contar com plataforma interativa e utilização dos demais recursos das tecnologias de informação e comunicação.

4. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO

A UFES, por intermédio da UAB/MEC, disponibilizará aos estudantes a estrutura existente nos Polos, com infraestrutura técnica e pedagógica, laboratório e biblioteca, para as atividades presenciais e como base de apoio para os estudos durante todo o curso.

No desenvolvimento do curso, serão realizados encontros presenciais destinados a discussões temáticas com os professores das disciplinas, orientações, oficinas e avaliações de aprendizagem.



Os encontros presenciais serão realizados no decorrer de cada semestre. No início do curso, servirão para oferecer visão da dinâmica do curso e da modalidade a distância. Será realizado também treinamento para uso adequado do ambiente virtual de aprendizagem. No início de cada semestre, haverá entrega dos materiais didáticos do semestre e o calendário.

Ao longo do semestre, acontecerão encontros presenciais fazendo coincidir a finalização de uma disciplina – momento este em que se realizará a avaliação da mesma - com o início da seguinte – propiciando ao cursista um mapeamento de seu percurso. Assim, os encontros durante o semestre servirão para discussões temáticas por parte dos professores das disciplinas ofertadas, orientações, oficinas, avaliações de aprendizagem e apresentação de trabalhos.

Vitória/ES, 17 de março de 2017.


Reinaldo Centoeducatte
Reitor da Ufes


Maria José Campos Rodrigues
Coordenadora da UAB na UFES